



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO

CLEIDSON DO NASCIMENTO SANTOS

ENTRE A CULPA E A CILADA: aspectos da vida do frei Fernando de Brito

São Cristóvão - SE

2016

CLEIDSON DO NASCIMENTO SANTOS

ENTRE A CULPA E A CILADA: aspectos da vida do frei Fernando de Brito

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em História, na área de História e Poder.

Orientador: Professor Dr. Alfredo Julien.

São Cristóvão - SE

2016

ENTRE A CULPA E A CILADA: aspectos da vida do frei Fernando de Brito

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em História, na área de História e Poder.

Professor Dr. Alfredo Julien
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
(Orientador)

Professor Dr. Fábio Maza
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
(Examinador)

Professora Dr^a Lucileide Costa Cardoso
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
(Examinadora)

DATA DA APROVAÇÃO

São Cristóvão, _____ de _____ de 2016.

Cleudson do Nascimento Santos

Aos meus pais, pela enorme confiança e pela simplicidade que me servem de motivação.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma tarefa bacana, mas ao mesmo tempo delicada em virtude do risco de esquecimento, conseqüentemente da injustiça. De todo modo, inicio os agradecimentos por Alfredo Julien, meu orientador. Pela maneira como acolheu esse trabalho, pela confiança, compreensão e amizade.

Ao programa de Pós-graduação em História da UFS: aos professores do mestrado, principalmente a Bruno Gonçalves Álvaro e Fábio Maza pelas contribuições na banca de qualificação. Ao professor Petrônio Domingues que mesmo não tendo ligação direta com a minha pesquisa, suas aulas me trouxeram importantes reflexões.

Agradeço aos professores da graduação na UNEB, campus II, em especial a professora Marilécia Oliveira e o professor Maurício Brito pelas orientações iniciais, valiosos ensinamentos dos quais, tiro proveito até hoje. Um obrigado especialíssimo ao amigo Rafael Rosa, figura de compreensão e sensibilidade invejável. Sem a sua ajuda parceiro não teria dado conta! Com a mesma satisfação agradeço ao também amigo Jadiel Roseira como sempre disposto a ajudar.

Aos meus colegas de turma, com eles (as) dividi momentos de pura descontração e ao mesmo tempo de estímulo intelectual. Em especial a Johanna e Mariane, pessoa de muito boa vontade, me deu a maior força na busca por novas fontes. Ao padre Jaime pelo exemplo de persistência. Obrigado Marcelo Teixeira pelas correções. A Adriano Silva pelo incentivo. Sinto-me honrado também pela refinada leitura do amigo Everton Dórea. Grato aos nobres colegas de trabalho pelas importantíssimas permutas, sem as quais nem teria participado do curso. A Cleidiane pelo apoio. A Mônica pela solidariedade ao dispor seu notebook. A Iracelli Alves pela importante colaboração, inclusive no acesso aos arquivos em Salvador.

Salve! Salve! Frei Fernando. Sua trajetória me conduziu a pesquisa histórica. Sou-lhe muito grato pela amizade que construímos, consideração e pela enorme confiança. Agradeço igualmente as suas irmãs Hermínia e Lucia Brito que sem hesitarem se dispuseram a conceder por e-mails breves, porém significativas entrevistas. Por fim, agradeço a Deus e a todas as forças positivas que do dia a dia emanaram, e de alguma maneira me fizeram dar seguimento à conclusão de mais essa etapa.

A experiência de vida tem demonstrado que desmentir é agravar a mentira.

(Tristão de Athayde)

RESUMO

Esta dissertação discorre sobre a trajetória do frei dominicano Fernando de Brito e o seu envolvimento no episódio que levou a morte Carlos Marighella (1911 – 1969) – líder da Ação Libertadora Nacional (ALN) – uma das organizações mais combatentes no período da ditadura civil militar brasileira. Por isso, alguns aspectos da vida de Fernando são destacados, sobretudo a questão da opção pela vida religiosa, o engajamento político e a prisão. Além de fontes teóricas, utilizamos entrevistas orais com o próprio frei, o seu diário produzido nos cárceres e periódicos. Assim, a pesquisa tem por objetivo apresentar e analisar, o caso – a cilada – por meio da qual caiu Marighella e também o frade, no sentido de ser atribuída a ele culpabilidade pelo assassinato do guerrilheiro. Buscamos problematizar tais questões a fim de compreender a construção de uma imagem estigmatizada acerca do religioso e também o teor das suas anotações.

Palavras-chave: Frei Fernando; Carlos Marighella; Cilada; Ditadura Civil Militar.

ABSTRACT

This paper discusses the history of the Dominican Friar Fernando de Brito and his involvement in the episode that led to the death of Carlos Marighella (1911 - 1969) - leader of the National Liberating Action (NLA) - one of the fighters organizations during the military civilian dictatorship in Brazil. For this, some aspects of Fernando's life are highlighted, especially the issue of choice of religious life, political engagement and imprisonment. In addition to the theoretical framework, we use sources such as oral interviews with the friar himself, his daily produced in prisons and periodicals. Thus, the research aims to present and analyze the case - the trap - through which fell Marighella and the friar as well, in the sense of being blamed by the murder of the partisan. We seek to discuss such issues in order to understand the construction of an image stigmatized about the religious and also the content of his notes.

Key-words: Frei Fernando; Carlos Marighella; Trap; Military Civilian Dictatorship.

LISTA DE IMAGENS

Ilustração 1: Fernando com 5 anos junto a sua irmã Clara.....	21
Ilustração 2: Fernando com sua mãe, primeiros votos na Ordem.....	27
Ilustração 3: Marighella aos 53 anos, denunciando a violência sofrida.....	39
Ilustração 4: Turma de noviços dominicanos de 1965, em Belo Horizonte.....	52
Ilustração 5: Marighella morto dentro do fusca.....	53
Ilustração 6: Julgamento dos dominicanos em 1973.....	59
Ilustração 7: Anotações de Fernando, fragmentos do seu diário.....	84
Ilustração 8: Bilhetes datilografados.....	85

LISTA DE ABREVIATURAS

ALN – Ação Libertadora Nacional.

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

BN – Biblioteca Nacional.

BPEB – Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha.

DOPS – Departamento de Ordem Social e Política.

IGHB – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

SNI – Sistema Nacional de Informação.

Sumário

INTRODUÇÃO	12
Capítulo I - <i>FREI FERNANDO</i>: TRAJETÓRIA E MEMÓRIA DOS CAMINHOS QUE O LEVARAM AO CÁRCERE	18
1.1 – Alguns aspectos da trajetória de Fernando.....	20
1.2 – A Ordem dos dominicanos.....	29
1.3 – Um convite à inserção político-social	31
1.4 – Dominicanos e a ditadura civil-militar.....	35
1.5 – Dominicanos e Marighella	38
1.6 – Perseguição aos frades	42
Capítulo II – UMA EXPERIÊNCIA DE MORTE A PARTIR DA MORTE DE MARIGHELLA.....	47
2.1 – Controvérsias acerca do episódio.....	54
2.2 – Memória e ressentimento	59
2.3 – Em cena: uma disputa de memória.....	67
2.4 – Lembranças que matam: memórias e culpa em torno da morte de Marighella.....	71
CAPÍTULO III – <i>CARTAS E DIÁRIO</i>: UM EXERCÍCIO DE FÉ E LIBERDADE	77
3.1 - Denúncias relatadas por Fernando	86
3.2 - Conquistas e enfrentamentos	91
3.3 - O cotidiano da prisão	92
3.4 - Arquivamento de si.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
FONTES.....	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
ANEXOS	117
ANEXO I	118
ANEXO II	134

INTRODUÇÃO

Descobrir que frei Fernando compôs um grupo de religiosos retratados no filme *Batismo de Sangue*¹ de Helvécio Ratton foi uma revelação surpreendente. Porém, tão impactante quanto à surpresa, foi o interesse em conhecer o valor histórico da sua trajetória: o percurso de um religioso que na década de 1960 integrou um grupo de jovens frades dominicanos que se envolveram na resistência à ditadura civil militar brasileira.

No dia 30 de novembro de 2007, na comunidade do Taizé, Alagoinhas - Ba, o frei que assistia ao meu lado o *Batismo de Sangue* era o mesmo Fernando retratado no filme. Diante daquela ação do acaso me vi provocado a conhecer mais detidamente a sua história de vida e buscar respostas para questões que me aguçaram a curiosidade, tais como: Por quais motivos o religioso foi preso? Como se deu a sua resistência ao governo militar? E quais eram as acusações contra ele?

Inicialmente dentre as várias facetas da vida de Fernando a que mais ganhou relevo em meus propósitos de pesquisa foi a questão da sua participação na morte de Carlos Marighella, famoso líder revolucionário assassinado em 4 de novembro de 1969. Porém quando soube da existência do *Diário de Fernando*: nos cárceres da ditadura militar brasileira, fui estimulado a investigar o teor das anotações contidas nesse livro, produzidas durante os quatro anos que esteve preso (1969-1973), compiladas e publicadas por seu confrade Betto.

Realizei uma pesquisa monográfica e em seguida dei continuidade ao meu proposito inicial. Elaborei um projeto de mestrado que pudesse estudar além da trajetória de Fernando de Brito a sua participação na cilada arquitetada pelos agentes de segurança para capturar e matar Marighella. E conseqüentemente buscar compreender a questão da culpa recaída sobre os dominicanos frente a sua participação e a suposta responsabilidade atribuída, principalmente não somente a Fernando como também ao frei Ivo Lebauspín.

¹ Hoje referência em manuais didáticos, o filme é baseado na obra literária do frei Betto, que tem o mesmo título. Foi lançado pela Globo Filmes, em 20 de abril de 2007. Conta à história dos frades dominicanos do Convento das Perdizes, em São Paulo, destaque dado ao frei Oswaldo, Tito, Betto, Fernando e Ivo, entre outros religiosos ligados ao movimento de resistência à ditadura, que não aparecem no filme, mas que também participaram.

Concretizada a ideia, comecei a investir no acesso às fontes. Os rendimentos obtidos até então talvez não sejam ainda o ideal, mas tem sido satisfatórios. Algumas entrevistas foram realizadas com frei Fernando e o ex-frei João Valença. Outras entrevistas relacionadas ao tema foram concedidas por outros dominicanos, encontrei disponíveis nas dissertações de Edson Teixeira Silva Junior, Mariza Catarina Magalhães e Ademar Mendes de Souza. Utilizei o *Auto de Qualificação e Interrogatório* de alguns dos dominicanos presos na época.² Além de livros, artigos das revistas *Veja*, *Caros Amigos* e jornais como *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *A tarde*, *Diário de Notícias* e *Diário da Bahia*, também me serviram de fonte para pesquisa.

Ao priorizar a figura do frei Fernando não relegamos a segundo plano a participação dos demais frades, tampouco a história dos dominicanos no período. Trata-se apenas de uma escolha proveniente de exigências próprias da pesquisa. Assim, procuramos nos ater a essas questões na perspectiva da metodologia da micro-história descrita pelo historiador Carlos Ginzburg³.

Para Ginzburg, a micro-análise das fontes permite múltiplas possibilidades de interpretação, seja ela a partir de um personagem, de uma trama, de um grupo, de famílias atípicas ou de qualquer outro objeto passível de estudo. Auxiliado por essa ferramenta metodológica buscamos trazer à luz, elementos novos capazes de forjar outras dimensões da vida de Fernando até então ausentes em investidas de colegas historiadores, jornalistas e até de outros frades.

Ao retratar principalmente o aspecto da militância política de Fernando, não partimos do indivíduo para entender o contexto, nem procuramos no contexto elementos a fim de obter respostas a esse respeito, pois importa-nos compreender na verdade a história desse sujeito para entender como o mesmo se imagina se relacionando ao contexto.

² Documentação produzida pelo DEOPS/SP a partir dos depoimentos dos frades perante interrogatório policial. Tais documentos fazem parte do Inquérito de investigação do DEOPS que resultou na instauração do processo de acusação aos dominicanos como co-responsáveis pelos crimes cometidos pela ALN de acordo com a Lei de Segurança Nacional. Encontram-se no arquivo público do Estado de São Paulo – APESP.

³ GINZBURG, Carlo. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 (2006).

No limiar dessa abordagem nos confrontamos com uma atmosfera de subjetividade humana composta, entre outras coisas, por esperança, silêncios, alegria, mágoas e esquecimentos. Uma subjetividade retratada aqui não no sentido de cada um ter a sua própria opinião, mas no sentido do núcleo organizador dos fatos se amparar nele próprio, tentando expor como ele se imagina ligando-se ao contexto, e de que forma é tragado por ele e se derrotado como sobreviveu a isso.

Para tentar entender ou no mínimo buscar retratar o dilema que envolve a dimensão da culpa e da cilada destacada no título é indispensável a recuperação de tal experiência nas circunstâncias em que Fernando viveu aquilo e quais são os fundamentos éticos que aquela experiência gerou. Sabendo que entre elas pode estar a sensação de derrota, de perda, de amofinamento, de reclusão, contrastando, inclusive com seus projetos iniciais, cheios de vida e esperança.

A memória do assassinato de Carlos Marighella alimenta imprecisões. Segundo Emiliano José ainda apresenta “muitas feridas abertas” o que prejudica a pesquisa, mas não a inviabiliza uma vez que “já há dados novos, que matizam uma e outra visão e que permitem chegar a um quadro mais completo, ainda que não inteiramente fechado”.⁴ Isso porque em torno da episódio há uma trama, versões e pontos de vistas que destoam.

Sobre esse assunto, diga-se de passagem, espinhoso, muitos autores já escreveram. Hoje, a maneira como os dominicanos são vistos é bem diferente da imagem criada no final dos anos 60, porém ao que parece a participação dos religiosos na morte do guerrilheiro é algo aparentemente silenciado. Um indicativo é a comemoração do centenário de Marighella em Salvador, quando a Comissão Nacional da Verdade (CNV), reconheceu publicamente a responsabilidade do estado brasileiro pela atrocidade cometida pelos órgãos de repressão do governo. Mas nada se falou sobre os dominicanos, nem foram convidados, diferentemente de diversos outros militantes políticos.

A despeito do entrelaçamento dos indivíduos aqui retratados, poderíamos eleger como questão principal do presente trabalho, saber se Fernando traiu ou não Carlos Marighella. Porém, essa não é objetivamente a questão, tanto que as observações e críticas a esse respeito apresentam uma leitura generalizante com relação alguns

⁴ JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella: o inimigo número um da ditadura militar*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2004, p.41.

aspectos, pois o intuito não é entender a repressão nem o governo militar, tampouco fazer denúncia política. Mais que o evento histórico, buscamos nos limitar à figura do frei Fernando e a tensão individual que envolve os rumores e às contradições em torno desse mesmo evento.

Sobre as diferentes construções das memórias referentes aos acontecimentos passados, Carlos Fico relata que “o mesmo personagem pode ser glorificado ou demonizado, dependendo de quem o descreva; um mesmo acontecimento pode ser tido como extremamente positivo, totalmente negativo”⁵ e, pode até nem ter acontecido. Nesse aspecto, se insere frei Fernando em meio a visões e versões que aparentemente tentaram desqualificar o significado da sua presença no desfecho trágico do líder revolucionário.

Não visamos encontrar o culpado ou o inocente, o traidor nem o traído. Trata-se de compreender o sujeito humano abatido pelas circunstâncias de um contexto específico, que destoa em termos de memória e por meio da qual é vencido. Em vista disso, corrobora com o presente estudo a compreensão de Lucileide Cardoso ao afirmar que “a memória histórica, assim como a ideologia, pode ser manipulada de acordo com as correlações de forças e interesses das classes num determinado momento histórico”.⁶

O exercício do poder demanda certa malícia e nessas circunstâncias adquire condutas mediante a necessidade ou a oportunidade que cada um tem de autoafirmação e de negação do outro. Conforme Foucault, da mesma maneira que o indivíduo “é colocado em relações de produção e significação, é igualmente colocado em relações de poder muito complexas”.⁷ Resultado de um confronto de interesses por meio do qual cada um ocupa uma posição estratégica.

Procuramos apresentar algumas das versões sobre a morte de Marighella, mostrando alguns pontos de vistas e possíveis justificativas apresentadas pelos próprios dominicanos. Como Fernando explica a sua presença naquele episódio e ao mesmo

⁵ FICO, Carlos. João Goulart e “Operação Brother Sam”. In: *O grande Irmão da operação Brother Sam nos anos de Chumbo: O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 67.

⁶ CARDOSO, Lucileide. *Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)*. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2012, p.17.

⁷ FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder – por que estudar o poder: a questão do sujeito. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. Michel Foucault, *Uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 232.

tempo a maneira como assume a sua parte de responsabilidade. O que nos faz trabalhar o episódio a partir da observação dos dilemas circunstanciais ao caso e a vida de um sujeito agente da história.

Vale pontuar que hoje as autoridades reconhecem objetivamente que foi a polícia quem matou Marighella e ainda, o contexto atual cada vez mais sugere distinguir com clareza a vítima do aparato repressor. Contudo, no campo da história ao menos oficial, frei Fernando e frei Ivo seguem “marginalizados”, embora Fernando perceba que há pelos dominicanos um respeito e “até mesmo um certo olhar benévolo demais, quer dizer, como se a gente não fosse gente, um aréola. Isso não é verdade!”.⁸ Por outro lado, Marighella de inimigo passou a mito, extremamente reconhecido e venerado. Diante das “trajetórias cruzadas” quem foi sepultado em termos de memória foram os frades.

Muito embora não se trate de uma biografia, a narrativa está centrada na trajetória do frei Fernando e estruturalmente, o trabalho se divide em três capítulos. No primeiro, busco apresentar alguns aspectos da vida de Fernando de Brito, principalmente os seus aspectos culturais, políticos e intelectuais – a formação familiar e religiosa, o meio social e a atmosfera de descontentamento relativo ao contexto da época, enfim um pouco da efervescência dos anos 1960. Paralelo a isso, o situamos em meio à conjuntura política, o seu envolvimento com a ALN e a tal cilada na qual Carlos Marighella foi assassinado.

No segundo capítulo colocamos em pauta as versões acerca dos acontecimentos, evidenciando a articulação entre a mídia e o governo militar que responsabilizou os dominicanos pelo fim de Marighella, buscando legitimar os culpados, frei Fernando e frei Ivo. Desse modo, além de lidar com a historiografia referente às versões do episódio, buscamos compreender de que maneira os discursos de memória, constituem em fontes para História, avaliando a tensão que ainda há em torno desse caso. Destaque para os depoimentos do frei Fernando, composto ora de silêncios ora de instigantes expressões, por meio do qual observamos o não esclarecimento total dos fatos.

O terceiro capítulo diz respeito a análise dos escritos do frade durante os seus anos de prisão. Assim, o *Diário de Fernando* e as *Cartas da prisão* constituem fonte

⁸ BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor em 31 mar. 2013 no Sítio do Conde - Conde/Bahia.

essencial que resulta na caracterização da trajetória de Fernando, além de estabelecer uma investigação sobre as abordagens temáticas presentes em suas anotações quase sempre diárias, em virtude das circunstâncias em que foram escritas. Pois, constitui-se num importante objeto de pesquisa produzido por um preso político em cárcere, ao registrar o seu dia a dia. O diário representa aqui outra maneira de se observar as vivências do religioso que revelam ações contínuas de enfrentamento a política de governo do período e mais que isso, um instrumento pessoal de sobrevivência.

Capítulo I - *FREI FERNANDO*: TRAJETÓRIA E MEMÓRIA DOS CAMINHOS QUE O LEVARAM AO CÁRCERE

Em 1954, o jovem Fernando de Brito participou de uma peregrinação ao Santuário Mariano na Serra da Piedade no município de Caetés, estado de Minas Gerais. Foi nessa ocasião que conheceu o frei dominicano Mateus Rocha, uma figura emblemática que o marcou profundamente, um divisor de águas, ao menos no que diz respeito a sua opção pela vida religiosa.

Frei Mateus (1923 – 1985), nasceu em Dom Silvério, interior de Minas Gerais. Foi segundo Ivo Poletto “um apaixonado seguidor de Jesus, tão apaixonado que conseguia tocar, despertar, inquietar e atrair a partir do seu anúncio”. Na década de 1950, em Belo Horizonte, seu compromisso com a realidade social marcou uma geração de jovens reunidos na Juventude Estudantil Católica (JEC) e na Juventude Universitária Católica (JUC), que nortearam as suas vidas a partir daquela experiência concreta em contato com os seguimentos das pastorais da juventude.⁹

Herbert José de Souza (Betinho), afirma que o frade “conseguia transmitir a ideia de absoluto com tal simplicidade que contagiava de forma incrível até o mais simples dos mortais”.¹⁰ Além disso,

Ouvia cada um como se fosse Deus. Cuidava de cada um como se cuidasse de Deus, e nós, apesar de nós mesmos, acreditávamos que éramos deuses. Naquele mundo onde os pais estranhavam os filhos, onde as mães rezavam o terço e escondiam o amor, onde a felicidade se escondia por traz das montanhas e o amor era um pecado só possível na ordem do casamento, esse frei corria na frente gritando contra a mediocridade, e falava uma palavra que Minas só pronunciou, até agora, ao contrário: revolução.¹¹

Fernando ao que as fontes indicam também compunha o grupo dos tais filhos de Minas retratados por Betinho. Não por acaso, nesse ínterim conviveu com a necessidade

⁹ POLETTO, Ivo (Org.). *Frei Mateus Rocha: um homem apaixonado pelo absoluto*. Mensagem e testemunho para a Igreja e o mundo de hoje. Edições Loyola. São Paulo, 2003. p.15.

¹⁰ SOUZA, Herbert José de. Mateus: um frei com mania de absoluto. In: POLETTO, Ivo (Org.). *Frei Mateus Rocha: um homem apaixonado pelo absoluto*. Mensagem e testemunho para a Igreja e o mundo de hoje. Edições Loyola. São Paulo, 2003, p. 24.

¹¹ Idem., p. 24-25.

de ser ouvido. Durante a infância permaneceu com um vazio perturbador que só veio a ser preenchido a partir da sua aproximação do dominicano, atraído pelo afeto e exemplo de vida. Mais adiante realizou-se na ordenação, ou seja, no encontro consigo mesmo através da vida sacerdotal.¹²

Era costume entre os jovens estudantes da época saírem anualmente em peregrinação ao Santuário. Naquele ano, a peregrinação havia ficado sob os cuidados do frei Mateus Rocha, que teve de enfrentar junto aos peregrinos, condições meteorológicas adversas. Chovia muito e o frio era intenso, além disso, o local era precário, desprovido de uma boa estrutura para acolher a todos os participantes daquele evento.

Por estar em reforma, à igreja que abrigava normalmente os peregrinos ficou sem condições de acolhê-los. Não havendo alternativa, tiveram que dormir expostos num estábulo fora da igreja. Naquele contexto, Fernando foi um privilegiado ao dormir num quarto reservado ao responsável da peregrinação.

Frei Mateus ao ser informado por um amigo de Fernando, que o mesmo não estava em condições de saúde adequadas, pois passava por um tratamento contra a tuberculose e por isso não poderia passar a noite naquele lugar nem dormir junto aos demais participantes. O religioso então cedeu a sua cama a Fernando e, foi dormir no chão. Conta Fernando que aquele gesto de compaixão daquele homem de hábito branco muito lhe impressionou.

Foi o início de uma relação de amizade entre os dois, começando com um diálogo que durou cerca de cinco horas. “Foi uma coisa extraordinária”,¹³ afirma frei Fernando que, após anos de espera, pôde sentir o aturo de uma escuta sensível. Naquela noite encontrou respostas para as suas persistentes interrogações e, “se o frade não lhe deu respostas, ao menos abriu pistas a serem seguidas e alargadas”.¹⁴

Em seu diário frei Fernando registrou a sensação que ficou daquela conversa junto ao fogão de lenha. Ele diz que contou toda a sua trajetória, confessou ao frei

¹² De acordo com os depoimentos de Fernando, ele logo cedo se mostrou uma criança inquieta e cheia de dúvidas. Durante muito tempo guardou muitas das suas interrogações até que um dia encontrou a confiança que precisava e assim pôde compartilhá-las com o frei Matheus Rocha.

¹³ Entrevista fornecida ao autor em 04 jul. 2009 no Sítio do Conde - Conde/Bahia.

¹⁴ BETTO, Frei. *Batismo de Sangue: a luta clandestina contra a ditadura militar brasileira* – Dossiê Carlos Marighella e Frei Tito. 12ª ed. São Paulo: Casa Amarela, 2000, p. 224.

Mateus as suas inquietações pessoais. Após o seu desabafo, sentiu-se leve, “tomado por uma paz reconfortante”, tendo a impressão de ter enfim encontrado o que há muito tempo procurava.¹⁵

Fernando aos dezoito anos, como qualquer outro jovem da sua idade, tinha muitas dúvidas e interrogações, sofria mediante a necessidade pessoal de ser ouvido. Uma boa conversa fazia parte de suas buscas, pois, necessitava de alguém que lhe ouvisse e compreendesse as suas angústias.

Diante daquela figura os jovens se sentiam acolhidos, entre eles o Betinho, que carrega a tinta na emoção ao relatar que havia em frei Mateus uma coisa que eles buscavam mesmo sem saber, uma espécie de grandeza capaz de “reter ou compreender o instante no qual o absoluto se apresenta sob qualquer forma ou sob qualquer disfarce”.¹⁶ Sendo assim, podemos supor que foi a partir daquele contato ao que parece providencial, que Fernando direcionou as suas escolhas e despertou para vocação religiosa. São essas questões que tentaremos de alguma maneira apresentar.

1.1 – Alguns aspectos da trajetória de Fernando

Em 11 de outubro de 1936, nasceu Fernando de Brito na cidade de Visconde do Rio Branco, na região da Zona da Mata, estado de Minas Gerais. O terceiro dos sete filhos de João Ferreira de Brito e Antonieta Ferreira de Brito.

¹⁵ BRITO, Fernando de. In: BETTO, Frei. *Diário de Fernando: nos cárceres da ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p.27.

¹⁶ SOUZA, Herbert José de. Mateus: um frei com mania de absoluto. In: POLETTO, Ivo (Org.). *Frei Mateus Rocha: um homem apaixonado pelo absoluto*. Mensagem e testemunho para a Igreja e o mundo de hoje. Edições Loyola. São Paulo, 2003, p. 26.



Ilustração 1: Fernando com 5 anos junto a sua irmã Clara. In: BRITO, Fernando de. *Cartas da prisão e do sítio*. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar – Expressão Gráfica, 2010, p. 3.

A julgar pela maneira como se reporta ao seu pai, Fernando tem por ele uma imensa admiração e se orgulha quando alguém que o conheceu afirma que eles se parecem fisicamente. Ele o define como um símbolo de “cultura e de honestidade”, uma espécie de “mito” na pequena Cidade de Visconde do Rio Branco. Conta que o pai possuía um espaço em que se misturavam as funções de papelaria, livraria e tipografia.¹⁷

Segundo o seu relato, muitos dos livros que ali eram expostos não estavam destinados à venda, nem havia público para esse fim. Ficavam, simplesmente, ao dispor de pessoas interessadas a pesquisar. Ao que parece, o espaço funcionava como uma modesta biblioteca que possibilitava os contatos e a comunicação entre os letrados da cidade e proporcionava um aprimoramento do conhecimento e do saber. Tudo indica que aquele “ponto de encontro e de cultura” despertou e fortaleceu, no filho de João Ferreira de Brito, o gosto pela leitura e pela escrita.¹⁸

De acordo com Emiliano José, o pai de Fernando se caracterizava como “um conservador progressista, se couber o paradoxo, que dizia ser melhor fazer a reforma agrária antes que os comunistas a fizessem”.¹⁹ Num exercício rememorativo, frei Fernando destacou que João Brito detinha uma personalidade instigante. De formação protestante, lia a Bíblia todos os dias, mas não frequentava nenhuma igreja, pois julgava que nenhuma delas era realmente fiel ao Evangelho. Tinha um código de moral rigoroso e exigia dos filhos respeito para com os outros e com ele mesmo. Fernando afirmou que,

¹⁷ BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor em 04 jun. 2009 no Sítio do Conde - Conde/Bahia.

¹⁸ *Idem*.

¹⁹ JOSÉ, Emiliano. *Op. Cit.*, 2004. p.71.

logo cedo aprendeu com o pai que não poderia, em hipótese alguma, “fazer piadas de ninguém, de nenhuma religião, nem de negro, nem de raça, de nada”.²⁰

Sobre a sua mãe, Fernando fala bem menos. Ela era uma professora primária que descendia da tribo indígena dos Coroados que vivia na mesma cidade onde ele nasceu. Uma mulher do interior, simples, mas de posses. Assim como seu filho, não era de falar muito, gostava mesmo de agradá-lo, normalmente preparava a comida que ele gostava, trabalhava mais do que conversava.

Frei Fernando afirma não conhecer nada mais da sua ascendência materna, apenas acredita que dela teria herdado “um desejo de liberdade, uma necessidade, mais que um desejo, uma necessidade de ser livre”.²¹ Talvez não tenha tido uma convivência tão próxima, daí não ter repertório para falar da sua experiência com a sua própria mãe. Possivelmente, os laços de sua mãe com sua família ou tribo foram rompidos ou dissolvidos, por isso, não faz referências a esses parentes.

Não é das poucas informações referentes à sua mãe que o frei passa a impressão de ser uma pessoa tímida. Homem de pouca conversa é bem objetivo. Seus gestos e suas palavras demonstram isso. Conta que seus pais morreram num intervalo de tempo bem curto. Por volta do mês de abril de 1968, morreu a sua mãe devido a um câncer. Logo em seguida, cerca de dez meses depois morreu, também, o seu pai em virtude de um problema no coração.

Tudo indica que Fernando teve uma infância saudável. Menino do interior, dividiu seu tempo entre circular pela cidade de Visconde do Rio Branco e visitar a fazenda do seu avô paterno, já falecido aquela época, que estava sob os cuidados dos seus tios. Nela, foi muitas vezes brincar com seus amigos, os filhos dos vaqueiros empregados dos seus tios. Lá tomava banho no rio Xapotó, dirigia e passeava nos carros de boi.²²

Amigo dos filhos dos peões da fazenda, ele conheceu de perto a realidade da pobreza. Embora não entendesse aquilo, “a diferença entre uns e outros, a diferença social”. Apesar da situação de miséria, Fernando afirma ter se sentido mais atraído pelo

²⁰ BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor em 04 jun. 2009 no Sítio do Conde - Conde/Bahia.

²¹ Idem.

²² BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor em 06 abr. 2009 no Sítio do Conde - Conde/Bahia.

desconforto da “senzala” do que pelo conforto da “casa grande” que tinha, além de maior comodidade, fartura.²³ Segundo frei Betto,

A casa da fazenda era solene, quartos recortados em janelas, comida farta, pomar abundante, contrastando com as choças dos empregados, o telhado vazando na chuva, a família apertada no mesmo cômodo, dormindo em colchões de palha de milho, as crianças misturadas aos porcos e as galinhas, pisando o mundo, o cuspe dos homens de boca desdentada atravessada pelo cigarro de palha e as mulheres pensativas com seus cachimbos de barro.²⁴

Apesar de tudo isso, frei Fernando afirma que preferia estar na casa dos empregados. Inclusive, ele recorda que era muito bom ir à noite para casa deles conversar e tomar “aquele café ralo com pipoca”.²⁵ A sua lembrança sustenta um forte laço de amizade construído na relação com os seus conterrâneos e os garotos do seu convívio durante a infância.

Segundo Fernando a pobreza e a vida miserável a qual estavam submetidos os trabalhadores que viviam na fazenda lhe causava enorme desconforto. Acredita que, àquela realidade não era resultado da vontade de seus tios, uma vez que, “comparados aos outros patrões da região, eles eram considerados bons”.²⁶ No seu entendimento, as relações de trabalho entre seus tios e os empregados eram harmoniosas, negando, de alguma forma, os possíveis conflitos próprios das condições de trabalho.

Em seu depoimento há uma razoável criação de sentido, as quais a convivência social foi quem lhe deu o norte. Desse modo, o trabalho de recordação da sua infância remete ao que diz o teórico Maurice Halbwachs (1877-1945), sobre a memória ser “uma construção psíquica coletiva e resulta de processos de interação social”.²⁷ Ou seja, a memória individual resulta da interação com a memória coletiva.

Para Halbwachs as lembranças brotam do interior de um determinado grupo. O que nos sugere pensar numa extensão da memória para além da pretensão individual. Por meio da qual a constituição de pensamentos, sentimentos, certezas ou dúvidas que o indivíduo por ventura atribui a si, não passam segundo o autor de ideias provenientes do

²³ BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor em 04 jun. 2009 no Sítio do Conde - Conde/Bahia.

²⁴ Idem.

²⁵ Idem.

²⁶ BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor em 04 jun. 2009 no Sítio do Conde - Conde/Bahia.

²⁷ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

grupo social. Nessa perspectiva, temos a noção de uma memória, amparada em lembranças que reconstroem a vivência muito mais em grupo do que individualmente.

Myrian Sepúlveda Santos reforça essa mesma ideia ao argumentar que construções do passado, geralmente, são sustentadas por estruturas coletivas e não apenas isso, são criações de indivíduos que se valem de relatos diversos. Quer dizer, das memórias de outros para “confirmar suas próprias recordações e para lhes dar resistência”.²⁸

Santos ao relacionar construções individuais com o coletivo, numa perspectiva harmoniosa vai apontar a convergência entre o sujeito e seu meio social. Por meio desse diálogo, a autora traça, de certo modo, um caminho metodologicamente favorável ao estudo da memória e suas características, por defender a possibilidade de se compreender a memória como sujeito e objeto do conhecimento.

Considerando tais concepções teóricas, associadas em sua maneira de compor análises, observamos que a memória transita habitualmente entre o público e o privado. Nesses termos, entendemos que a maneira como Fernando se reportou à sua infância, remete também aos pressupostos dos relatos autobiográficos.

Segundo Ângela de Castro Gomes, em sua análise sobre produções autobiográficas a partir de cartas, diários e textos memorialísticos, adverte que os relatos de maneira geral são “subjetivos, fragmentados e ordinários como suas vidas. Seu valor, especialmente como documento histórico, é identificado justamente nessas características”.²⁹

Nos relatos fornecidos através das entrevistas, Fernando percorreu caminhos que claramente informa sobre aquilo que ele próprio pensa a seu respeito. Por exemplo, ainda sobre a meninice destacou que a pobreza não era sua única preocupação naquele período. Outras estiveram presentes e o inquietaram por vários anos, tais como as questões relacionadas à adolescência, ao sexo, além das inúmeras interrogações relativas à religião.

²⁸ SANTOS, Myrian Sepulveda. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003, p. 43.

²⁹ GOMES, Ângela de Castro. (org.). *Escrita de Si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 13.

Segundo seus relatos, não encontrava ninguém com quem pudesse partilhar as suas angústias, pois não conseguia abrir-se com seus pais, nem amigos e parentes, sequer com o padre da sua comunidade. Mesmo porque, ele tinha pouca intimidade com o pároco e não se sentia à vontade, lhe incomodava saber que o mesmo “só falava em dinheiro”.³⁰

Quando concluiu o primeiro ciclo de estudos em Visconde do Rio Branco, no ano de 1953, foi estudar na capital do estado, Belo Horizonte, para fazer o ensino secundário “mais reforçado” como desejava seu pai.³¹ Estudou no Colégio Santo Antônio e, logo que chegou, ficou doente tendo que passar seis meses internado em um sanatório por causa da tuberculose que contraiu.

Curado, foi para o colégio onde moravam uns frades franciscanos holandeses que eram, segundo ele, “bastante simpáticos, fumavam longos charutos, tomavam cerveja, riam alto, coisa que os padres não faziam naquela época”.³² Apesar da simpatia que afirmou ter por eles, Fernando não encontrou abertura para uma conversa mais pessoal que pudesse dirimir suas dúvidas e amenizar as angústias que o atormentavam.

Foi então com o frei Mateus Rocha que Fernando veio a encontrar respostas satisfatórias ao entendimento de suas inquietações. Respostas estas que vieram lhe trazer o discernimento referente as internas perturbações, dando maior clareza as suas buscas. A partir desse contato começou a se sentir mais disposto e aberto a tomar novas decisões em direção, por exemplo, a sua opção pela vida religiosa.

No tocante à inserção de Fernando na militância política, ela aconteceu ainda nos anos 50, segundo Emiliano José, sob o impulso de duas vertentes: a de uma turma de amigos que foi para universidade – entre eles, Herbert José de Souza, o Betinho – e a de outra que, como ele [Fernando], ingressou na ordem dos dominicanos. Conforme o autor as duas eram muito envolvidas em lutas políticas, a partir da Juventude Estudantil Católica (JEC).³³

³⁰ Fernando revelou ter ficado surpreso, posteriormente, ao saber que o padre teria morrido na miséria e que o dinheiro recolhido não era para ele e sim para a diocese. Essas informações foram colhidas no documentário Ato de Fé e reiteradas nas entrevistas fornecidas ao autor.

³¹ BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor em 01 fev. 2009 no Sítio do Conde - Conde/Bahia.

³² BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor em 04 jun. 2009 no Sítio do Conde - Conde/Bahia.

³³ JOSÉ, Emiliano. *Op. Cit.*, p.71.

Fernando atuou na JEC, uma organização que atingia jovens secundaristas e que fazia parte dos movimentos renovadores da Igreja. Nos anos que antecederam o golpe militar em 1964, a circulação de ideias democráticas e a presença de manifestações de maior pluralismo cultural, foram ambientes propícios a “nova fase” da Ação Católica no Brasil – AC, que passou por uma reestruturação “especializando-se”,³⁴ em sua maneira de agir, de acordo com as demandas da conjuntura social.

Segundo Raimundo de Barros o próprio programa da Ação Católica Especializada reflete o ideário defendido, para ele esse comprometimento visava voltar-se para a realidade humana em todas as suas dimensões a partir da qual apreendê-la e interpretá-la à luz da experiência pessoal e das análises elaboradas pelas ciências humanas, como também apreciá-las sob o prisma das exigências evangélicas do Reino e naquele contexto comprometer-se com a sua transformação, por meio de iniciativas viáveis de cunho pessoal, grupal e coletivo.³⁵

Do seio da Ação Católica surgiram diversos grupos sintonizados com essas ideias. A Juventude Estudantil Católica – JEC, a Juventude Universitária Católica – JUC e a Juventude Operária Católica – JOC, que teve sua origem na Bélgica com o Padre Joseph Cardijn. Embora os primeiros grupos da JOC tenham aparecido na década de 1930 no Brasil, só a partir dos anos 40 tornaram-se mais efetivos.³⁶

A atuação de Fernando na JEC se deu quando estudava em Belo Horizonte. Ao que parece, sua militância política confluiu com a sua formação religiosa. Se houve conflitos entre essas escolhas eles não imobilizaram nem anularam suas ações. Mesmo porque no ambiente religioso em que ele se inseriu havia o clima de engajamento político influenciado pela espiritualidade cristã e a necessidade de uma ação histórica.

Fernando ingressou no noviciado dos Dominicanos em Belo Horizonte no ano de 1957. Tudo indica que a influência do frei Mateus Rocha foi crucial para essa decisão. Frente às possíveis opções que a vida lhe oportunizou, naquele período, essa talvez tenha sido a que melhor respondeu às suas expectativas e inquietações pessoais.

³⁴ MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. Coleção Igreja na História. São Paulo: Paulinas, 2003, pgs. 138 e 139.

³⁵ BARROS, Raimundo Caramuru de. *Para entender a Igreja no Brasil*. A caminhada que culminou no Vaticano II (1930-1968). Petrópolis: Vozes, 1994, p.81.

³⁶ MATOS, Henrique Cristiano José. *Op. Cit.*, 2003, p. 144.



Ilustração 2: Fernando com sua mãe, primeiros votos na Ordem. In: BRITO, Fernando de. Cartas da prisão e do sítio. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar – Expressão Gráfica, 2010, p. 4.

Após um ano de noviciado, no dia 11 de fevereiro de 1958, aos 21 anos, Fernando fez os primeiros votos de pobreza, castidade e obediência e foi estudar Filosofia e Teologia na cidade de São Paulo. Lá teve contato com amigos e professores que possuíam alto nível intelectual, abertos às questões sociais e à realidade em geral. Foi sob essas influências que no dia 21 de dezembro de 1963, em pleno Concílio Vaticano II o maior evento eclesial do século XX, Fernando foi ordenado padre, meses antes da deflagração do golpe militar no país.

Frei Betto informa que o padre Fernando tinha

Pele tostada, cabelos precocemente prateados, optara pela prática pastoral quando ainda persistia entre os dominicanos a predominância da atividade intelectual. Possuía timbre de voz agradável, fumava três maços de cigarros por dia e devorava, na biblioteca do convento, tratados de teologia clássica. Leitor inveterado, conhecia quase toda a literatura de ficção produzida no Brasil no século 20, com acentuada preferência pelo mineiro Guimarães Rosa e pelos nordestinos José Lins do Rego e Graciliano Ramos. Preservava a simplicidade de sua origem mineira e, nele, o coração sobrepujava a razão. Era sempre o amigo disposto a ouvir e animado a ajudar. Conseguia assumir o sacerdócio sem clericalismo e fazia das celebrações os

momentos mais expressivos de sua própria comunhão com os que dela participavam.³⁷

Fernando consagrou-se como um religioso atuante, sintonizado com a ala mais progressista da igreja, comprometido com questões sociais. Frei Betto relata que em seus sermões, o padre Fernando mencionava que a vida cristã “não é feita de tranquilidade, nem destinada ao conforto espiritual, mas é uma proposta que inclui ascetismo, perseguições, difamações, prisões, tortura e morte”.³⁸ Tudo indica, conforme Betto, que a sua inspiração prenunciava a estrada que posteriormente, o levaria ao calvário.

Através das entrevistas fornecidas pelo frei Fernando, percebemos que, em certa medida, o mesmo constrói uma narrativa autobiográfica que busca dar sentido ao seu percurso e às escolhas que fez ao longo de sua vida. Essa é uma característica dos relatos autobiográficos, por meio dos quais, segundo Pierre Bourdieu, os depoentes procuram “tornar razoável” e “extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância estabelecendo relações inteligíveis”, em suas trajetórias.³⁹

Assim, de acordo com Giovanni Levi, para se estudar os personagens históricos, não devemos associá-los a “uma cronologia ordenada”, imaginando-os como uma “personalidade coerente e estável” nem, sobretudo, considerar que as suas ações foram realizadas “sem inércia” e que as decisões tomadas sempre se fizeram “sem incertezas”.⁴⁰ É nesses termos que compreendemos a trajetória do personagem em destaque.

Convém pontuar, que os personagens históricos estão sempre envolvidos na dinâmica das escolhas e das decisões, o que sugere dizer que a sua vida resulta daquilo que se tem disponível e das opções feitas frente aos dilemas e hesitações. Seguem

³⁷ BETTO, Frei. *Op. Cit.*, 2000, p. 64. Chama atenção que em entrevista ao autor Fernando algumas vezes citou Guimarães Rosa. Gosta da frase: “viver é gostoso, mas perigoso”. Frei Fernando dialoga abertamente com outras religiões, principalmente com as afro-brasileiras, criou na paróquia do Conde a Missa Afro, um evento inovador dentro da diocese de Alagoinhas – Bahia. Fundou também a Casa de Cultura Amigo Jó, para educação de jovens e adolescentes.

³⁸ Idem. p. 224.

³⁹ BORDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

⁴⁰ LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 7ª ed. São Paulo: Editora da FGV, 2005, p. 169.

criando, no decorrer do seu percurso, as suas estratégias a fim de transitar pelos vários lugares e se estabelecer em um dado contexto.

Os sujeitos históricos tendem a selecionar “certos acontecimentos significativos” e estabelecer entre eles “conexões para lhes dar coerência”. Não por acaso, Bourdieu alerta que os biógrafos precisam estar atentos, uma vez que podem ser levados a “aceitar essa criação artificial de sentido”.⁴¹ Deste modo, a discussão em torno da trajetória de Fernando sugere uma breve apresentação da Ordem da qual faz parte.

1.2 – A Ordem dos dominicanos

Fundada por Domingo de Guzmán Garcés (1170-1221), a Ordem dos Pregadores (O.P), conforme é conhecida originalmente, surgiu na Espanha em 1216, e tem como princípios fundamentais: o voto de pobreza, a formação teológica de seus membros, a fundação de conventos, bem como a abertura ao diálogo e à fraternidade.

Historicamente a dimensão missionária caracterizou a Ordem dos Dominicanos, como também a tradição de militância política, desde a Segunda Guerra Mundial, em que ajudavam refugiados a se esconderem dos nazistas. No Brasil a trajetória dos frades dominicanos está ligada à luta do povo por uma sociedade mais justa e igualitária.

Ruy Nunes comenta que desde que chegaram ao Brasil, em 1881, acolhidos pela diocese de Goiás, os dominicanos iniciaram o seu apostolado através da evangelização do povo, dos sertanejos e dos índios caiapós em partes de Minas Gerais, Goiás, Pará e São Paulo. A sua vinda se deve ao imperador dom Pedro II, devido ao fato de que ele, “apesar da sarna regalista, era católico e devoto e, para substituir a falta de missionários portugueses, autorizou a entrada no Brasil de outras congregações religiosas”, a exemplo, também dos lazaristas, dos jesuítas e dos salesianos.⁴²

Em comemoração ao centenário da Ordem dominicana no Brasil, Tristão de Athayde – pseudônimo de Alceu Amoroso Lima, registrou que a atuação desta ordem religiosa,

em nosso meio, de 1881 a 1981, já passou por três fases: a inicial, com a ida direta para os sertões do Araguaia; a seguinte,

⁴¹ Idem. p.182 e 183. Grifos do autor.

⁴² NUNES, Ruy. Os Dominicanos no Brasil. *O estado de São Paulo*. São Paulo: 30 out. 1981.

ao passarem desses sertões aos salões intelectuais dos grandes centros; e a presente, com sua influência junto as Comunidades Eclesiais de Base, em que se destaca a figura singular do frei Betto (Carlos Alberto Chisto), cujos livros já correm mundo, traduzidos em várias línguas, junto a três outros bispos dominicanos também brasileiros, como dom Tomás Balbino[sic], dom Estevão de Avelar e dom Alano Pena.⁴³

Edivaldo Santos também assevera que “durante os primeiros 50 anos, a ação dos dominicanos se deu praticamente nas regiões do interior. A partir da década de 1920, o interesse pastoral dos filhos de São Domingos se deslocaram para os grandes centros urbanos da região sudeste do país”.⁴⁴

Athayde acredita que,

Se somarmos essa dupla missão missionária, nos sertões e nos salões, a presente atuação de jovens dominicanos brasileiros, continuadores dos franceses do início do século, junto as Comunidades de Base do nosso povo do trabalho manual e da ascensão social das nossas massas operárias, teremos um quadro aproximado da imensa contribuição que esses filhos de S. Tomás de Aquino vieram prestar e continuarão a prestar, no futuro, a nossa cultura filosófica, religiosa e social.⁴⁵

Em 1927, os dominicanos fundaram a Casa São Tomás de Aquino no Rio de Janeiro, em 1938 fundaram também em São Paulo, o convento Santo Alberto Magno, o das Perdizes, que se tornou um importante espaço onde se aglutinavam além dos religiosos, estudantes e intelectuais de vários lugares interessados na pregação e na ação da ala progressista da Igreja Católica, e em 1946 foi à vez do convento Nossa Senhora Aparecida em Belo Horizonte – Minas Gerais.

Por ser uma das maiores ordens religiosas masculinas da Igreja Católica, com um passado prestigioso e por contar membros em numerosos países do mundo, os dominicanos de São Paulo estavam em contato com confrades do mundo inteiro. Em especial os teólogos franceses como Carbonell, Chenu, Congar (posteriormente cardeal) e Lebreton, que em 1967 inspirou a encíclica do Papa Paulo VI (1963-1978), “*Populorum Progressio*” sobre o desenvolvimento dos povos. Além do dominicano belga Georges Charles Clement Ghislain Pire, mais conhecido como Dominique Pire que em 1958

⁴³ ATHAYDE, Tristão de. Centenário dos dominicanos. *Folha de São Paulo*. São Paulo: 6 nov. 1981.

⁴⁴ SANTOS, Edivaldo Antonio dos. *Os Dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930): fundação e consolidação da missão dominicana no Brasil*. 1996, Universidade Federal de Goiás, 1996. 176 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996.

⁴⁵ ATHAYDE, Tristão de. *Centenário dos dominicanos*. Folha de São Paulo. São Paulo: 6 nov. 1981.

recebeu o Prêmio Nobel da Paz pela sua liderança da L'Europe du Coeur au Service du Monde, uma organização de ajuda aos refugiados de guerras.

O engajamento político e a atuação desses religiosos refletem o comprometimento do grupo, tanto com a questão vocacional quanto social, com a sua motivação religiosa e com o perfil existente na tradição da Ordem Dominicana.

Ruy Nunes ressalva que “de uns anos para cá, certas pessoas ficaram com prevenção contra os frades dominicanos, devido ao fato de alguns deles se terem envolvidos com Carlos Marighella e os terroristas de triste memória”.⁴⁶ Athayde também ratifica que

Na moderna história da Igreja, os dominicanos, outrora, apodados de reacionários, por serem, com S. Domingos, os fundadores da inquisição, são hoje culminados de comunistas ou pelo menos de revolucionários, por aqueles que querem manter a Igreja na imobilidade de suas raízes e viram a cara ostensivamente, a vitalidade dinâmica de seus ramos e seus frutos, na transmutação universal de ideias e fatos. Não é de espantar, portanto, que despertem ódio e incompreensões.⁴⁷

O frei Osvaldo Rezende afirmou que após a morte de Marighella e a prisão dos frades dominicanos a Ordem Dominicana passou dez anos sem receber aspirantes ao noviciado.⁴⁸ Por outro lado, em entrevista a Sara Carolina Feijó o ex-frade dominicano Magno José Vilela considerou que o esvaziamento da Ordem na época não foi resultado unicamente do escândalo envolvendo o apoio dos dominicanos à ALN, uma vez que anterior a tais acontecimentos, antes do Concílio Vaticano II, a Igreja Católica já enfrentava uma crise com a falta de candidatos ao sacerdócio.⁴⁹

1.3 – Um convite à inserção político-social

A postura adotada na década de 1960 pelos dominicanos comungava com a orientação do próprio Papa João XXIII, que em Outubro de 1962, convocou o Concílio Vaticano II e a publicação das Encíclicas Papais, abrindo novas perspectivas de atuação

⁴⁶ NUNES, Ruy. *Os Dominicanos no Brasil*. O estado de São Paulo. São Paulo: 30 out. 1981.

⁴⁷ ATHAYDE, Tristão de. *Centenário dos dominicanos*. Folha de São Paulo. São Paulo: 6 nov. 1981.

⁴⁸ JUNIOR, Osvaldo Rezende. *Ato de fé*. Direção: Alexandre Rampozso. Produção: Tatiana Polastri. São Paulo, Eclipse Produções, 2004, 55 mim.

⁴⁹ FEIJÓ, Sara Carolina Duarte. *Memória da resistência à ditadura: uma análise do filme Batismo de sangue*. 2011, 158f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, p. 133.

pastoral comprometidas com os problemas do contexto histórico, a fim de chegar à renovação da Instituição com vistas a uma unidade cristã. Quer dizer, além da herança de auxílio aos mais necessitados e a vivência engajada no contexto da época, houve o chamado da própria Igreja através do seu líder.

Em nível nacional, o Concílio Vaticano II, concluído em 1965, continuava dando numerosos frutos, assegurando a renovação da Igreja face ao mundo moderno marcado de um lado por avanços tecnológicos assustadores e de outro lado pela fome de dois terços da população mundial, pela miséria, pela corrida armamentista, pelas guerras e por gritantes injustiças. O episcopado colocava-se em posições diversas com relação à situação da sociedade brasileira. Figuras como dom Helder Câmara⁵⁰ queriam colocar em prática as ações sociais propostas na declaração de Paulo VI.

Ao publicar, aos 26 de março de 1967, a encíclica *Populorum Progressio* relativa ao desenvolvimento integral do homem e ao desenvolvimento solidário da humanidade, o Papa Paulo VI, também forneceu ainda mais combustível para o movimento das ideias e das lutas sociais não só no Brasil como em boa parte o mundo, tanto que essas premissas tiveram impacto forte na opinião pública do período em nível internacional, ao afirmar que a questão social tornou-se mundial. Além disso, defendia ainda o uso da violência em caso de tirania evidente e prolongada, acompanhando de perto o ensinamento do dominicano francês Pe. Lebret.⁵¹

No ano de 1968, em Medellín, na Colômbia, os bispos da América Latina, na II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano interpretaram, com criatividade, o Concílio Vaticano II à luz da realidade do continente. Uma postura que esteve “revolucionando” a Igreja Católica, fazendo com que ela tomasse maior consciência da sua verdadeira missão: a evangelização. Aquele foi um momento de retorno à Bíblia e às suas origens, a provocação de longos debates em torno da renovação de uma igreja que deveria buscar maior fidelidade ao Evangelho, assumindo uma postura corajosa a favor dos pobres e, menos atrelada ao poder público.

⁵⁰ Helder Pessoa Câmara foi Arcebispo de Olinda e Recife. Um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Indicado quatro vezes ao Prêmio Nobel da Paz. Na década de 1970 depois de Pelé era o homem mais conhecido do Brasil. Um incisivo defensor dos direitos humanos durante o regime militar no Brasil.

⁵¹ PIERRARO, Pierre. *História da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1982. Sobre esta discussão consultar também: CORBY, José. *História da Igreja do século XV ao século XX*. São Paulo: Loyola, 1994.

Inspirados nesses ensinamentos e pautados nas suas experiências pessoais de estudo e militância política, os dominicanos do convento das Perdizes, em São Paulo, no final da década de 1960, assumiram o risco do apoio às organizações revolucionárias urbanas, principalmente a Ação Libertadora Nacional (ALN), que tinha como fundador e líder Carlos Marighella – ícone de resistência e da luta armada contra o regime militar instaurado em abril de 1964.

João Valença, ex-frei Mauricio, afirma que o envolvimento dos dominicanos com grupos revolucionários, sobretudo a ALN, ocorreu em virtude das influências de uma teologia progressista existente no interior da província dominicana que se encontrava mais aberta ao diálogo e se fez ousada no estudo da filosofia e teologia assim como os jesuítas da época. Segundo ele “os dominicanos eram um corpo aberto ao mundo e à sociedade”.⁵²

Valença atesta ainda que pelo Convento das Perdizes, em São Paulo, passaram filósofos europeus, latino americanos, teólogos, sociólogos, literatos realizando conferências para eles. O convento, ao que parece, era um espaço que promovia a socialização entre pessoas ligadas às diversas organizações de esquerda favorecendo as trocas de ideias e projetos políticos. O registro memorialístico de Valença revela a atmosfera de um ambiente composto de influências, no qual a formação dominicana, tanto no aspecto religioso quanto no político promovia a abertura às questões sociais e à realidade em geral.

Um dos principais influentes foi frei Carlos Josaphat que se destacava como um profundo conhecedor das encíclicas papais de João XXIII (1958-1963), *Mater et Magistra* e *Pacen in Terris*, cujas brilhantes explanações empolgavam os alunos e o público em geral. As reflexões do frei Carlos Josaphat, lotavam as igrejas, de pessoas jovens e mais velhas, o que certamente desagradava às autoridades governamentais da época bem como à ala conservadora da Igreja. O mesmo fazia a edição do semanário chamado *Brasil, Urgente* lançado em março de 1963.

O Jornal *Brasil, Urgente* segundo Sara Carolina Duarte Feijó, “nasceu para defender as reformas de base prometidas pelo presidente João Goulart e ajudar a convencer os eleitores da sua importância”. Em entrevista à autora, frei Carlos Josaphat afirmou:

⁵² VALENÇA, João. Entrevista ao autor em 01 out. 2011 na cidade de Salvador/Bahia.

Nosso objetivo era informar ao povo sobre os grupos que estavam lutando para promover mudanças na estrutura da nossa sociedade, com o objetivo de torná-la mais justa. Essas notícias não saíam nos jornais de grande circulação, que dependiam da publicidade de grandes grupos econômicos e financeiros contrários a essas mudanças.⁵³

Apesar do seu período curto de existência entre março 1963 a 1964, ele funcionou como um jornal semanal, sendo um importante veículo de informação e formação de opinião, que surgiu como um projeto de mobilização social e instrumento de combate político da chamada esquerda católica. Circulou nas bancas em âmbito nacional e também em outros países, ao todo produziu 55 números com 60.000 exemplares.⁵⁴ Teve a sua última publicação no dia do golpe de 1964, com a manchete “O golpe está nas ruas”.

Não há de se duvidar que o Jornal,

Brasil, Urgente, como veículo de comunicação, partidário e defensor de um cristianismo com abertura social, indicava os possíveis caminhos a serem seguidos para a instauração de uma verdadeira prática social cristã, fundamentada na leitura político-social do Evangelho. Esclarecer e informar seus leitores – ainda que não ultrapassasse o nível teórico – era uma maneira de fazer pressão, avaliada positivamente pelo jornal.⁵⁵

Essa efervescência política presente, ao menos numa parte da Igreja, fomentava a explosão de uma geração insatisfeita, disposta a lutar por liberdade e melhores condições de vida. A “benção” de membros da ala progressista servia de combustível para movimentar as causas sócio-políticas. Segundo Ademar Souza, “para muitos, os contatos com os movimentos leigos, como a Ação Católica, e com as reflexões produzidas pelas encíclicas papais, foram momentos do despertar para a questão social”.⁵⁶ A experiência com os movimentos engajados juntamente com os ensinamentos obtidos, revelam motivações de cunho vocacional e as possíveis opções políticas do personagem em estudo.

⁵³ FEIJÓ, Sara Carolina Duarte. *Op. Cit.*, 2011, p.20-21.

⁵⁴ SILVA, Wellington Teodoro da. *A militância das palavras: a imprensa católica de esquerda no pré-golpe de 1964*. Artigo. http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu21_1.pdf. 2010. Acesso em: 29 de maio de 2015.

⁵⁵ COSTA, Lucas Aparecido. *A esquerdização do catolicismo no Brasil: uma tentativa de modernidade nas práticas sociais da Igreja para o povo (1961-1964)*. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. 2006, p. 205. (Dissertação de mestrado).

⁵⁶ SOUZA, Admar Mendes de. *Estado e Igreja Católica: O movimento social do cristianismo de libertação sob vigilância do DOPS/SP (1954-1974)*. São Paulo: Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). 2009, p.35. (Tese de doutorado).

1.4 – Dominicanos e a ditadura civil-militar

Poucos meses após a ordenação de frei Fernando, em 31 de março de 1964, ocorreu no Brasil o golpe civil militar que depôs o então Presidente João Goulart. Impedindo qualquer forma de atuação política e instaurando um clima de medo e instabilidade social. Segundo Mariza Magalhães, com a instalação do golpe, “os setores da sociedade que eram comprometidos com questões sociais passaram a criticar o novo regime político”. Dentre esses setores ela destaca o papel da Igreja Católica progressista, sobretudo os freis dominicanos.⁵⁷

Essa intervenção militar atingiu severamente os movimentos populares, empenhados nas reformas de base. Isso deu início a uma atmosfera de repressão e medo. Não obstante, a conotação anticomunista do movimento militar (que se apresentava como defensor da civilização ocidental cristã) agradava inúmeros líderes eclesiais da época, que temiam ao comunismo materialista, ateu, triunfante em voga na União Soviética e no leste europeu, na China e Indochina.

Para M. Scott, a Igreja Católica no Brasil apoiou o golpe de 1964 e por isso “a ala mais progressista foi afastada das posições de direção na CNBB”.⁵⁸ Montenegro afirma que, “mesmo oficialmente prevalecendo por parte da Igreja uma orientação institucional de apoio ao golpe, havia um trabalho cotidiano junto às populações rurais e urbanas”, num “esforço religioso de construção da cidadania por meio do trabalho cotidiano de muitos padres”.⁵⁹ Desta forma, parte da Igreja passou a ser um dos principais pilares de sustentação à oposição à ditadura.

O que sugere dizer que, embora a Igreja Católica, enquanto instituição tenha sido conivente com a implantação do regime ditatorial brasileiro, uma parte da Igreja lutou contra as arbitrariedades do governo militar. Em outras palavras, convém frisar que vozes de dentro e por razões diversas, ecoaram afinadas na defesa da democracia, contra as arbitrariedades e a opressão institucionalizada pelo regime.

⁵⁷ MAGALHÃES, Mariza Catarina. *A igreja e as questões sociais*. Disponível em: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=733>. Acessado em: 04.03.2011.

⁵⁸ SCOTT, Mainwaring. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁵⁹ MONTENEGRO, Antonio Torres. *Política e Igreja Católica no Nordeste (1960-1970)*. In: _____ *História Metodologia Memória*. – São Paulo: Contexto, 2010, p.144.

Quer dizer, passados os dois primeiros anos do “crédito de confiança”, o acúmulo de abusos e conflitos foi azedando o relacionamento entre a hierarquia da Igreja e o governo militar, a exemplo, de prisões, torturas, exílios de militantes da Ação Católica e do Movimento de Educação de Base (MEB), acusações e perseguições a pessoas do episcopado como Dom Helder Câmara (1909-1999), duras críticas por parte de setores influentes da Igreja à Doutrina de Segurança Nacional.

Para Scott, essa experiência no Brasil se deu, “pela habilidade do clero progressista,” e “pela forma autoritária e repressora como o regime passou a tratar indiscriminadamente padres, bispos e freiras”. A igreja teria passado, lentamente, a “retirar todo o apoio ao regime, o que definitivamente se materializaria a partir de 1970.⁶⁰ O que se verificou, foi um “acirramento nas relações entre Igreja e Estado ou mais propriamente entre Igreja e regime civil-militar”.⁶¹ Desta maneira, constata-se que, este acirramento se fez presente nas ações de diversos religiosos a exemplo dos freis dominicanos.

Para João Batista Libânio, algumas situações de extremismo ultrapassavam os limites naturais da existência, desse modo, cristãos do Brasil e de diversas partes do mundo naquele período, optaram pelo que chama de caminho revolucionário de inspiração cristã. Ainda segundo ele, naquele contexto, “como a realidade se caracterizava por violência institucional de enorme injustiça contra os pobres, operários e opositores do regime, alguns cristãos decidiram colaborar na luta revolucionária armada”.⁶²

Frei Fernando conta que estudaram seriamente a questão da violência revolucionária na teologia e dela tiveram,

(...) luzes importantes, primeiro dos documentos dos bispos vindos de Medellín e depois em 68, o Papa Paulo VI publicou a encíclica *Populorum Progressio* em que ele diz textualmente: ‘Esgotadas todas as possibilidades de participação na vida do povo e a tirania sendo insustável é permitida a violência’, então a gente embarcou nessa (...).⁶³

⁶⁰ SCOTT, Mainwaring. *Op. Cit.*, 1989.

⁶¹ MONTENEGRO, Antonio Torres. *Op. Cit.*, 2010, p.136.

⁶² LIBANIO, João Batista. *Caminhos de existência*. Semanário Litúrgico-Catequético, n° 46, 02 out. 2011, p.4.

⁶³ BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor em 04 jun. 2009 no Sítio do Conde - Cnde/Bahia.

Os frades dominicanos não foram os únicos religiosos que agiram dessa maneira. Membros de outras agremiações religiosas, a exemplo dos jesuítas, alguns bispos e freiras, ligados à ala progressista da Igreja Católica também se fizeram solidários e se colocaram no enfrentamento ao regime.

Obviamente os dominicanos se destacaram pela posição que tomaram, mas também por ser um grupo relativamente grande e mais aberto ao convívio social. Não apenas isso, o seu carisma e o estilo de vida atraíram pela simpatia vários jovens e, sobretudo “devido a sua visão liberal e libertária da compreensão do significado de Jesus e do Evangelho, baseada nos estudos tomistas e sua intenção de servir o povo de Deus de forma sólida e efetiva”,⁶⁴ explica o historiador e ex-frade dominicano Magno José Vilela em entrevista a Sara Carolina Duarte Feijó.

Associados às experiências desses grupos, estavam em ebulição os movimentos sociais em diversas partes do mundo a exemplo dos protestos contra a Guerra do Vietnã, o movimento hippie, a Guerra fria, as Guerras pela independência de países africanos bem como o movimento negro e de mulheres nos EUA que refletiam o inconformismo dos jovens com as formas “conservadoras” que permeavam as relações.⁶⁵

Como se não bastasse a experiência traumática da realidade estabelecida, seguiu em curso o enrijecimento do regime, que não poupou esforços para manter-se no poder e assim controlar os ânimos, reprimindo qualquer sinal de ação que viesse a contrariar a ordem estabelecida. Ou seja, a política imposta pelo arbitrário regime militar do Brasil.

Em 13 de dezembro de 1968, o presidente Costa e Silva radicalizou o regime militar, com a implantação do AI-5 (ato institucional nº 5), que sumariamente fortaleceu os ditadores, suprimindo o Estado de Direito, atentando contra os direitos humanos fundamentais. O endurecimento do regime convenceu a Igreja da incompatibilidade entre o sistema implantado e o Evangelho anunciado.⁶⁶

Em tempos de ditadura, vários veículos de comunicação sofreram a censura do Estado, não ficando de fora, por exemplo, a imprensa católica da arquidiocese de São

⁶⁴ FEIJÓ, Sara Carolina Duarte. *Op. Cit.*, 2011, p.17-18.

⁶⁵ Para conhecer a atuação dos movimentos sociais do período consultar: VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. 3ªed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008 e 1968: o que fizemos de nós. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

⁶⁶ MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. Coleção Igreja na História. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 194-195.

Paulo, que juntamente com seu bispo Dom Paulo Evaristo Arns, “defensor da liberdade e da dignidade face à violação dos direitos humanos e à arrogância do poder ditatorial”, foi perseguido e caluniado.⁶⁷

Houve intensa patrulha a qualquer forma de manifestação por parte da sociedade civil, bem como qualquer gesto de manifestação da imprensa escrita ou falada que viesse a conscientizar a população sobre a situação do país. Apesar dos afrontamentos, “o jornal da arquidiocese foi um veículo importantíssimo de comunicação para a Igreja de São Paulo. Mesmo com toda perseguição, a luta pela liberdade aconteceu na arquidiocese”.⁶⁸

Diante da ordem dos acontecimentos políticos – com o recrudescimento da repressão no Brasil – os dominicanos optaram por uma militância que pudesse contribuir para transformação político-social do país.

1.5 – Dominicanos e Marighella

Frei Betto explica que o contato dos dominicanos com Marighella se deu em meados de 1967, quando o frei Osvaldo Resende combinou um encontro no Convento das Perdizes, em São Paulo. O revolucionário se apresentou como professor Meneses, um homem “interessado em conhecer melhor a renovação da Igreja Católica”.⁶⁹ Segundo Mariza Magalhães, “unir-se a Marighella era um desejo de colocar em prática todo o conhecimento que obtiveram das aulas teóricas, apresentadas por Congar, Chenu, Cardonnel e frei Carlos Josaphat”.⁷⁰

Assim como geralmente é e como os dominicanos haviam de saber: nenhuma liderança opera solitária. Em torno dela comumente agem outros atores históricos. Deste modo, ligaram-se a um dos principais símbolos da luta armada e da resistência contra a ditadura, Carlos Marighella, que teve ao seu lado, vários militantes de esquerda, homens e mulheres, estudantes universitários e secundaristas, comunistas, operários, jornalistas, trabalhadores rurais e religiosos.

⁶⁷ BOFF, Leonardo. In: ARNS, Paulo Evaristo. *Da esperança à utopia: testemunho de uma vida*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

⁶⁸ SOUZA, Ney de. (org.). *Catolicismo em São Paulo: 45 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo (1554-2004)*. – São Paulo: Paulinas, 2004, p.532.

⁶⁹ BETTO, Frei. *Op. Cit.*, 2000, p.57.

⁷⁰ MAGALHÃES, Mariza Catarina. *Op. Cit.*

Nascido em Salvador, Bahia, em 5 de dezembro de 1911. Era filho do italiano Augusto Marighella e da baiana Maria Rita dos Santos. Foi um dos principais organizadores da resistência contra o regime militar a partir de 1964, passou por várias prisões, viveu na clandestinidade, foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), pelo qual foi deputado, foi escritor e fundou a Ação Libertadora Nacional (ALN).

Segundo Clara Charf, viúva de Marighella, a organização revolucionária acima citada, visava “fazer a luta com operários, camponeses, intelectuais, na cidade e no campo, e reunir todas as forças: católicos, protestantes, todo mundo; religiosos não religiosos que acabassem com aquele regime”.⁷¹

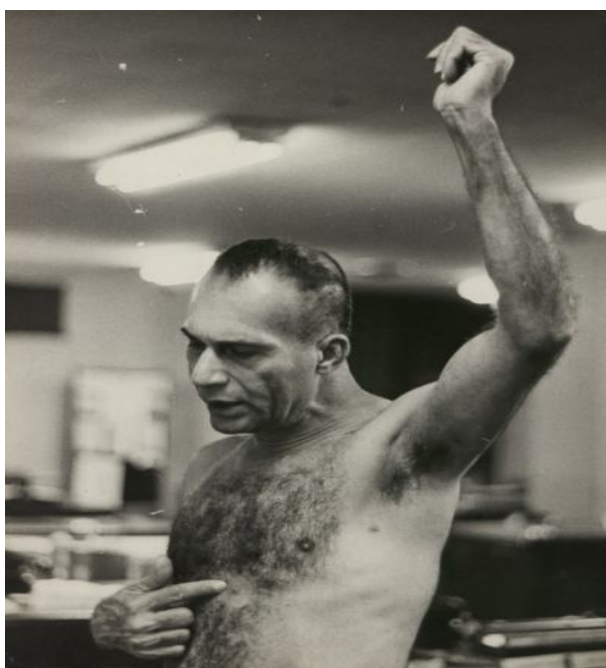


Ilustração 3: Marighella aos 53 anos, posto em liberdade mediante habeas-corpus, visitou todas as redações dos jornais do Rio de Janeiro. Agradeceu a solidariedade dos jornalistas e denunciou o tiro. Perdeu em poucos meses 14 quilos. In: MARIGHELLA, Carlos. *Por que resisti à prisão*. - 3.ed. São Paulo: Brasiliense, Salvador, EDUFBA: OLODUM, 1995, p. 159.

Em maio de 1964, Marighella resistiu à prisão e foi baleado pela polícia do DOPS dentro de um cinema no Rio de Janeiro - o Cine Esky na Tijuca. Dessa primeira caçada ele sobreviveu, ficou preso por quase três meses e sobre esse episódio escreveu o livro intitulado *Carlos Marighella: Por que resistir à prisão*. Nele o guerrilheiro narra às circunstâncias do atentado – detalhes sobre a violência policial. Uma ação de denúncia e protesto contra a violência orquestrada pelas forças do regime recém instaurado.

⁷¹ CHARF, Clara. Entrevista ao programa *Provocações*. São Paulo: TV Cultura, 06 dez. 2011.

Em 1967, através do frei Osvaldo Rezende aproxima-se dos dominicanos, aos quais apresenta os seus pensamentos políticos. Além do convento, frei Fernando conta em seu diário, que Marighella encontrava-se frequentemente com o grupo dos frades, em outros lugares. Quando não era na rua, era em colégios de freiras ou casas de amigos. Os frades promoveram até o contato do líder da ALN com os superiores na Ordem, o que ampliou segundo ele a margem de liberdade para viajar a serviço da organização clandestina.⁷²

O confronto dos dominicanos com o regime militar não se deu de forma explícita. Suas atribuições consistiam “no desabrochar da luta armada”, (palavras de Fernando), que giravam em torno do apoio logístico que era dado através tanto do Convento das Perdizes como da Livraria Duas Cidades que se tornaram local de guarida de perseguidos políticos e de membros de organizações clandestinas.

Inicialmente, os dominicanos cuidariam da logística rural, assinala Mário Magalhães. Frei Betto afirma que era pretensão de Marighella, estruturar as bases da guerrilha no campo, vez que os dominicanos possuíam comunidades religiosas em Marabá e em Conceição do Araguaia. A pedido do próprio Marighella, em julho de 1968, “viajaram para o interior de Goiás e do Pará os frades Fernando, Osvaldo, Ivo e Raton, empenhados num minucioso levantamento da área”.⁷³ Contudo, “passaram a carregar pianos de diversos tamanhos e pesos nas cidades”.⁷⁴

Fernando descreve as atividades realizadas pelos frades da seguinte maneira: “(...) acolhíamos feridos e perseguidos, facilitando-lhe a recuperação e a fuga do país; escondíamos armas e material considerado subversivo; fazíamos o levantamento de áreas potencialmente adequadas ao desencadeamento da guerrilha rural”. Assegura ainda que eram “pau para toda obra, só não apertamos o gatilho”.⁷⁵

Vale observar que havia limites no teor da resistência e oposição dos religiosos conforme assinalam Emanuela Antunes Bezerra e colaboradores,

Apesar da articulação política com o movimento revolucionário os dominicanos não empunharam armas e nem mesmo a tentativa de desmoralização do grupo pelo regime militar

⁷² BRITO, Fernando de. BETTO, Frei. *Op. Cit.*, 2009, p. 33.

⁷³ BETTO, Frei. *Op. Cit.*, 2000, p.65.

⁷⁴ MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das letras, 2012, p. 530.

⁷⁵ BRITO, Fernando de. In: BETTO, Frei. *Op. Cit.*, 2009, p. 32.

conseguiu comprovar sua pretensa ligação com assaltos a bancos e com sequestros políticos.⁷⁶

Quando frei Osvaldo foi para a França,⁷⁷ fazer o curso de teologia, frei Fernando o substituiu. Ou seja, a partir de julho de 1969, Fernando por ser o mais velho do grupo, (mesmo a contra gosto)⁷⁸ assume a tarefa que consistia em manter os contatos e encontrar-se com Marighella quando procurado. O frei servia de ponte entre os jovens dominicanos e o líder da ALN.

O contexto da ditadura, principalmente pós-AI-5, relegou aos opositores do regime, patrulha e repressão. Uma caça aos considerados subversivos e terroristas. Como foi o caso do frei Fernando, que se tornou alvo de investigação. Mas não somente ele nem os demais dominicanos, locais de oração igualmente se tornaram suspeitos. Nem as missas foram respeitadas.

Mariza Magalhães considera que diante daquela situação e com medo que o clero progressista transmitisse ideias comunistas ao povo, o Estado autoritário resolveu o problema vigiando a liberdade de pensar e agir dos religiosos. Desse modo, as missas passaram a ser vigiadas e qualquer discurso mais inflamado poderia dar conotação de fala comunista com isso o padre seria detido para verificação.⁷⁹

Isso porque, segundo Maria de Aquino, os dominicanos naquele contexto representavam “a ponta de lança, a linha de frente dentro da Igreja Católica na oposição mais acirrada e mais direta ao regime militar”. Consequentemente, na visão dos militares aquelas eram pessoas que “precisavam ser destruídas e com um golpe certo e definitivo, que foi o que acabou acontecendo”.⁸⁰

⁷⁶ BEZERRA, Emanuela Antunes; DELGADO, Lucília de Almeida Neves; JÚNIOR, Virgílio Coelho de Oliveira. *Do humanismo cristão a práxis política de oposição à ditadura: memória de uma experiência dominicana*. p.15.

⁷⁷ Frei Betto relata como se deu a substituição do contato dos dominicanos com Marighella. Ver BETTO, Frei. *Batismo de Sangue: A luta clandestina contra a ditadura militar brasileira – Dossiê Carlos Marighella e Frei Tito*. 12ª ed. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

⁷⁸ Frei Fernando numa conversa descontraída contou que não se sentia preparado para aquela tarefa, teve medo, mas tinha que assumir a responsabilidade.

⁷⁹ MAGALHÃES, Mariza Catarina. *Op. Cit.*

⁸⁰ AQUINO, Maria Aparecida. *Ato de fé*. Direção: Alexandre Rampozzo. Produção: Tatiana Polastri. São Paulo, Eclipse Produções, 2004, 55 mim.

1.6 – Perseguição aos frades

Não demorou até os frades serem perseguidos e punidos pela repressão militar, aliás, na verdade como bem observa Mário Magalhães “talvez se devesse perguntar por que a ditadura demorou tanto”, uma vez que, além de inúmeras pessoas estarem a par da ligação dos religiosos com ALN, “em outubro de 1968, o Dops prendera frei Ratton e frei Tito, em Ibiúna. Apurou a atuação intensa e escancarada dos frades na preparação do congresso da UNE”.⁸¹

A repressão sabia que havia ligação entre os dominicanos e a ALN, desse modo, confabularam que por meio dos frades, chegaria a Marighella, àquela altura intitulado o inimigo número um da ditadura militar. Em vista da caricatura de inimigo, inclusive do país, “foi perseguido como a caça mais cobiçada”, relata Florestan Fernandes.⁸²

Assim, os militares montaram um esquema de perseguição aos dominicanos, com início no Convento das Perdizes, de onde surgiu seu nome, Operação Batina Branca, deflagrada no dia 02 de novembro de 1969. Por meio dela vários frades do convento, foram presos e no mesmo dia, os frades Fernando e Ivo tendo as suas vidas vigiadas e seus passos perseguidos, também foram presos no Rio de Janeiro.

Segundo frei Fernando os militares estavam convencidos que ele e seu confrade Ivo iam se encontrar com Marighella no Rio.⁸³ Na verdade os frades foram ao encontro do secretário da Editora Vozes, o jornalista Sinval Itacarambi Leão. Além desse compromisso, havia na cidade, segundo frei Fernando um grande número de pessoas interessadas em se aproximar da ALN através dos religiosos, mas ainda não tinham tido a oportunidade de fazerem isso.⁸⁴

Frei Betto conta que quando chegaram, os frades tomaram inicialmente rumos diferentes. Fernando foi para o convento dos dominicanos no Leme, enquanto Ivo foi para o apartamento dos seus pais, em Copacabana. Combinaram um horário à tarde e juntos tomaram o ônibus rumo ao bairro do Catete. Logo que desceram do coletivo,

⁸¹ MAGALHÃES, Mário. *Op. Cit.*, 2012, p. 534.

⁸² FERNANDES, Florestan. *Carlos Marighella: a chama que não se apaga*. Folha de São Paulo. 12 nov. 1984.

⁸³ BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor em 04 jun. 2009 no Sítio do Conde - Conde/Bahia.

⁸⁴ BRITO, Fernando de. *Ato de Fé*. Direção: Alexandre Rampozzo. Produção: Tatiana Polastri. São Paulo, Eclipse Produções, 2004, 55 mim.

foram surpreendidos por uma estranha abordagem e detidos pela polícia do DOPS e também do CENIMAR, órgãos responsáveis por reprimir e apanhar os “terroristas”.⁸⁵

Essa caçada aos dominicanos tinha como objetivo principal chegar ao famoso guerrilheiro, amado e odiado Carlos Marighella. Presos pela equipe do Delegado Sérgio Paranhos Fleury, famoso por chefiar o chamado “esquadrão da morte”, os frades foram conduzidos ao Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e depois ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops), em São Paulo. Começa aí a “via-crúcis” dos frades. Ambos foram torturados continuamente através de sessões de pancadas, choques elétricos e pau-de-arara.

O ex-frei Ivo em depoimento expôs a sua desconfiança sobre os fatos. Acredita que a polícia sabia exatamente o que estava fazendo, tinha conhecimento dos fatos. Eles não podiam chegar ao líder da ALN diretamente, precisavam que fosse feito contato, mas eles sabiam o dia que ia ser feito contato. Presos no domingo à tarde, Ivo deduz que se a polícia não soubesse o dia em que Marighella entraria em contato, teria se preocupado em leva-los imediatamente para São Paulo. Somente na terça a tarde eles foram levados para livraria.⁸⁶

Não suportando tamanha crueldade, os frades acabaram falando sobre a Livraria Duas Cidades que pertencia aos dominicanos, local onde trabalhava frei Fernando e de onde recebia as ligações e mantinha contato com Marighella. Falaram também sobre o Convento das Perdizes que servia de base de apoio a membros da ALN e de demais organizações. Ao se reportar aquela situação frei Fernando declara, “eu queria ser santo, mas não sou. Eu falei, mas alguém falou antes de mim”.⁸⁷

A confirmação de alguns dados, ao que parece, possibilitou a armação de uma cilada que atraiu o guerrilheiro para a morte. Montada a cilada, não havia outra saída aos frades se não rezar para que Marighella faltasse ao encontro, mas não foi o que aconteceu. Sozinho e confiante, foi ao encontro da morte. A cilada funcionou, deixando claro segundo a *Revista Veja* que “as 23 prisões (Frei Fernando e ex-Frei Ivo, doze seminaristas dominicanos, dois jornalistas, sete outras pessoas) feitas em São Paulo e no

⁸⁵ BETTO, Frei. *Op. Cit.*, 2000, p.62.

⁸⁶ LEB AUSPIN, Ivo. *Ato de fé*. Direção: Alexandre Rampozzo. Produção: Tatiana Polastri. São Paulo, Eclipse Produções, 2004, 55 min.

⁸⁷ BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor no Sítio do Conde em 04 jun. 2009 no distrito do Conde/Bahia.

Rio desde sexta-feira não haviam chegado ao conhecimento do líder maior do terrorismo”.⁸⁸

Na ocasião a polícia comemorou o sucesso da operação. Com a morte de Marighella delegados e investigadores saíram vitoriosos. Relata *Veja* que os militares festejaram “como colegas de serviço ou de colégio comentando o baile da noite anterior, falavam do tiroteio. Andavam sem parar, eufóricos, entre a porta do DOPS e os dois bares, em frente”.⁸⁹

Para Fernando, o desmantelamento da ALN e, conseqüentemente a desarticulação do grupo dos dominicanos se deu a partir do sequestro do embaixador dos EUA, Charles Burk Elbrick. À medida que “o fio da meada começou a ser desenrolado graças ao paletó esquecido por um dos sequestradores na casa usada como cativeiro. Pela etiqueta, a repressão localizou o alfaiate; este, por sua vez, identificou o cliente; logo as quedas tiveram início”.⁹⁰

Outro indicativo é o depoimento de Alípio Freire,⁹¹ preso junto com seu amigo e companheiro de militância, Paulo de Tarso Venceslau que, não suportando mais violenta tortura confessou que havia falado sobre os dominicanos, “abrir o esquema dos padres”. Essa parece ter sido a gota d’água.

Emiliano José aprofundando um pouco mais essa discussão assinalou em seu livro que Paulo de Tarso Venceslau “sempre procurou esquivar-se da responsabilidade”, tanto que, jogou “sobre as costas de outros militantes a culpa pela chegada da repressão a Marighella. Declarou ao *Jornal da Tarde* (2/6/97), durante longa entrevista que, não foi o responsável pela informação que ligava os dominicanos a Marighella”.⁹²

A questão é que esse acontecimento se transformou numa espécie de contenda histórica. Manoel Cyrillo,⁹³ afirma ter “certeza de que há muitas responsabilidades individuais ainda não assumidas, para além das de Yves Lesbaupin e Fernando de

⁸⁸ “Estratégia para matar o terror”. In: O terrorismo morreu com Marighella?. *Revista Veja*. Rio de Janeiro: Editora Abril, ed. 62, 12 nov. 1969, p.23.

⁸⁹ Idem. A alegre noite da vitória. p. 26.

⁹⁰ BRITO, Fernando de. In: BETTO, Frei. *Op. Cit.*, 2009, p. 33.

⁹¹ Nasceu em Salvador – Ba em 04/11/1945. É jornalista, escritor e artista plástico. Foi militante da Ala Vermelha(PCdoB). Ex-preso político, ficou preso por cinco anos desde agosto de 1969. É um dos organizadores do livro *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*, 1997.

⁹² JOSE, Emiliano. *Op. Cit.*, 2004, p. 43.

⁹³ Baiano nascido em 25 de julho de 1946. Ex-preso político, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), foi um dos sequestradores do embaixador norte-americano no Brasil, Burke Elbrick.

Brito”.⁹⁴ Frei Fernando que desde o início não negou a sua parcela de responsabilidade sobre a trágica morte do comandante da ALN, ainda desconfia que exista muita coisa a ser esclarecida.

O historiador Edson Teixeira considera que

A morte de Marighella tem um significado muito mais amplo a ser abordado. O que ocorreu no dia 4 de novembro de 1969 foi um assassinato cometido pela polícia de São Paulo, liderada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, a serviço da ditadura militar instalada desde 1964 no país. Fato que foi reconhecido pela Lei 9140/95 da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos durante o regime militar. O envolvimento dos padres dominicanos é assunto mais do que encerrado. O envolvimento de Paulo de Tarso acrescenta um dado significativo para o cerco a ALN e a Marighella.⁹⁵

De fato, nesse aspecto esse é um assunto mais do que encerrado. Falar sobre o envolvimento dos dominicanos na morte de Marighella para historiografia talvez não tenha mais sentido, tanto pelas comprovações históricas existentes, quanto pelo tabu que ainda permeia esse caso. O fato é que resolvido ou não, entendemos que vale a pena tentar apurar de que maneira foi sendo criada uma imagem estigmatizada acerca dos dominicanos, conforme já dito. Sobretudo dos freis Ivo e Fernando. E mais que isso, será que para eles esse assunto está definitivamente elucidado?

Os frades foram usados como engodo numa cilada armada para o comandante da ALN, na qual foi assassinado aos 57 anos de idade, no dia 04 de novembro de 1969. Afinal, a repressão na época era terrível e a “ordem era matar Marighella”.⁹⁶ A sua morte foi “um grande golpe para a luta armada” e “uma das grandes vitórias” do regime militar, afirma o Jornalista Mario Magalhães biógrafo de Marighella.

Os frades estiveram presos entre os anos 1969 – 1973, condenados pela junta militar no processo da ALN. Além da prisão tiveram que enfrentar a alcunha de traidores, tanto que, na época do julgamento, em setembro de 1971, a imprensa

⁹⁴ JOSE, Emiliano. *Op. Cit.*, 2004, p. 44.

⁹⁵ SILVA, Jr., Edson Teixeira. *Carlos: A face oculta Marighella*. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 1999 (Dissertação de Mestrado), p.171.

⁹⁶ Entrevista de Carlos Augusto Marighella a Sara Carolina Feijó. In: FEIJÓ, Sara Carolina Duarte. *Op. Cit.*, 2011.

brasileira voltou a chamá-los de “terroristas”, “traidores da igreja, da pátria e de Carlos Marighella”.⁹⁷

No capítulo seguinte, apresentaremos e discutiremos a divulgação e o significado de algumas matérias de jornais da época e autores que escreveram sobre o evento, causador de grande repercussão no Brasil e no exterior. A discussão em torno das leituras feitas pela imprensa, sobre Fernando e Ivo, é importante porque abre a possibilidade para se discutir a “responsabilidade” atribuída aos frades dominicanos monitorados pela ditadura em finais dos anos 60, além disso, sugere compreender a partir deste viés os embates em torno da cilada. E de que maneira a trajetória de Fernando entrelaçou-se à de Carlos Marighella.

⁹⁷ FEIJÓ, Sara Carolina Duarte. *Op. Cit.*, 2011, p.74.

Capítulo II – UMA EXPERIÊNCIA DE MORTE A PARTIR DA MORTE DE MARIGHELLA

No dia 05 de novembro de 1969, um dia após a morte de Carlos Marighella, o jornal *O Globo* publicou a seguinte notícia:

FREI IVO E FREI FERNANDO, que rasgaram os votos que livremente fizeram diante de Deus, perderam a resistência moral e traíram os votos de fidelidade à própria doutrina da violência. Entregaram Marighella a polícia com meticulosa proficiência. FOI UM SEGUNDO beijo a maneira de judas. Esses infelizes frades, beijoqueiros da traição, bem encarnaram um papel devastador desempenhado em certos setores da Igreja por determinadas alas ditas “renovadoras”.⁹⁸

Esse é apenas um fragmento do artigo intitulado “O beijo de Judas”, o qual metaforicamente anunciava que um dos mais combativos militantes políticos da época havia sido morto devido à delação dos frades dominicanos. Referiu-se aos religiosos como traidores. Enfatizou que o primeiro beijo da traição à Igreja e à Ordem foi dado “quando, renegando os votos de amor e caridade impostos pelo Evangelho cristão, abraçaram a filosofia do ódio ensinado por Lenin”.⁹⁹ Para o editorial, o segundo beijo ocorreu quando os frades Ivo e Fernando confirmaram o encontro com o guerrilheiro.

A nota evidencia o assassinato de Marighella, tornando público o envolvimento dos religiosos com um dos principais líderes de organizações clandestinas da época. Alude-se ainda, com certa ironia, a uma parte da igreja considerada progressista. Ala que não era conivente com o governo autoritário. Por isso, não ficou apática frente a política engendrada pelas autoridades governamentais da época. Consequentemente, foram difamados e reprimidos pelos órgãos repressores, que não conteve esforços a fim de espioná-los nem persegui-los.

O registro do *Diário de Notícias* de 1969, mostra o sentimento de desprezo do governador de São Paulo, Abreu Sodré, com relação aos dominicanos. Em nota, o político declarou que os sacerdotes eram traidores. Pois, haviam traído o “seu credo, sua

⁹⁸ O BEIJO de Judas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 05 nov. 1969. Cad. 1, p.1.

⁹⁹ Idem. *Ibidem*.

confissão, sua igreja, sua formação e a consciência cristã. Ajudavam terroristas como novos judas, servindo a Marx ao invés de servir ao evangelho”.¹⁰⁰

Por outro lado, inicialmente, contrastando a posição do governador o editorial do *Diário de Notícias* discorreu sobre o assunto demonstrando certa afeição com relação a instituição. Frisou o seu prestígio, narrando um pouco sobre a história da Igreja, inclusive destacou o grande número de fies católicos. Entretanto, logo em seguida deixou claro a sua opinião, menosprezando a ligação dos religiosos com Carlos Marighella. Em geral, defenderam, sobretudo a posição de outros jornais pontuando que:

As denúncias contra as atividades subversivas de elementos ligados ao clero, inclusive em sua mais alta hierarquia, não se inspiram em intenções de sistemática hostilidade, ou de preconceitos anti-religiosos. Pelo contrário, é perceptível na posição assumida pela maioria dos jornais o interesse pela preservação do papel insubstituível da Igreja na sociedade brasileira.¹⁰¹

O jornal acrescentou ainda que era necessário que determinados religiosos sofressem punições pelos seus atos, ou seja, as autoridades eclesiais deveriam reprimir efetivamente, quando estivesse ao seu alcance, a ação de alguns poucos transviados, a fim de evitar que a igreja fosse envolvida e decaída do seu prestígio aos olhos dos fiéis.¹⁰²

Ao apresentar algumas das publicações de jornais a respeito da morte de Marighella e, através dela, refletir sobre a questão da cilada, no contexto de 1969, utilizamos uma fonte cara aos historiadores que sugere imprescindível cautela de cunho interpretativo. Através da observação e manipulação das matérias, foi possível enxergar uma espécie de “cartel” entre os periódicos, enfatizando a morte de Marighella e a presença dos principais responsáveis: os dominicanos.

No panorama das reportagens, o *Diário de Notícias*, fez questão de emitir o seu posicionamento, por isso segundo ele, era tamanha a decepção dos católicos brasileiros. Afirmando em seu artigo que era angustiante saber que membros da igreja, formados numa disciplina particularmente severa de suas ordens, tem se colocado a serviço do

¹⁰⁰ CONFIANÇA na igreja. *Diário de Notícias*. Salvador, 11 nov. 1969. p.4.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² Idem.

terrorismo, conforme comprovação por meio do terrível episódio da morte do líder da ALN.¹⁰³

Convém salientar que a perseguição, inclusive moral aos dominicanos é anterior à morte de Marighella. Pois, além de serem vistos como comunistas também pela ala conservadora da própria Igreja devido ao seu dinamismo político, construiu-se sobre eles através da imprensa uma imagem difamada, daí os religiosos serem classificados como terroristas pelos órgãos da ditadura devido ao seu envolvimento na resistência.

Sara Carolina Feijó, em *O combate da imprensa aos dominicanos* (capítulo 5), relata como a imprensa foi construindo a imagem dos dominicanos frente à opinião pública do período. Passo a passo, a autora, revela a intensa campanha de difamação tecida por parte dos meios de comunicação, iniciada por volta de 1966, quando os dominicanos assumiram uma postura de oposição ao regime militar que teve seu apogeu entre 1969-1970. Logo após a captura e morte de Carlos Marighella.¹⁰⁴

A censura as ações dos frades pelos militares está evidenciada, por exemplo, no pedido feito em 1965 pelo Jornal *O estado de São Paulo* em um editorial, ao general Humberto Castelo Branco solicitando a expulsão da Ordem dos dominicanos do Brasil. Por parte de membros da própria Igreja críticas foram feitas, a exemplo do Arcebispo de Minas Dom Geraldo Proença Sigaud que acusava os dominicanos do noviciado de Belo Horizonte de difundirem ideias comunistas além de estarem sintonizados diariamente com a Rádio Moscou.¹⁰⁵

Não apenas condenações, também houve muito apoio. Não por parte da Igreja oficialmente falando, mas por parte de muitos bispos progressistas, comprometidos com a defesa dos direitos humanos, como é o caso de Dom Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo na época. Segundo Fernando, não esperavam muito da organização oficial da Igreja, uma vez que na época o presidente da CNBB era Dom Agnelo Rossi

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ FEIJÓ, Sara Carolina Duarte. *Op. Cit.*, 2011, p. 116.

¹⁰⁵ FEIJÓ, Sara Carolina Duarte. *Op. Cit.*, 2011, p. 63. A Rádio Central de Moscou, da BBC de Londres, transmitia para o Brasil informações sobre o próprio país. No Brasil da época, eram os canais que restavam para buscar informações imunes ao crivo da censura militar, que se impôs a todos os meios de comunicação. O serviço brasileiro da BBC torna-se uma das poucas fontes de notícias confiáveis ouvidas no país. Ver: LEAL FILHO, Laurindo Lalo. *Vozes de Londres: Memórias brasileiras da BBC*. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 68. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?isbn=8531410770>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

(considerado conservador), porém contavam com outros bispos, entre eles Dom Pedro Casaldaliga, Dom Tomas Bauduino, Dom Valdir Calheiro, Dom Maria Pires etc.¹⁰⁶

Fernando relata que naquele período todas as notícias de jornais passavam pela censura do SNI, mas no caso precisamente do cerco ao líder revolucionário as notícias vieram do SNI. Tal tese diz que “os dominicanos traíram a Igreja procurando comunista e traíram Marighella entregando pra polícia”, isso evidentemente é jogar a igreja contra as organizações revolucionárias, uma vez que os dominicanos na época eram a vanguarda.¹⁰⁷

O SNI monitorava os dominicanos tanto que a partir de 1967, passaram a virar notícia de jornal. Ano que ocorreu um congresso da União Nacional dos Estudantes realizado num seminário, em Minas Gerais, onde muitas pessoas foram presas, inclusive sacerdotes a exemplo do frei Chico, conhecido pelo discurso socialista e antimilitarista. No ano seguinte outra vez em Belo Horizonte foram presas três padres franceses e um seminarista brasileiro que também admitiu ser marxista.¹⁰⁸

Em 1969 foi intensificada a onda de ataques aos dominicanos. Inclusive os agentes do DOPS começaram a gravar as homilias das missas no Convento das Perdizes e divulga-las na mídia.¹⁰⁹ A imprensa censurava até mesmo o estilo de vida dos frades, a abertura que a Ordem dava para seus membros permitindo que frades residissem fora do convento.

A perseguição aos dominicanos de perdizes resultou em 2 de novembro de 1969 na invasão do Convento, a chamada Operação Batina Branca,¹¹⁰ que durou uma semana, terminando com a divulgação da responsabilidade dos dominicanos pela morte de Marighella. Porém, as acusações não pararam por aí, continuaram até a data do

¹⁰⁶ BRITO, Fernando de. Entrevista fornecida ao autor em 04 jun. 2009 no Sítio do Conde - Conde/Bahia. Frei Fernando conta em outra entrevista no dia 01 fev. 2011, que também padres, freiras e outros religiosos iam visitar os frades na prisão. Destaca principalmente Dom Marcelo Cavalheira que também chegou a ser preso no DOPS junto com Frei Betto e Dom Evaristo Arns que o considera uma figura extraordinária na defesa dos dominicanos e dos direitos humanos, “é o grande nome da Igreja nesse período”. Como bispo auxiliar de Dom Agnelo Rossi já trabalhava na Pastoral Carcerária, dando assistência a diversos presídios e quando Rossi é afastado ele assume a Diocese de São Paulo e a primeira coisa que ele fez quando saiu para fazer seu retiro foi passar na carceragem do presídio para visita-los e avisar que aquele seria um programa de trabalho apostólico.

¹⁰⁷ BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor em 31 mar. 2013 no Sítio do Conde - Conde/Bahia.

¹⁰⁸ DOMINICANOS: a ordem em questão. *O Cruzeiro*, 20 nov. 1969, p.28.

¹⁰⁹ FEIJÓ, Sara Carolina Duarte. *Op. Cit.*, 2011, p. 66.

¹¹⁰ Foi o nome dado ao cerco aos frades pelos serviços repressivos que tinham o objetivo de isolar os dominicanos do resto da Igreja. A ação policial recebeu esse nome em referência ao hábito branco usado pelos religiosos. Consultar: BETTO, Frei. *Op. Cit.*, 2001, p.123.

juízo dos frades Ivo, Betto, Fernando e Tito em 13 e 14 de setembro de 1971. A autora elenca ainda o impacto sofrido pela Ordem no tocante a ausência de vocação.¹¹¹

Eduardo Zayat Chammas assevera que a imagem produzida e divulgada pela própria imprensa a coloca numa posição de heroísmo da resistência, de oposição aos militares. Porém, ao analisar a partir de dois importantes jornais da época, os primeiros quatro anos após o golpe, concluiu que o papel desempenhado pelos meios de comunicação não foi exatamente esse e a relação da imprensa com a ditadura foi muito mais ambígua e instável do que pode fazer parecer.¹¹²

Assim observamos que a grande imprensa estava em consonância com o regime militar. Desse modo, deu cobertura às ações que envolveram a perseguição e a prisão dos religiosos, e a suposta cumplicidade na captura e morte de Marighella. Vários periódicos registraram o ocorrido publicando inúmeras matérias reproduzindo a versão da polícia sobre os fatos.

O Globo noticiou:

O DOPS não tem mais dúvidas de que o colégio dos dominicanos, no bairro das Perdizes, em São Paulo servia de refúgio a Carlos Marighella e seu bando. Foi exatamente a prisão de dois desses padres, domingo último que deu a polícia elementos para cercar Marighella ontem, no centro de São Paulo, quando ele ia ao encontro dos dominicanos. No tiroteio que se seguiu entre os agentes e os guarda-costas do chefe terrorista, este foi metralhado e morto, quando, no interior do carro em que o aguardavam os padres, tentou sacar a sua arma. Uma agente do DOPS morreu.¹¹³

Consta no Auto de Qualificação e Interrogatório que, no dia 04 de novembro de 1969, frei Fernando,

[...] em companhia dos policiais, dirigiu-se à Livraria Duas Cidades, onde ficou aguardando o telefonema de Carlos Marighella, tendo as 16:30 hrs, digo aproximadamente recebido um telefonema, em que uma pessoa dizia, usando uma senha, “aqui é por parte de Ernesto, esteja hoje na gráfica”, o que significa “aqui é por parte de Marighella, esteja hoje às 20:00 hrs, na Alameda Casa Branca, altura do nº 800”; imediatamente

¹¹¹ Idem p. 75.

¹¹² CHAMMAS, Eduardo Zayat. A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968. 2012, 112f. *Dissertação* (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, 2012.

¹¹³ COLÉGIO dos dominicanos abrigava os terroristas. *O Globo*. Rio de Janeiro, 05-11-1969. p. 1.

o interrogado contou aos policiais, tendo estes armado um dispositivo para prender Marighella; [...]¹¹⁴

O regime tentou, entre outras coisas, dividir a esquerda, ao apresentar os frades como os delatores. O jornal *O Estado de São Paulo* igualmente noticiou,

Dois padres dominicanos – frei Ivo e frei Fernando – conduziram a Polícia até onde eles haviam combinado um encontro com Carlos Marighella. O líder da subversão no Brasil reagiu à bala e foi morto, às 8 e 10 da noite de ontem, na alameda Casa Branca, um local todo cercado de prédios em construção ou não habitados.¹¹⁵

A publicização desse acontecimento conferia desprezo às ações dos religiosos, não por acaso, Emanuela Bezerra afirma em concordância com tudo que já foi dito que, “o regime militar e os aliados articularam uma intensa campanha de difamação dos frades dominicanos”,¹¹⁶ acusando-os de traidores dos preceitos da religião católica (traidores da Igreja) e do Brasil, defendendo inclusive, que eles deveriam ser expulsos da Instituição.



Ilustração 4: Turma de noviços dominicanos de 1965, em Belo Horizonte, cinco se tornaram militantes da ALN: da direita para esquerda Oswaldo (segundo), Betto (quarto), Ratton (sexto), Magno (oitavo) e Ivo (decimo segundo). In: MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das letras, 2012, 81.

¹¹⁴ Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Polícia Política (DOPS). Auto de Qualificação e Interrogatório do frei Fernando. São Paulo, 19/11/1969.

¹¹⁵ PADRES levam Marighella à morte. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 05 nov. 1969.

¹¹⁶ BEZERRA, Emanuela Antunes et al.; Do humanismo cristão à práxis política de oposição a ditadura: memória de uma experiência dominicana. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/ehosudeste/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=16>. Acesso em: 15/06/2012.

O *Jornal da Tarde* fez a reportagem intitulada: “Como Marighella foi traído pelo terror” “E os frades o traíram. Foi assim”; O *Estado da Bahia* estampou a notícia: “Marighella morre em tiroteio: S. Paulo”¹¹⁷ e, de maneira muito parecida o *Diário de Notícias* descreveu o ocorrido:

Foi morto a rajada de metralhadora, o ex-deputado Carlos Marighella apontado como chefe dos terroristas que agiam nas principais cidades do país, durante um tiroteio travado na noite de ontem, entre os policiais do DOPS e elementos subversivos (...). Na manhã de ontem, as autoridades do DOPS efetuaram prisão de um padre católico, no bairro das perdizes. O sacerdote, detido sob suspeita de ter ligações com “aparelhos” subversivos, interrogado pelo Delegado Rubens Cardoso de Melo Tucunduva, contou que iria ter um encontro com Marighella, às 20h30min. O encontro teria lugar na Alameda Casa Branca esquina da Alameda Lorena.¹¹⁸

Da mesma forma O *Cruzeiro* fez a seguinte descrição:

Sujo de sangue, os olhos verdes apagados, cabelos grisalhos, estendido detrás do banco do Volkswagen azul, chapa SP 24-69-28, ao lado de uma pasta escura e uma peruca castanha, o líder do terrorismo no Brasil, ex-deputado Carlos Marighella, teve encerrada a sua carreira. Uma cilada preparada pela polícia paulista, com a colaboração de dois frades dominicanos, pôs um fim violento a vida de um homem que escolheu os meios violentos de luta por suas ideias políticas.¹¹⁹



Ilustração 5: Marighella morto dentro do Fusca. In: BETTO, Frei. *Batismo de Sangue: a luta clandestina contra a ditadura militar brasileira – Dossiê Carlos Marighella e Frei Tito*. 11ª ed. São Paulo: Casa Amarela, 2001, p. 292.

¹¹⁷ MARIGHELLA morre em tiroteio: S. Paulo. *Estado da Bahia*. Salvador, 05 nov. 1969. p. 1.

¹¹⁸ MARIGHELLA metralhado. *Diário de Notícias*. Salvador, 05 nov. 1969. p. 1.

¹¹⁹ O TERROR cai na cilada. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 05 nov. 1969.

O fato é que a morte de Carlos Marighella desde sempre fomentou ambiguidades. Há polemicas com relação, por exemplo, tanto a alteração do cenário como das pessoas presentes no local, quem falou primeiro? foi baleado dentro ou fora do carro? Revidou, não revidou? Enfim, muitas são as dúvidas com relação as imagens divulgadas do crime e a versão contada pela polícia. Desse modo, o assassinato de Marighella configura-se num episódio espinhoso, “conturbado” da história recente do Brasil, como considera a historiadora Lucileide Cardoso.¹²⁰

Para Elio Gaspari, assim,

Como o suicídio de Getulio Vargas em 1954 e a agonia de Tancredo Neves em 85, o assassinato de Marighella está entre as mortes espetaculares da história brasileira. Por mais que sejam estudadas, é comum aparecer um novo detalhe sugerindo a hipótese de que as coisas se passaram de outra maneira. Isso deriva de uma saudável curiosidade, mas também de emoções que remexem os acontecimentos na esperança de alterar aquilo que parece ser pouco mais que uma sequência de fatos insuficientes para conter o episódio histórico.¹²¹

Difícil mensurar a complexidade do episódio aqui retratado, principalmente por haver uma variedade de interpretações e versões que seguem colidindo entre si. O que significa dizer que há possíveis verdades e mesmo mentiras ainda encobertas, dando margem a continuidade de um clima de receio e insegurança. Desse modo, entre a culpa e a cilada está o personagem aqui retratado. Marcado pela pecha de traidor, uma vez que as causas e implicações da morte do comunista baiano não foram sepultadas com ele.

2.1 – Controvérsias acerca do episódio

A conturbada participação dos dominicanos na queda do líder revolucionário começou efetivamente numa tarde de domingo, dia 02 de novembro de 1969, momento que os religiosos também tropeçaram. Os dois frades foram presos no Rio de Janeiro e depois levados como terroristas para São Paulo. Lá a polícia obteve a confirmação de informações necessárias e à base de tortura, obrigou Fernando a marcar por telefone um encontro, através de um código de segurança pré-estabelecido entre eles: “Aqui é o Ernesto, vou à gráfica hoje”.

¹²⁰ CARDOSO, Lucileide. *Op. Cit.*, 2012, p.213.

¹²¹ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada* — São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.155.

Frei Fernando conta que as evidências levam a crer que os militares estavam bem informados sobre o tal esquema e aparentemente tinham a certeza do encontro. A dificuldade para o religioso é aceitar tranquilamente determinada versão dos acontecimentos. Por isso, se questiona: até que ponto em meio ao cerco armado, um provável “segurança” de Marighella passa antes dele, ver tantos carros e considera tudo normal? Só que em seguida o guerrilheiro é fuzilado. Teria sido uma falha pura e simplesmente? Para Fernando, existem pessoas escondendo importantes detalhes.¹²²

A pessoa a qual Fernando se refere, que passou antes observando o local, foi Luís Cunha, militante da ALN, que segundo Jacob Gorender foi instruído por Marighella a passar antes das 20 horas para vistoriar a avenida. Não tendo notado nada de estranho confirmou que o Fusca se encontrava no local com os dois frades, portanto, para Gorender não havia porque vacilar.¹²³

Para Elio Gaspari a presença dos dominicanos “na cena da cilada contra Ernesto adicionou ao episódio uma ideia, tão falsa quanto perversa, de traição degradante da figura mítica dos guerrilheiros”.¹²⁴ Trata-se de algo muito bem planejado para confundir e desmoralizar os frades que acabaram por portar e, talvez ainda portem uma enorme carga de responsabilidade pelo “sucesso” daquela operação militar, que teve como principal desfecho, a morte do chefe da ALN.

Segundo Mario Simas, houve, de fato, a intenção de atingir a reputação dos religiosos. “Ora se os frades traíram Marighella, esta é a expressão, eles ficam queimados perante a esquerda e perante a Igreja... A jogada política de alguém que bolou isso é uma jogada inteligente”,¹²⁵ argumentou o advogado dos dominicanos.

Talvez em virtude das facetas observadas e das birras históricas, poucos foram os autores que ousaram tocar mais detidamente nesse assunto, não por acaso, em face do debate que segue em curso, a historiadora Lucileide Cardoso considera que,

Essa disputa interna de versões de ex-militantes da esquerda armada sobre um episódio tão conturbado da nossa história recente, condensado no assassinato do líder guerrilheiro Carlos

¹²² BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor em 31 mar. 2013 no Sítio do Conde - Conde/Bahia.

¹²³ GORENDER, Jacob. Marighella, o indômito. IN: *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. Org. Alípio Freire, Isaias Almada, J. A. de Granville Ponce. São Paulo: Scipione, 1997, p. 270.

¹²⁴ GASPARI, Elio. *Op. Cit.* p.270.

¹²⁵ SIMAS, Mario. *Ato de fé*. Direção: Alexandre Rampozzo. Produção: Tatiana Polastri. São Paulo, Eclipse Produções, 2004, 55 mim.

Marighella, estimula a continuidade do debate sobre a preocupação com a verdade nos relatos memorialísticos, seja do poder, seja do contrapoder.¹²⁶

O episódio em si continua a incorrer na inconsistência de depoimentos que não se encaixam. A perseguição e a prisão dos frades suscitou uma imagem maculada pela imprensa, pelas autoridades militares e até mesmo pelos companheiros de luta, ou seja, não apenas os integrantes da ALN, mas também outros membros de diversas organizações clandestinas que faziam oposição ao regime militar.

Frei Fernando até hoje se pergunta, por exemplo, sobre quem abriu o “esquema” dos dominicanos. Ele coloca em evidência a certeza que a polícia tinha de que eles eram base fixa de Marighella, tanto que, quando os militares prenderam os frades no Rio de Janeiro, eles diziam: “Vocês vieram aqui para se encontrar com Marighella”. Uma tática investigativa que anunciava o terror psicológico, mais bruto e mais degradante. Eles não perguntavam eles afirmavam. Por outro lado, já que tinham tanta certeza do provável encontro naquela cidade, porque no dia seguinte eles decidiram ir para São Paulo?¹²⁷

Segundo a polícia, foi Paulo de Tarso Venceslau que não suportando a tortura falou sobre os dominicanos. Para Paulo de Tarso não lhe resta dúvida, “quando caiu o telefone do convento comigo, o Fleury que era um cara que investigava, ele tinha um Qi-sinho um pouco maior do que os imbecis dos torturadores, apesar de que ele era um deles também, fechou o circuito – convento”.¹²⁸ De qualquer maneira, Fernando desconfia que outras pessoas também falaram. Os religiosos eram bem conhecidos e muitos já sabiam dessa ligação, porém não se sabe o que falaram.¹²⁹

Pessoas vinculadas ao movimento revolucionário tinham conhecimento da ligação dos frades com o guerrilheiro tanto que acreditavam na possibilidade de marcar encontro a qualquer momento. Normalmente procuravam os frades para intermediarem encontros. Frei Fernando insiste em esclarecer que não eram eles quem entravam em contato com Marighella, pelo contrário, era sempre o líder da ALN que os procurava.

Sob o controle da polícia frei Fernando foi colocado para falar com a suposta pessoa que intermediava os encontros. Segundo frei Fernando a pessoa com quem falou

¹²⁶ CARDOSO, Lucileide Costa. *Op. Cit.*, 2012, p. 213-214.

¹²⁷ Idem. *Ibidem*.

¹²⁸ VENCESLAU. Paulo de Tarso. *Ato de fê*. Direção: Alexandre Rampoço. Produção: Tatiana Polastri. São Paulo, Eclipse Produções, 2004, 55 min.

¹²⁹ BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor em 04 jun. 2009 no Sítio do Conde - Conde/Bahia.

naquele dia ao telefone confirmando a cilada não era a que normalmente ligava para a Livraria Duas Cidades. Para ele a voz era do delegado Roberto Guimarães e não de Antônio Flávio Médici de Camargo, pessoa que ligava a pedido de Marighella. Ou seja, uma armação da polícia.

Frei Fernando assume que evidentemente estava morrendo de medo, estava meio abobalhado de tanto apanhar, estava sem dormir e sem comer, mas garante que aquela voz era do delegado. Ele supõe que o rapaz de confiança de Marighella realmente telefonou, porém um dos policiais atendeu e em seguida ligou para ele. Isso para testar se Fernando confirmaria ou não o encontro. Em geral ele não nega a sua participação na cilada, inclusive relata que “queria ter sido um santo, um herói, mas o fato é esse, eu não fui o primeiro nem fui o único a falar”.¹³⁰

Emiliano José confronta a versão de Fernando com a de Flávio de Camargo¹³¹, ambos reconhecem o telefonema. Camargo atesta que fez a ligação solicitada por Marighella. Por outro lado, por mais que se tenha insistido com o frei que havia um depoimento detalhado de Camargo, concedido ao dossiê que serviu de base ao processo da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, Fernando não cede: a voz, no telefonema, era de Guimarães.¹³²

Apesar da insistência de Fernando em afirmar que escutou uma determinada voz e essa tal voz não era do suposto mediador do líder da ALN e sim, do delegado, pode ser que sua memória esteja flutuando ou mesmo buscando se isentar da noção de “culpa”. No entanto, não se pode negar que há uma disputa de memória acerca do trágico episódio, inclusive entre os próprios “companheiros”. Na medida em que a esquerda transfere a culpa para os frades, afastando de si e de Marighella uma possível imprudência em termos de estratégia de segurança e de comunicação, tendências ideológicas simplesmente entram em conflito.

Referente as versões até então apresentadas, Fernando comenta o caso resumindo da seguinte maneira: “Paulo de Tarso falou em Fernando, frei Fernando falou em Marighella, então frei Fernando foi fraco”.¹³³ Pronto, nas palavras de Fernando assim permaneceu as explicações sobre os fatos e, dessa forma segue a história, mas ao

¹³⁰ Idem.

¹³¹ Antonio Flávio Médici de Camargo, era quem intermediava o contato de Marighella.

¹³² JOSÉ, Emiliano. *Op. Cit.*, 2004, p.78.

¹³³ BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor em 04 jun. 2009 no Sítio do Conde - Conde/Bahia.

que tudo indica as coisas não são tão simples assim, tamanha incerteza reflete a complexidade do caso.

Outro indício do inconformismo de Fernando aparece quando ele faz ressalvas à análise do historiador Jacob Gorender que, apesar de conhecer e ter convivido com os dominicanos na prisão, jamais os procurou para colher seus relatos, desprezando a versão daqueles que diretamente participaram do trágico evento.¹³⁴

Frei Fernando soube através de um repórter (não identificado), mas que realizava um trabalho a respeito de Marighella, que Gorender ao ser questionado sobre esse fato, teria respondido: era voz corrente! Nas palavras do frei “voz corrente não é método histórico, quer dizer, um frade falar que aquilo era voz corrente eu posso entender, mas um historiador pôr num livro o que era voz corrente eu não posso entender, então é outro mistério que tá por aí”.¹³⁵

A crítica de Fernando ao historiador está na generalização ao que se dizia sobre a culpa dos frades. Visivelmente abalado pontua que ninguém sob tortura pode dizer com antecedência se vai falar ou não. Entende que o ideal é a pessoa ter a postura de um revolucionário, mas a segurança das informações não podem ser baseadas apenas na firmeza do militante. Porque a tortura é desumana e o indivíduo não dispõe de meios humanos, puramente humanos para enfrentar uma coisa que por si só é desumana.¹³⁶

Frei Fernando garante que não busca retirar de si a suposta culpa, mas lembra do quanto é difícil passar pela tortura. Além do mais faz uma crítica a estratégia de luta da organização na época que contava e confiava unicamente com força do militante. Lembra que o militante é humano como todas as pessoas, portanto, passível de erros e acertos.

O testemunho de Alípio Freire, em entrevista a Emiliano José, atesta que “foi a ditadura que matou o líder comunista”.¹³⁷ Inclusive, “todos os indícios também indicam que ele poderia ser aprisionado com vida. E ele foi fuzilado ali porque, com vida

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor em 01 fev. 2011 no Sítio do Conde - Conde/Bahia.

¹³⁷ Alípio Freire nasceu em Salvador (BA) em 1945 e mudou-se para São Paulo com 16 anos, onde mora desde então. Foi militante entre 1967 e 1983 da Ala Vermelha (grupo dissidente do PC do B) e esteve preso de 1969 a 1974.

poderia ser um problema para a ditadura”.¹³⁸ Freire diz ainda que, “às vezes, o sectarismo e a estreiteza de setores de esquerda fazem com que a culpa recaia mais sobre os próprios companheiros, muitos deles barbaramente torturados, do que sobre a ditadura”.¹³⁹

Culpados ou não, os frades dominicanos Ivo, Fernando e Betto permaneceram presos por aproximadamente quatro anos, do dia 02 de novembro de 1969 ao dia 4 de outubro de 1973. Com exceção de Tito que dois anos depois foi liberado para viver em exílio no Chile e na França. E outros a exemplo de João Antônio Caldas Valença (frei Mauricio) que saiu da prisão cerca de um ano depois. Foram a julgamento pela Justiça Militar somente em 13 e 14 de setembro de 1971. Condenados a dois anos de reclusão. Sarcasticamente Fernando diz que a justiça tem um saldo devedor para com eles.



Ilustração 6: Da esquerda para a direita logo à frente o primeiro é o frei Fernando de Brito, em seguida frei Betto, frei Ivo e frei Roberto Romano. *Revista Caros Amigos*. Coleção Caros Amigos – Fascículo 9, 2007, p. 265.

2.2 – Memória e ressentimento

Tanto as memórias quanto os ressentimentos derivam de resíduos do passado e invadem o presente através de lembranças, de traumas, de silêncio e medo. Tal associação com base na história da cilada não pretende fazer julgamentos, mas ressaltar as discussões em que o frei se vê colocado em conflito e, explorar os efeitos dos

¹³⁸ JOSÉ, Emiliano. *Ato de fé*. Direção: Alexandre Rampozzo. Produção: Tatiana Polastri. São Paulo, Eclipse Produções, 2004, 55 mim.

¹³⁹ JOSÉ, Emiliano. *Op. Cit.*, 2004, p.40.

acontecimentos na sua trajetória. Sabendo obviamente que “a dificuldade é redobrada quando se trata não somente de analisar os ódios, mas de compreender e explicar aquilo que precisamente não é dito, não é proclamado”.¹⁴⁰

Não alimentamos aqui a ideia de uma reflexão esclarecedora acerca de quaisquer que sejam as angústias em voga, mesmo porque esse tipo de análise diverge da competência dos estudos da história. Afinal, em se tratando de questão de ressentimento Michele. A. D. supõe que, “os problemas de ordem política e histórica sejam esclarecidos pelas análises da psicologia individual e coletiva”.¹⁴¹

Diante do exposto e da incabível possibilidade de análise no campo do comportamento mental, buscamos destacar aqui apenas a noção de crime, ao menos simbólico, ao qual os frades dominicanos foram imputados. Segundo análise de frei Betto,

O impacto de um assassinato, de uma derrota, de uma relação fracassada, produz estímulos contraditórios, como ventos ciclônicos girando em torno do mesmo ponto, levantando poeiras que custam a se assentar. Busca-se, imediatamente, o culpado: o amor ferido exige, no tribunal das paixões, a réplica do ódio ostentando sua verve, espada vingativa que, antes, dilata as cicatrizes que se queria fechadas. O raciocínio, de mãos dadas com a lógica, perde-se nos labirintos indecifráveis dos sentimentos magoados, traídos, roubados, apunhalados. Por mais que se converse à procura de causas e explicações, o calor do fato inflama a objetividade, e o ruído das palavras desconexas, abundantes, as espalha aos ares, como cinza de uma fogueira que cega os olhos. A razão humana não conhece remédios para afeições dolorosamente maculadas, nem a dialética resiste ao fluxo da indignação do enterro de um homem que encarna as mais profundas esperanças de um povo.¹⁴²

Aqui o dominicano parece sintetizar o sentimento daqueles que no calor da hora viram-se, quem sabe, desiludidos, mergulhados numa experiência perplexa de dor. Uma angústia que emanava da perda, da ausência permanente de uma liderança revolucionária e ao mesmo tempo da sensação de derrota.

¹⁴⁰ ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível* / Organizadoras: Stella Bresciani e Márcia Naxara. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. p. 29.

¹⁴¹ ANSART-DOURLEN, Michèle. O ressentimento – As modalidades de seu deslocamento nas práticas revolucionárias. In: *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível* / Organizadoras: Stella Bresciani e Márcia Naxara. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. p. 352.

¹⁴² BETTO, Frei. *Op. Cit.*, 2001, p.195-196.

Diante do exposto, encontram-se, de um lado, os religiosos, os supostos traidores. Do outro, os militantes, de alguma maneira, também traídos. Mas qual o verdadeiro sentimento de Fernando e dos outros frades naquele contexto? Como eram vistos pelos companheiros de luta? Ou melhor, como foram recebidos pelos demais militantes na prisão?

Conforme Mário Magalhães, “não foram apenas as autoridades e a imprensa governista que satanizaram os sacerdotes. Na cadeia, houve quem os elegeisse bodes expiatórios”. Inclusive, a ALN em clima inquisitorial fez seus julgamentos a respeito das “responsabilidades”, assim, buscaram em tom de disputa condenar “vilões entre vítimas”, lamenta Magalhães.¹⁴³

Inicialmente tiveram que enfrentar uma forte tensão no ambiente. Inclusive, segundo o ex-frei João Valença para a polícia aquela “foi uma noite de comemoração no DOPS, passavam de cela em cela dizendo que tinham matado Marighella”.¹⁴⁴ E gritavam: “pegamos, pegamos o homem! E quem entregou foram os frades”.¹⁴⁵ “Os dominicanos entregaram Marighella”. Para Fernando aquela era uma provocação que objetivava colocar o grupo da ALN contra os frades, o que seria outra desmoralização.¹⁴⁶

Jacob Gorender atesta que “era generalizada a convicção dos presos políticos acerca da responsabilidade de Fernando e Ivo na tragédia da Alameda Casa Branca”¹⁴⁷ e, sob acusação de traidores, foi atribuída aos freis à culpa pelo assassinato de Marighella. Ao que parece, emergiu um forte conflito entre os religiosos e alguns membros da esquerda. Luis Mir chega a ser um pouco mais dramático ao afirmar que “a vontade dos ‘comunistas’ era de matar a todos eles”, se referindo aos dominicanos.¹⁴⁸

Quase quatro meses depois da tragédia, aquele ainda era um tema “quente” nas conversas entre os presos, afirma Gorender.

¹⁴³ MAGALHÃES, Mário. *Op. Cit.*, 2012, p. 564.

¹⁴⁴ LEB AUSPIN, Ives. *Ato de fé*. Direção: Alexandre Rampozzo. Produção: Tatiana Polastri. São Paulo, Eclipse Produções, 2004, 55 mim.

¹⁴⁵ VALENÇA, João. *Ato de fé*. Direção: Alexandre Rampozzo. Produção: Tatiana Polastri. São Paulo, Eclipse Produções, 2004, 55 mim.

¹⁴⁶ BRITO, Fernando de. Entrevista fornecida em 31 mar. 2013. No Sítio do Conde – Conde/Ba.

¹⁴⁷ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1990, p.177.

¹⁴⁸ MIR, Luis. *A revolução impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Editora Best-Seller, 1994, pgs.473-474.

Contudo, não havia discrepância a respeito da delação dos frades dominicanos Fernando de Brito e Yves do Amaral Lebasupin como fato mais direto e imediato que permitiu ao DEOPS localizar e executar o dirigente da ALN. Apesar disso, ambos não sofriam discriminações da coletividade de presos políticos.¹⁴⁹

Segundo o autor aquela espécie de fraternidade existente na convivência entre os presos devia-se ao fato entre outras razões, dos religiosos naquele período não buscarem se eximir da culpa. Inclusive Gorender conta que frei Fernando não fazia a “mínima alusão ao espinhoso episódio, que certamente o atormentava”.¹⁵⁰

Não é fácil ter uma razoável compreensão da atmosfera de remorso que existe em torno desse acontecimento. O jornalista Emiliano José expõe algumas versões de outros que também tiveram participação [no evento] confrontando os pontos de vistas, entretanto, não problematiza efetivamente o acontecimento, o que reforça o sentimento de desconforto sobre o assunto.

Por seu turno, numa posição defensiva, frei Betto deixa entender que os dominicanos se tornaram vítimas e de maneira estratégica foram envolvidos numa trama arquitetada pelos órgãos de segurança da ditadura. Em suas reflexões atenua a responsabilidade recaída sobre os frades e lança até a hipótese de um agente da Central de Inteligência Americana (CIA), ter sido infiltrado na ALN. Para ele, existia “uma tentativa de desmoralizar a igreja”. E não apenas isso, “havia ainda o interesse de jogar a esquerda brasileira contra os militantes cristãos”.¹⁵¹

Frei Betto elenca, através de pesquisa, várias lacunas nessa história. No quarto capítulo de seu livro, intitulado *Morte, a cilada*, ele apresenta a sua versão dos fatos, assim como o fez Mario Simas, o advogado dos frades, na época do julgamento. Levantou inúmeras questões, detalhou o caso, esmiunçou a cilada, investigou o local, as fotografias, questionou o laudo pericial que examinou o carro (Fusca) em que o cadáver de Marighella foi encontrado, etc.

Emiliano José conta que,

¹⁴⁹ GORENDER, Jacob. Marighella, o indômito. In: *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. Org. Alipio Freire, Isaias Almada, J. A. de Granville Ponce. São Paulo: Scipione, 1997, p. 264.

¹⁵⁰ Idem, p. 265.

¹⁵¹ BETTO, Frei. *Op. Cit.*, 2001, p.194.

Até hoje tem predominado a versão de que os dominicanos seriam praticamente os responsáveis isolados, e por essa versão tem se batido o historiador e ex-militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Jacob Gorender, como demonstra em seu texto “Assim Mataram Marighella”.¹⁵²

Para Gorender a reflexão defendida pelo frei Betto, exposta no livro *Batismo de Sangue*, “acumula invencionices” e ainda, o frade ao apresentar o seu ponto de vista acerca da responsabilidade atribuída aos dominicanos “preferiu a meia verdade, o que é igual a meia falsidade”.¹⁵³

Frei Betto defende a tese de que o assassinato de Marighella foi resultado da patrulha, da infiltração da CIA, malvadeza dos militares e das circunstâncias do contexto da época. Contestando essa versão, Gorender afirma que a cilada “nada tem a ver com espíões norte-americanos. Tantos anos já passados e nenhum documento apareceu que apontasse nessa direção”.¹⁵⁴

Mais recentemente, Mário Magalhães, autor da biografia *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, teceu considerações sobre a queda do guerrilheiro. Não compactuando com a ideia de que Marighella sabia da invasão ao convento dos dominicanos em São Paulo. E em seguida no Rio de Janeiro, a polícia havia realizado as prisões dos frades Ivo e Fernando. Discorda da versão de frei Betto em *Batismo de Sangue* que aponta um possível descuido do chefe da ALN.

O autor ao descrever detalhadamente o itinerário do seu biografado registra que, “no seu último dialogo conhecido, Marighella não citou os dominicanos, fosse para apurar informações ou alertar sobre possíveis problemas”. “Ele não sabia que os frades tinham sido presos no Rio”, lamentaria Suzanna.¹⁵⁵

Para Magalhães, “se Marighella desconfiasse de aperto dos dominicanos, teria prevenido Suzanna Sampaio, com quem falou por telefone pouco antes da sete e meia da noite”. A morte do revolucionário não se deve ao descuido, o que significa dizer que:

O desfecho de sua história não mudaria se optasse pelo jardim zoológico. Ou por supostamente manter hábitos mais temerários do que outros dirigentes da guerrilha – se assim fosse, a polícia

¹⁵² JOSÉ, Emiliano. *Op. Cit.*, 2004, p.40.

¹⁵³ GORENDER, Jacob. *Op. Cit.*, 1990, p.177.

¹⁵⁴ GORENDER, Jacob. *Op. Cit.*, 1997, p. 268.

¹⁵⁵ MAGALHÃES, Mário. *Op. Cit.*, 2012, p. 551. Suzanna Sampaio juntamente com o marido Benedicto faziam parte da ALN.

não os teria apanhado. Não era um maluco irresponsável, com pouco apreço pela vida. Sua morte se inscreveu no cenário de declínio da luta armada, combatida pelo isolamento social e pela tortura consagrada como política de Estado.¹⁵⁶

Magalhães, não apresenta argumentos que culpabilizem os frades. Embora saliente o fato do frei Fernando não ter cogitado a hipótese de, “ao ouvir Marighella ou um intermediário, dizer ‘fui preso’ ou ‘fujam’”.¹⁵⁷ Poder-se-ia até supor que tivessem sido eles culpados, mas não aceita que tenha havido espontânea colaboração, ou seja, uma sistemática delação. Num comentário aparentemente sensível e solidário aos torturados da ditadura, o autor considera que:

Mesmo preservando com valentia segredos que salvaram vidas, muitos militantes “abriram” aqui e ali, atenuando o sofrimento. A repressão provava a eficiência da barbárie. O balanço da ruína do GTA da ALN e do grupo de fogo da VPR em 1969 equivale ao inventário das pistas extraídas na tortura. Ao falar, os torturados não se converteram em “indignos” ou “traidores”. A não ser que se os inculpasse pelo ouvido em sessões de suplício com um filhote de jacaré rastejando sobre o corpo nu ou com a introdução de barata no ânus, como sucedeu com guerrilheiras em guarnições do Exército. A subestimação dos efeitos da tortura fragilizou as defesas de Marighella em face dos perseguidores.¹⁵⁸

Elio Gaspari, em nota, também compreende que:

Os dominicanos teriam traído Marighella se o tivessem atraído para a cilada por terem mudado de opinião a seu respeito, ou ainda se, ante alguma promessa de recompensa, visassem algum proveito pessoal ou político. Um ato praticado diante do medo do retorno a suplícios sistemáticos só pode ser considerado uma traição se o uso da tortura como forma de extração de confissões é aceito como parte do acervo moral e ético da pessoa que declara traidor o preso submisso.¹⁵⁹

Seja por medo ou fraqueza, Fernando, ao que tudo indica, não falou por vontade própria. Foi sim, forçado a fazer o que desejava a polícia. Ele expôs o que sabia, confirmou o encontro com Marighella, mas isso não quer dizer que tenha tido pré-disposição para ser "dedo-duro", um estigma que tanto o assombrou. Sua atitude naquele momento pode não ter sido a mais corajosa, porém diante daquela pressão psicológica, assombrado com o terror do estado, não lhe restou alternativa.

¹⁵⁶ Idem. p. 569.

¹⁵⁷ Idem. p. 543.

¹⁵⁸ Idem. p. 537.

¹⁵⁹ GASPARI, Elio. Op. Cit. p.277.

As versões elencadas pelos autores em seus respectivos livros não apresentam definitivos esclarecimentos, contudo, de certa maneira, a versão de Jacob Gorender alimenta a “infeliz” colaboração e a culpabilidade dos religiosos, independente do que eles tenham dito que ocorreu. Para frei Fernando, Gorender não foi honesto para com ele e os seus confrades, uma vez que esteve preso junto com eles, os conhecia e, no entanto, em momento algum os procurou para escutá-los.

Durante o tempo que ficou conosco era ele que dava aula de marxismo para nós na prisão. Eu nunca estudei o marxismo antes, fui estudar na prisão. E na hora de fazer um livro desse ele não vai conversar comigo e nem com frei Ivo, eu não posso entender uma coisa dessas...¹⁶⁰

Em geral, no centro das versões elaboradas sobre a participação dos religiosos na cilada, parece haver um conjunto de ações e demarcações concernentes a uma realidade em conflito, que no limite da convivência entre os atores históricos não alcançaram a violência física, porém até hoje se valem de outras formas de afirmação de poder. Sustentada muitas vezes em pressupostos retóricos e persuasivos, que visam o convencimento.

A suposta intenção persuasiva não passa muitas vezes de estratégias arquitetadas em função do viver ou do sobreviver. Um jogo estabelecido pelas disputas do convívio social, onde os discursos são utilizados como ferramentas de poder, em defesa do seu espaço. Uma verdadeira e consciente luta, afinal de acordo com Michel Foucault o convencimento não é neutro.¹⁶¹ Não sendo neutro é tendencioso, ambiciona através de táticas de convencimento, a imposição aos indivíduos da sua verdade.

As práticas humanas em meio as suas contradições, muitas vezes confundem os fatos, por isso, recompor o passado no pensamento de Foucault é uma ilusão. O autor parte da ideia de que a realidade é uma construção discursiva o que compromete o fazer histórico, daí a atenção para o fato de que os documentos não falam por si. E os acontecimentos como é o caso da morte de Marighella apresentam múltiplas relações de poder.¹⁶²

¹⁶⁰ BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor em 04 jun. 2009 no Sítio do Conde - Conde/Bahia.

¹⁶¹ FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder – por que estudar o poder: a questão do sujeito. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 233.

¹⁶² FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 7.

Ainda em termos de estudos históricos, conforme Carlo Ginzburg, “mesmo um inventário notarial implica num código, que devemos decifrar”.¹⁶³ Portanto, ao lidar com o contexto onde estão em evidência, ideologias e propósitos pessoais, sempre haverá desafios concernentes a uma lógica de pesquisa camuflada, ou seja, propensa fundamentalmente a seu devido cuidado e tratamento.

Especular que em Fernando há ressentimento é certamente algo arriscado, pois desse sentimento normalmente emana agressividade, raiva, desejo de vingança, ódio, inveja, etc., o que parece não ser o caso, pois, frei Fernando não cultivava tais sensações. Contudo, esse sentimento pode estar suprimido dentro dele, e pode ser que justamente isso, em termos de psicologia, ainda o faça sofrer.

David Konstan comenta que, ressentimento “é geralmente um sentimento duradouro, não fugaz: o ressentimento é cultivado e acalentado”.¹⁶⁴ As circunstâncias levam a crer que o frei, não só pela espiritualidade e pela condição de líder religioso, mas também pelo tempo que segue, tem se ocupado e dado vazão a outros sentimentos que não dizem respeito a uma dor continuada que atravessa a sua memória sobre o passado.

Da reflexão até então apresentada pode ser que exale alguma ou algumas contradições próprias da suscetibilidade que traz a questão. Com isso, não queremos nos desvencilhar dos possíveis equívocos, mas tomando de empréstimo o fragmento da análise de Konstan que, mergulhado nessa temática talvez traduza a realidade do personagem em questão. O qual ao longo do tempo, certamente, experimentou inúmeras sensações e produziu os mais diversos sentimentos.

Entre esses outros sentimentos estão a culpa, em oposição a um sentimento de responsabilidade por um erro particular; raiva do mundo em oposição a uma raiva dirigida; enfado, em lugar do simples tédio; e depressão ou melancolia, em contraste com a tristeza devida a uma causa específica.¹⁶⁵

A sensação que fica é que a ditadura cometeu um duplo homicídio, no sentido de um dos personagens ora apresentados ter morrido fisicamente e o outro passado por

¹⁶³ GINZBURG, Carlo, "O Inquisidor como Antropólogo". In: América, Américas, *Revista Brasileira de História*, São Paulo. ANPUH/Marco Zero, n. 21, 1990/1991. p.16.

¹⁶⁴ KONSTAN, David. Ressentimento – História de uma emoção. In: *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível* / Organizadoras: Stella Bresciani e Márcia Naxara. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 61.

¹⁶⁵ Idem. *Ibidem*. p. 71.

uma simbólica experiência de morte. Para além das dores físicas, um sofrimento psicológico e emocional.

A falta de uma boa arrumação desse “quebra cabeça” leva a crer que, a “culpa” ainda não foi completamente dissolvida (não queremos dizer que deve ser) pela historiografia, desse modo, ela não deu conta de revelar toda a trama que envolve a cilada.

É certo que não há conclusões definitivas e, uma possível resposta ao episódio acima citado “depende das circunstâncias e da interpretação que cada um dá a essas mesmas circunstâncias”.¹⁶⁶ Fica a impressão segundo a qual nas circunstâncias de prisão, tortura, cilada e morte do “grande nome da história da resistência brasileira na segunda metade do século XX”,¹⁶⁷ frei Fernando também foi assassinado interiormente. O frade afirma que Marighella era uma pessoa de quem ele gostava muito, admirava muito e, apesar da aceitação dos fatos e da consciência da sua parcela de culpa, a lembrança do acontecimento ainda é um dilema que “pesa muito, é sempre um baque no coração”.¹⁶⁸

2.3 – Em cena: uma disputa de memória

A questão da memória frente a análise que se segue torna-se essencial para uma reflexão a respeito da morte de Marighella, tendo como preceito básico a afirmação de Jaci Alves de Seixas quando diz que, “toda memória é fundamentalmente ‘criação do passado’”, resultado do conjunto de pensamentos com tendência a resgatar a sua própria relação com a história, bem como a do seu grupo, a partir da identidade e do seu referencial de mundo, a fim de, reconstruir o passado de acordo a demanda do presente.¹⁶⁹

Seixas compreende que essa noção de reforma do passado motivada pelo presente via gestão das memórias, almeja, antes de mais nada, “controlar a

¹⁶⁶ BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: UNESP, 1997, p.71.

¹⁶⁷ BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor em 31 mar. 2013 no Sítio do Conde - Conde/Bahia.

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ SEIXAS, Jaci Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível* / Organizadoras: Stella Bresciani e Márcia Naxara. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 42.

materialidade em que a memória se expressa (das relíquias aos monumentos, aos arquivos, símbolos, rituais, datas, comemorações...)¹⁷⁰ Adaptando um pouco mais a reflexão se faz razoável mencionar aqui, a questão da materialidade igualmente expressa na memória da cilada a culpa, aos ressentimentos, disputas e traumas.

Essas implicações próprias do “desenrolar” da história, não diminuem a importância dos registros e testemunhos presentes nos relatos memorialísticos daqueles que viveram ou escreveram sobre um determinado acontecimento. Em tese, a junção de informações favorece a compreensão do ocorrido. E se não o revela em completo, ao menos esclarece os fatos ou se faz conhecer, para que a reprodução não seja tão somente distorcida e pouco informe verdadeiramente sobre o vivido.

Nesses termos Carlos Fico salienta que,

A tentativa de explicação histórica de fenômenos recentes sempre precisa confrontar-se com a memória das pessoas que participaram diretamente dos fatos, ou que tiveram intenso conhecimento deles, ainda que indiretamente. Todo acontecimento do passado pode ser objeto de uma disputa de memória, entendida não como “evolução” ou “lembrança”, mas como afirmação de uma determinada “verdade”. O mesmo personagem pode ser glorificado ou demonizado, dependendo de quem o descreva; um mesmo acontecimento pode ser tido como extremamente positivo, totalmente negativo ou, mesmo, inexistente.¹⁷¹

Em se tratando de casos como o do frei Fernando ou de acontecimentos polêmicos como é a questão da cilada aqui destacada, para Fico, as disputas de memória provavelmente comprometem a compreensão objetiva do passado. Daí a necessidade de checar as variações das memórias em meio as ações do tempo e também em virtude da necessidade que cada um tem de se aventurar na afirmação de lembranças, por vezes, tendenciosas.

De todo modo, é natural obviamente que o testemunho enquanto transmissor da memória traga consigo entre outras coisas já mencionadas, as emoções contidas no acontecimento em si, bem como no processo da narrativa do mesmo. Há lembranças que podem machucar, ou seja, revelar uma situação bastante dolorosa tanto quanto o impacto social do episódio para história.

¹⁷⁰ Idem.

¹⁷¹ FICO, Carlos. João Goulart e “Operação Brother Sam”. In: *O grande Irmão da operação Brother Sam nos anos de Chumbo: O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 67.

Alessandro Portelli em pesquisa realizada na cidade italiana de Civitella Val di Chiana, observou que após o massacre ocorrido em 1944, a cidade ficou durante anos assustada, por conta do assassinato brutal de inúmeros moradores, em retaliação à morte de três soldados alemães pela resistência italiana. Suas reflexões a partir da narrativa dos sobreviventes sobre o massacre mostram o forte sentimento que prevalece sobre a memória oficial e a memória coletiva que por vezes se chocam.

Portelli elenca que a culpa do massacre, para a memória oficial da Resistência, é dos alemães, por outro lado os sobreviventes culpam a própria Resistência pelo trágico episódio ocorrido naquela cidade. Ao falar da Resistência, afirma que acontecimentos como esse, considerado traumático geram nos sobreviventes uma "memória dividida".

O autor identifica de um lado, há uma memória "oficial", que comemora o massacre como um episódio da resistência e compara as vítimas a mártires da liberdade; e, por outro lado, uma memória criada e preservada pelos sobreviventes, focada quase que exclusivamente no seu luto, decorrentes das perdas pessoais e coletivas.¹⁷²

O pensamento de Portelli, referente ao massacre, pode iluminar a questão da memória aqui retratada no que tange a morte de Marighella, pois os dois casos podem ser considerados traumáticos, na medida que, assim como os sobreviventes de Civitella, Fernando traz na memória o trauma produzido pela carga de culpa a ele infligida. Do mesmo modo, a versão da memória oficial difere da sua memória, bem como do seu grupo.

A discussão acerca da memória nos possibilita várias formas de análise, sobretudo quando se trata de um episódio como esse, digamos que, cinematográfico. Tanto que baseado na obra literária de frei Betto, tais acontecimentos inspiraram o filme *Batismo de Sangue*, hoje referência em manuais didáticos. Porém, conforme ilustra Victor Gomes, mais de vinte anos depois, o filme já não está mais focado em provar que os dominicanos não haviam traído o líder da ALN.¹⁷³

A película evidencia um personagem emblemático, frei Tito de Alencar Lima (1945-1974), confrade de Fernando até então ausente nessa abordagem, não por ser

¹⁷² PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaina (org.). *Usos e abusos da História Oral*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 105.

¹⁷³ GOMES, Victor Emmanuel Farias. Do livro ao cinema: memórias da ditadura em *Batismo de sangue* e O que é isso, companheiro? 2014. 223f. *Dissertação* (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014, p.19.

menos importante, muito pelo contrário, mas pelo cuidado de não fugir ao foco. Um jovem cearense que sentenciado pelos pensamentos danosos da repressão militar e atormentado pelas lembranças da tortura e do seu torturador cometeu suicídio, em exílio na França.

É o seu martírio quem dá o tom ao enredo do filme, a ligação dos frades com Marighella e a consequente prisão dos dominicanos. Uma trama histórica que revela o teor dos abusos cometidos pelos aparelhos repressivos e a crueldade da tortura institucionalizada pelo estado autoritário que atingiu até mesmo os religiosos.

O filme foi dirigido pelo cineasta Hevécio Ratton e lançado pela Globo Filmes, em 20 de abril de 2007. Em geral, conta à história dos frades dominicanos do Convento das Perdizes, em São Paulo, destacando também os freis Oswaldo, Tito, Betto, Fernando e Ivo, entre outros religiosos ligados ao movimento de resistência à ditadura, que não aparecem no filme, mas que também participaram.

Trata-se de uma película que contribui com a preservação da memória através da luta contra o esquecimento. Como também “o memorialismo da repressão e a literatura política, ao narrarem a história do período (1964-1985) pelo projeto dos ‘vencidos’, mesclam o desejo do testemunho com o exercício da crítica histórica”, mas não apenas isso, “no campo ficcional, mesclando real e imaginário, romancistas recuperam o sujeito histórico em sua plenitude, revelando sentimentos, emoções e atitudes dos participantes da luta armada”.¹⁷⁴

Para Mariza de Carvalho e Jorge Ferreira organizadores do livro *A História vai ao Cinema*, possivelmente o diretor de *Batismo de sangue* também tenha se apropriado do cinema “como um importante veículo para a construção da memória de determinados grupos da sociedade brasileira contemporânea”.¹⁷⁵

Interessa observar também, conforme Silvio Tendler, “que o filme de tema histórico geralmente tem mais a ver com a época em que é produzido do que com a época abordada. Assim, por exemplo, uma abordagem do passado muitas vezes é mais rica quando analisada sob a luz do conhecimento e das angústias do tempo presente”.¹⁷⁶

¹⁷⁴ CARDOSO, Lucileide Costa. *Op. Cit.* 2012, p.137.

¹⁷⁵ SOARES, Mariza de Carvalho e FERREIRA, Jorge. *A História vai ao Cinema*. 3º ed. Rio de Janeiro: Record, 2008, p.12.

¹⁷⁶ Idem *Ibidem*. p.10.

O momento presente contribui para uma militância política que se reinventa frente aos desafios da história que clama pelo conhecimento do passado, a lembrança de tempos difíceis e o reconhecimento de uma luta de ex-militantes de esquerda por liberdade e democracia. Essa tentativa de se ampliar a noção do passado está propensa a sofrer as mais diversas motivações. Nem sempre se trata de mágoa, mas de justiça social ou mesmo de interesses comerciais.

Segundo a análise de Sara Carolina, *Batismo de Sangue* realmente se insere em uma disputa de memória da resistência à ditadura que, inclusive teve início ainda nos anos 1960-1970. Ela concluiu que o filme igualmente ao livro pretendem se opor a história oficial, que retrata os dominicanos como terroristas e traidores.¹⁷⁷

Trata-se do embate entre duas versões da história: a oficial, produzida em meio a luta política do anos 1960, quando o governo militar utilizou-se dos meios de comunicação para desmoralizar os dominicanos junto à opinião pública e tentar isolá-los do seio da Igreja; e a dos anos 2000 quando os contendores vencidos pela ditadura chegam ao poder pela via democrática e podem, enfim, dar o testemunho de sua trajetória.¹⁷⁸

Conforme elencamos não nos propusemos investigar e apontar qual a visão ou a versão verdadeira do episódio. Não exatamente importa aqui se Frei Betto inventou as suas reflexões fazendo *mea culpa* ou se Jacob Gorender foi injusto com os frades por não escutá-los. A questão é que os jornais da época reproduziram a versão contada pela polícia e conseqüentemente alguns autores seguiram atestando a responsabilidade dos religiosos.

2.4 – Lembranças que matam: memórias e culpa em torno da morte de Marighella

A morte de Marighella deve ser inserida em uma discussão que se dedica não apenas a descrever e interpretar o ocorrido, mas também a tentar entender as motivações históricas ou mesmo as subjetividades dos indivíduos. A cilada é resultado de uma correlação de forças onde cada um ocupa uma posição estratégica. Nela o exercício do poder se destaca e a ideia da “traição”. Nessas circunstâncias, ganha contorno a partir do julgamento, da necessidade e da oportunidade que cada um tem da autoafirmação e da

¹⁷⁷ FEIJÓ, Sara Carolina Duarte. *Op. Cit.*, 2011, p. 116.

¹⁷⁸ *Idem.* p. 117.

negação do outro.¹⁷⁹ Normalmente os autores narram o caso destacando os envolvidos e apontam os principais “culpados”.

A cilada na qual caiu Marighella é um relevante fato histórico e a sua execução representou uma grande perda para as organizações revolucionárias e os movimentos sociais na luta contra a ditadura. Consequentemente, a queda dos dominicanos também foi um grande impacto em suas vidas individuais, um estigma para a Ordem, para Igreja Católica no Brasil e, tomando de empréstimo a expressão de Eduardo Galeno, uma cicatriz aberta, ainda para Fernando.

Passados quase cinquenta anos da morte de Marighella, a cilada continua presente na memória dos protagonistas daquela trama histórica. Embora as pessoas hoje não mais atribuam culpa aos frades àquele acontecimento, tais lembranças ainda permeiam a memória do frei Fernando. Talvez por remeter a uma condição que envolve complexos psicológicos e sociais, não por acaso o religioso precisou fazer diversas e intensas sessões psicoterapêuticas.

Marcado por uma imagem de “traidor”, as incertezas e o não esclarecimento total do fato, soam ainda como um tormento – a sensação de que morrerá e não verá tudo esclarecido. Apesar da liberdade que diz hoje experimentar e da leveza da alma, há no mínimo um estranhamento. A desconfiança de que documentos comprometedores já foram ou serão destruídos, inclusive que os arquivos não serão abertos.¹⁸⁰

No que tange os depoimentos de Fernando, não podemos afirmar que existem novidades, revelações que já não sejam conhecidas. A sua versão corrobora com a narrativa apresentada pelos autores, porém a maneira como se reporta ao passado, contradiz em alguns momentos o que outrora foi dito pelos estudiosos que examinaram o caso, ainda assim, os complementa. Questiona as versões, pois os dados até então apresentados não preenchem inteiramente as fissuras da desconfiança.

Frei Fernando não nega a sua participação. Afirma que jamais negou a sua parcela de culpa. Por não ter suportado a tortura comenta que abriu o esquema, mas alguém falou antes dele. Quando foi interrogado imaginava que a notícia referente a

¹⁷⁹ FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.* 1995, p. 233.

¹⁸⁰ BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor em 31 mar. 2013 Sítio do Conde - Conde/Bahia.

prisão dos dominicanos já teria se espalhado e Marighella não telefonaria marcando o encontro.

Em entrevista ao historiador Edson Teixeira, o filho do líder comunista, Carlos Augusto Marighella, comenta que “Gorender tem uma discussão com Frei Betto há muito sobre essa questão”. Contudo, compreende que,

Independente que seja verdade ou mentira, não queremos com a nossa declaração apoiar uma queima, uma caça aos padres que fundamentalmente delataram Marighella motivados por uma situação (faltou algo aqui) ensejou isso a muita gente, muita gente mata, tortura, nem todo mundo tem a força física, moral, o nível de convicção que um cara como Marighella, e é por isso que Marighella é herói, e por isso que o Frei Betto não é herói, o Frei Yves. Agora você pegar pessoas que foram espancadas, fragilizadas, estranguladas, transformar essas pessoas nos vilões dessa história é um absurdo.¹⁸¹

O depoimento do filho de Marighella demonstra alguma aceitação dos fatos, mas não descarta a ideia de culpa dos frades, não os condena, mas também não os isenta. Mantem-se uma estranheza sobre o debate. Reconhece que sobre o castigo e a dor foram fracos delatando o seu pai. De todo modo, em nome da sua família, desaprova a perseguição, as injustiças contra os religiosos. Afinal reconhece que eles não são os vilões dessa história, foram sim, igualmente vítimas do furor da ditadura.

Talvez, a questão por ora apresentada esteja superada, uma vez que o Governo Federal vem realizando ações onde assume publicamente as responsabilidades perante as atrocidades do passado. Em 2011 em Salvador - Bahia, o Ministério da Justiça representado pela “Caravana da Anistia” realizou o pedido formal de perdão, pela morte de Carlos Marighella, aos familiares e à toda sociedade brasileira.

Contudo, aparentemente há um camuflado mal estar, uma espécie de casa de maribondo que, por mais de quase cinco décadas, as pessoas hesitam em cutucar.

Em 11 de setembro de 1996, por 5 votos a 2, a Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos do Ministério da Justiça condenou a ditadura militar pela morte covarde de Carlos Marighella. Concluiu que ele foi assassinado por um tiro a curta distância, depois de imobilizado por três disparos não fatais. Além disso, a polícia tinha controle absoluto sobre a área onde foi morto, caracterizando-a como uma dependência do Estado, o

¹⁸¹ MARIGHELLA, C. A. In: JUNIOR, Edson Teixeira da Silva. *Carlos: A face oculta de Marighella*. São Paulo: Universidade Severino Sombra. (Dissertação de mestrado). Entrevista concedida a Edson Teixeira da Silva Junior.

qual deve zelar por quem se encontra sob sua responsabilidade.¹⁸²

Vale lembrar que na ocasião durante toda a solenidade nenhuma das autoridades nem os convidados presentes, em suas arguições sequer mencionaram os dominicanos. Pode ser que realmente não coubesse naquele contexto falar sobre um assunto tão desagradável, o momento apesar de tudo era de alegria – a celebração do perdão, mas a ausência dos dominicanos não deixa de causar certa estranheza.

Podemos assegurar que há uma sensação de incompletude, do não fechamento da história. Embora sintam-se em paz consigo mesmo, Fernando convive com essas dúvidas na esperança que um dia a história dê conta de esclarecer os fatos. Do mesmo modo, Jacob Gorender, referência no estudo dessa temática, assinala que “talvez, algum dia, se adquira a comprovação sem margem a dúvidas”.¹⁸³

Embora tenha sido uma experiência histórica concreta, após examinar as versões, arriscamos a dizer que há na cilada uma inclinação pelo factual, à medida que envolve uma nítida preocupação com o resumo de observações objetivas, bem como o fim e o recomeço. Trata-se de uma mudança de perspectiva de acordo com as circunstâncias reais, porém a ausência do líder interrompeu o fluxo de sonhos. Sem falar da jogada de ataque e defesa, a atribuição de responsabilidade por meio da qual o “culpado” foi desmoralizado perante o grupo (militantes).

Compreendemos que a análise de trajetórias individuais possibilita conhecer tanto um comportamento modal, estaticamente mais frequente de um período, quanto as trajetórias de indivíduos que viveram nas margens do campo social por constituírem comportamentos atípicos ou que revelam casos extremos. Em qualquer uma dessas perspectivas, tem-se acesso ao período em que os indivíduos viveram e permitem conhecer suas diversas atuações e o que lhes foi possível realizar.

Desse modo, essa é uma seara onde não se pode passar despercebida a observação dos silêncios produzidos pela memória e, sobretudo, dos silêncios nela produzidos. O pesquisador Michel Pollak considera que “o longo silêncio sobre o

¹⁸² SACCHETA, Vladimir; CAMARGOS, Marcia; MARINGONI, Gilberto. *A imagem e o gesto: Fotobiografia de Carlos Marighella*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p.58.

¹⁸³ GORENDER, Jacob. *Op. Cit.*, 1997, p. 268-269.

passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”.¹⁸⁴

Pollak, ao analisar como processos traumáticos são rememorados, argumenta que por mais que determinadas questões possam hoje ser discutidas e repensadas por vítimas de um passado tenebroso, ainda permanece um silêncio sobre o passado, pois, o silêncio, “tem razões bastante complexas”, e está ligado a diversos sentimentos, seja o de não querer provocar a culpa no outro, seja o da tentativa de se resguardar do “sentimento de culpa que as próprias vítimas podem ter, oculto no fundo de si mesmas”.¹⁸⁵

Dentre outras, essas são “razões políticas do silêncio” que se acrescentam as razões pessoais. E no momento em que percebem que vão desaparecer se sujeitam a convergir para romper com o silêncio, a fim de não apenas “eliminar o estigma da vergonha” como também “inscrever suas lembranças contra o esquecimento”.¹⁸⁶

Ao comentar sobre os sobreviventes dos campos argentinos e, mais especificamente, sobre aqueles acusados de colaboracionismo, a cientista política Pilar Calveiro, uma das pessoas que sobreviveram à ditadura Argentina, fala que,

A posição do sobrevivente sempre é difícil. Quem sobrevive a uma catástrofe com essas características sempre é objeto de alguma suspeita, independentemente do que tenha feito. Entre os sobreviventes, há diferentes abordagens. O que tem sido fundamental é o fato de compartilhar a experiência e de pensar juntos, com os outros e a partir dos outros.¹⁸⁷

Frente aos possíveis equívocos cometidos no passado, muitos militantes e tantas outras pessoas, hoje clamam por justiça, acreditando que enquanto os torturadores e assassinos não forem punidos, o conjunto das Forças Armadas continuará a ser confundido com eles, ao contrário do que ocorreu nos países do Cone Sul (Argentina, Chile e Uruguai), onde as responsabilidades foram devidamente apontadas e sancionadas.

¹⁸⁴ POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº3, 1989, pp. 3-15.

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ Idem.

¹⁸⁷ CALVEIRO, P. Sem medo da memória. São Paulo: *Revista Caros Amigos*. (Abr. 2014). Entrevista concedida a Paulo Hebmüller.

Com isso, “uma das coisas que a Argentina e agora também o Chile mostram é que os julgamentos são possíveis”, frisa Pillar Calveiro. Segundo ela,

Levar a cabo os julgamentos consolida as democracias, lhes dá uma força própria e não as deixa prisioneiras dessa chantagem a que a querem submetê-las. O fato de condenar esses grupos é uma forma de dizer socialmente que essas práticas não são aceitáveis na política do mundo atual.¹⁸⁸

Assim, a história nos mostra que é fundamental aprender com os erros perpetrados e é possível se enriquecer ao reconhecê-los. Compreendendo que, assim como a história, a vida deve passar por ritos, no caso aqui, por uma espécie de “processo de luto”,¹⁸⁹ ou seja, por um ritual de libertação, a fim de assegurar chances para a escrita da sua própria história onde lembranças não mais produzam morte devido ao peso da carga negativa carregada, tanto pela sensação de culpa, quanto pela imposição de responsabilidade.

¹⁸⁸ CALVEIRO, P. Sem medo da memória. São Paulo: *Revista Caros Amigos*. (Abr. 2014). Entrevista concedida a Paulo Hebmuller.

¹⁸⁹ Trabalho geralmente usado pelo campo da psicologia no tratamento na superação dos sujeitos com relação a algum trauma ou perda.

CAPÍTULO III – *CARTAS E DIÁRIO: UM EXERCÍCIO DE FÉ E LIBERDADE*

Ao longo dos quatro anos que esteve preso, entre novembro de 1969 e outubro de 1973, frei Fernando preocupou-se em registrar os acontecimentos por ele vividos, dos mais significativos aos mais corriqueiros. Produziu escritos de diversos teores, do político ao social, mas, principalmente de cunho pessoal. Fez um relato de suas passagens por sucessivos presídios da cidade de São Paulo, nele expôs pensamentos profundamente humanos.

Anotava inicialmente em qualquer papel encontrado, depois repassava para o confrade Betto transformá-las em cartas denunciativas. Posteriormente, de forma mais organizada, copiava em papéis de seda e utilizava como “cofre” do diário, “o interior de uma caneta Bic opaca”.¹⁹⁰ Sendo essa para Fernando, uma atividade emancipadora. Fazia suas anotações em sigilo, sem o devido conhecimento nem mesmo dos demais colegas, afinal qualquer escrita era suspeita. Os carcereiros faziam batidas nas celas e qualquer vestígio dessa prática era imediatamente reprimido. Inclusive, devido as revistas frequentes, Fernando até suspendia as anotações do diário.¹⁹¹

Fernando valeu-se de estratégias aparentemente simples, mas que envolviam muita criatividade, astúcia e coragem dele próprio e daqueles que o visitavam. Ousou transgredir as regras e tornou possível o conhecimento de pormenores da realidade de presos entrincheirados nos cárceres da ditadura militar. Entre outras estratégias de sobrevivência, Fernando, assim como tantos outros presos, contava com a solidariedade dos companheiros, a fim de permanecerem vivos e unidos. As ações do religioso revelam parte da realidade de um preso político que contribui para uma melhor compreensão das experiências individuais.

A saída dos bilhetes requeria a montagem de um esquema criativo, capcioso e, sobretudo, perigoso. Foi através de minúsculas anotações em papel de seda, enrolado em caneta esferográfica de cor opaca que frei Fernando driblou a vigilância. Ele desmontava a caneta, cortava metade do canudo da carga e cuidadosamente montava novamente com os bilhetes. E em dias de visitas passava a caneta para o visitante, na maioria das vezes, o superior dos dominicanos na época, Frei Edson Braga de Souza

¹⁹⁰ BRITO, Fernando de. In: BETTO, Frei. *Op. Cit.*, 2009, p. 267.

¹⁹¹ Idem. p. 272.

que trocava por outra semelhante. “Mesmo quando ele não podia ir, a gente entregava para outra pessoa e a outra pessoa entregava para ele, foi ele que segurou tudo isso”, afirma Fernando.¹⁹² Além desta estratégia, se valia também “de maços de cigarro abertos pelos fundos”. Afirmou que “após colocar o canudinho de papel dentro do cigarro, cuidou de tapar ambas as beiradas com fumo”.¹⁹³

Tais escritos oportunizaram a construção do livro *Diário de Fernando*: nos cárceres da ditadura militar brasileira, publicado em 2009. Fruto da compilação do material bruto organizado pelo frei Betto que os catalogou e fez ainda algumas intervenções explicativas buscando contextualizar algumas das anotações que por se apresentarem fragmentadas, chegariam ao leitor de forma destoante e sem sentido.

Além do *Diário* também foram publicadas em 2010, as *Cartas da prisão e do Sítio*. Relatos de memórias que concomitantemente transmitem vivências do cotidiano da prisão e também do sítio (comunidade localizada no interior da Bahia), revelando fatos comunitários carregados de sentimentos de dor, de alegria, de desespero e solidariedade.

Através das cartas, percebemos que a noção de traição é algo presente em sua memória e a imagem deixada pela cilada persegue seus pensamentos. Entre uma carta e outra ele discretamente toca no assunto, em alguns momentos compara-se a Jesus e sobre a difamação, explica: “Não morri, não sei por quê. Mas fui preso, torturado, sofri todos os maus-tratos, fui caluniado e sobre mim pesam todas as mentiras, as piores”.¹⁹⁴

Apesar do sofrimento, o frade em suas cartas, principalmente as endereçadas as suas irmãs, buscou passar a impressão de que estava bem, demonstrando ânimo e otimismo, “não tenham um pinga de preocupação comigo. Nunca rezei tão bem. E com tanta profundidade”.¹⁹⁵ Verdade ou não, buscou transmitir alegria diante do desconforto e dos problemas estruturais enfrentados na prisão. Em 24 de outubro de 1970, depois de quase oito meses encarcerado escreveu: “nossa vida é assim, cheia de alegrias, apreensões, incertezas, angustias, mas muita felicidade”.¹⁹⁶

¹⁹² BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor em 06 abr. 2009 no Sítio do Conde - Conde/Bahia.

¹⁹³ BRITO, Fernando de. In: BETTO, Frei. *Op. Cit.*, 2009, p.55-56.

¹⁹⁴ BRITO, Fernando de. *Cartas da prisão e do Sítio*. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar / Expressão Gráfica, 2010, p.27.

¹⁹⁵ Idem. p. 17.

¹⁹⁶ Idem. p. 31.

A espiritualidade do religioso agrega valores e importante significado ao vivido. Embora compare a sua situação a de Jesus Cristo, ele se mostra consciente de que não é, nem quer ser maior que o mestre, mas compreende que os dominicanos se encontram;

(...)em plena situação dos mártires. É a época do martírio psicológico, sem deixar de ser a época do martírio físico. E isto é bom. Purifica a nós da igreja, acostumados que estamos a todos privilégios, mesa farta, amigos ricos (e só amigos ricos). E assim nos afastamos do pobre, do oprimido, do marginal, da prostituta, do homossexual, do ladrão, dos que creem. Esta atitude sim, é trair a Igreja é trair Jesus Cristo, é trair o povo por quem Jesus Cristo deu a sua vida.¹⁹⁷

Em certa medida o comentário crítico de Fernando sintetiza o que na sua visão significa trair. Trata-se apenas de um trecho de uma carta escrita em 20 de janeiro de 1971, endereçada à comunidade dos padres carmelitas. Onde demonstra em certa medida algum sentimento de magoa frente ao estigma da “traição”.

Em se tratando do *Diário de Fernando*, convém salientar que ele está permeado por tropeços e descontinuidade, uma vez que o livro mantém a originalidade da escrita apresentando interrupções e, em alguns momentos, nenhuma coerência entre os parágrafos. Daí a necessidade do retoque literário e da organização do material produzido. Apesar disso, Fernando garante que frei Betto soube, categoricamente, respeitar e valorizar os manuscritos originais.¹⁹⁸

Utilizar o diário enquanto recurso para se acionar a compreensão de determinados fatos, épocas ou atuações individuais e coletivas não é tarefa fácil, custa caro ao pesquisador. Maria Tereza Cunha salienta que “o trabalho com os diários pessoais exige do pesquisador um exercício interpretativo diferenciado, pois irá lidar com papéis que venceram o tempo, o fogo e, muitas vezes até o lixo”.¹⁹⁹ Tal observação remete ao caso dos bilhetes produzidos por Fernando que venceram (nem todos), não só o tempo nem o lixo, mas a pressão psicológica existente no espaço trabalhado, bem como a vigilância e o medo.

A autora acrescenta ainda que por serem “objetos frágeis e, muitas vezes portadores de segredos pessoais, eles podem ser destruídos pelos próprios

¹⁹⁷ Idem. p. 39.

¹⁹⁸ BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor em 01 fev. 2011 no Sítio do Conde - Conde/Bahia

¹⁹⁹ CUNHA, Maria Tereza. Territórios abertos para a história. In: *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 252.

proprietários”.²⁰⁰ Essa também é uma dimensão das anotações de Fernando que teve a dolorosa iniciativa de destruir alguns dos papéis escritos, “prévio à mudança, queimei umas tantas folhas deste diário. Queimei-as com dor, raiva, num esforço supremo de desapego, consciente de que ali a história se fazia cinzas”.²⁰¹ O fez contrariado não por ter receio de colocar a mostra seus segredos pessoais, mas em função das circunstâncias de vulnerabilidade às quais estava exposto e das constantes mudanças internas e das transferências que ocorriam.

Devido às circunstâncias dos cárceres, a escrita é fragmentada, não havendo linearidade no diário, portanto, a sua leitura compõem interrupções que deixam entrever a falta de nexos e continuidade do pensamento, pois algumas das notas tiveram que ser engolidas, destruídas frente o perigo de serem encontradas pelas revistas policiais. Nem sempre apresenta conclusões fechando uma ideia, em geral trata-se de um conjunto de pensamentos, frases, trechos e textos inconclusos, por vezes sem coerência e sem detalhamento dos fatos ocorridos.

Os percalços existentes demonstram que a escrita não contava com revisões ou correções. Voltar ao texto significava expor-se ainda mais aos riscos e podia implicar em rasura o que impossibilitaria o entendimento, sem falar da letra ser quase ilegível, pelo tamanho do papel. A escrita não era livre, ao contrário, era uma escrita tangenciada por um tempo e uma situação limite. Era uma construção espontânea, mas antagonizada por uma lógica repressiva.

De todo modo, reconhecemos que a descontinuidade da escrita não representa uma diminuição da importância da documentação, pois, ainda assim a silenciosa produção das anotações de Fernando fornece, mesmo que de maneira despedaçada, elementos importantes a se conhecer sobre o próprio autor bem como as experiências cotidianas da prisão política no Brasil.

Uma das preocupações iniciais presentes nos manuscritos de Fernando referem-se a tentativa de compreender as causas da prisão e sua condição de encarcerado frente ao sistema penitenciário. Os registros demonstram que ele ficou perplexo diante do ocorrido, o desfecho da história dos dominicanos em conjunto com o contexto social e a realidade dos fatos que teve para seu desgosto a morte do líder revolucionário.

²⁰⁰ Ibid., p. 272.

²⁰¹ BRITO, Fernando de. In: BETTO, Frei. *Op. Cit.*, 2009, p.63.

Este é um começo árduo, sobretudo sofrido. Após anos de militância ancorada na utopia revolucionária, iluminada pela fé, respaldada por antecedentes históricos – como a Revolução Cubana e o testemunho, na Colômbia, do padre-guerrilheiro Camilo Torres –, nos deparamos com a violência implacável da ditadura militar.²⁰²

O livro é composto por quase trezentas páginas, dividido em dez capítulos organizados cronologicamente e cada um corresponde ao cárcere em que Fernando e os demais dominicanos estiveram presos naqueles quatro anos. Após o DEOPS seguem: o presídio Tiradentes, quartéis e as penitenciárias Carandiru e a de Presidente Venceslau. O diário parece confuso, por apresentar uma dupla autoria, mas essa sensação logo se dissolve, à medida que o leitor, já na orelha do livro, é informado que, o relato de Fernando mereceu de frei Betto o tratamento literário, a organização e contextualização dos escritos.

A expressão, “diário”, segundo Celso Castro,²⁰³ pode apresentar “múltiplas significações”. Essa é uma definição mínima que pode ser atribuída ao registro diário de informações. Ainda pode ser caracterizada por ampliações diversas e abrange “desde uma simples ‘agenda’ de acontecimentos” até os registros “dos pensamentos ‘íntimos’ do seu autor”. Deste modo, os escritos de Fernando se inserem nessa lógica, cuja narrativa lida com elementos do cotidiano.

Para Beatrice Didier, o diário,

É uma escritura essencialmente de dentro, onde os sentimentos, as sensações internas ocupam um grande lugar, uma escritura que rejeita uma organização formal, uma escritura essencialmente do registro do descontínuo, do efêmero.²⁰⁴

O hábito de escrever passou a ser para Fernando uma forte interconexão entre o mundo privado e o público, adquirindo uma dupla função, comunicava consigo mesmo e com o mundo. Tomava nota usualmente aos cuidados do perigo, nos momentos em que encontrava o mínimo de possibilidade de não ser visto. Um registro aparentemente sem maquiagem, dados históricos, reveladores de um passado socialmente perverso.

Apesar da atmosfera de opressão contida no ambiente carcerário, Fernando arquitetou ideias, produziu seus escritos e efetivou seus planos. Contudo, em função do

²⁰² Idem, p. 20.

²⁰³ CASTRO, Celso. O diário da Bernardina. In: *Escrita de si escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.236-237.

²⁰⁴ DIDIER, Beatrice apud: CRETON, Maria das Graças. Autobiografia, memória e diário: limites e convergências. *Anais do 3º Congresso Abralic*. São Paulo: Edusp, 1992, pp.229-236, v. II.

grande risco houve dias que ele não fez nenhuma anotação e em alguns momentos foi forçado a destruir o que escreveu. Além desses fatores, ocorreram imprevistos, bilhetes que foram perdidos por razões distintas a exemplo do dia em que a bomba da caneta “vazou e borrou três folhas”.²⁰⁵

O diário está repleto de reminiscências dramáticas. Uma narrativa que transita entre a fé e a dura realidade. O desespero de um encarcerado, por meio do qual, a própria natureza da sua condição, justifica. O relato de um religioso encarcerado frente a uma institucionalizada culpa. Diante de tal condição teve que lidar com as mais adversas circunstâncias: sofreu com a insônia, com as privações, arbitrariedades e humilhações.

Fernando registrou quase todos os dias informações sobre o cotidiano das celas e da prisão em geral. Denúncias sobre torturas e os maus tratos a que os presos políticos estavam submetidos, escreveu sobre si e sobre os outros. A sua percepção se materializava dia a dia na forma de uma linguagem simples, às vezes direta e com riqueza de detalhes, em letras quase microscópicas. Alegria e dignidade são elementos presentes nas anotações, o tédio e o desespero também.

Ele demonstrou encontrar conforto no grupo, “nossa situação comum nos une”²⁰⁶, na missa, na Yoga. Fazendo Yoga a gente tem a impressão de viver por inteiro, unificado, com plena posse de si mesmo”,²⁰⁷ assim como nas discussões coletivas, nas aulas ministradas e também no contato com os corrós (presos comuns). “A vida de toda comunidade cristã supõem uma comunhão com os outros, sem qualquer espécie de isolamento”.²⁰⁸

O teor dos escritos revela que, para além do caráter de denúncia, havia uma quantidade significativa de bilhetes que tratavam de questões corriqueiras, cotidianas e aparentemente sem importância naquele contexto. Assim, frente ao material produzido, muitas questões podem ser suscitadas e a questão que ganha relevo neste percurso é: o que motivava o frade a se arriscar tanto, escrevendo e mandando para fora da prisão escritos daquela natureza? E por que colocar em risco um meio de denúncia tão

²⁰⁵ BRITO, Fernando de. In: BETTO, Frei. *Op. Cit.*, 2009, p.267.

²⁰⁶ BRITO, Fernando de. *Op. Cit.*, 2010, p. 41.

²⁰⁷ Idem. p. 53-54.

²⁰⁸ Idem. p. 43.

importante, transportando bilhetes que muitas vezes tratavam de temas, irrelevantes aquela situação? Qual o seu propósito?

O fato é que o religioso deixa transparecer a necessidade proeminente de se comunicar, de registrar os acontecimentos, divulgá-los a partir de suas impressões e sensações pessoais. Além disso, o simples ato de escrever resulta em ocupar-se, manter-se em atividade. Não se tratam de confissões, entretanto, é através de seus escritos que ele revela seu sentimento de angústia, medo e solidão, apesar de encontrar no grupo dos dominicanos o conforto.

Dedicado e cuidadoso, cada bilhete escrito e posto para fora da prisão foi, em grande medida, sinônimo respectivo de alívio e vitória do objetivo alcançado. Segundo frei Betto, Fernando, ao longo de sua vida se revelou um escritor compulsivo e tão voraz escritor quanto guloso leitor.²⁰⁹ Percebe-se que, nos cárceres, ele nutria a sua sensibilidade literária nas contínuas anotações que fez tanto numa ação política através de denúncias, quanto descrevendo os seus sentimentos íntimos e as “miudezas” do cotidiano.

Fernando descreve as prisões por onde passou, criticando o ambiente, contextualizando o cenário, fazendo protestos, reclamando das refeições, das instalações e das proibições das visitas, dentre as diversas denúncias aparecem os registros de torturas aos prisioneiros, o desaparecimento de colegas sem deixar vestígio, a crueldade e monstruosidade dos algozes, as agruras físicas e psicológicas sofridas por ele mesmo e seus companheiros de irmandade e cárcere. Sua subjetividade é a florada no relato das experiências, que parece alimentar seus ânimos o mantendo lúcido e em constante atividade.

Por considerar que os diários pessoais são, de fato, objetos frágeis, vulneráveis à ação humana e do tempo, frei Fernando, posteriormente, por volta de 1975, junto com uma amiga em Uberaba-MG, num dos conventos das irmãs dominicanas, datilografaram todos os bilhetes manuscritos durante a prisão. Esta iniciativa também teve o propósito de tornar a documentação mais legível. Segundo ele, muitas vezes

²⁰⁹ BRITO, Fernando de. *Op. Cit.*, 2010, p.125.

tiveram “que pegar a lupa para ler”, pois nem ele mesmo conseguia decifrá-la com facilidade.²¹⁰

Reconhecendo que seus escritos se constituem numa documentação histórica importante por fornecer uma descrição minuciosa da experiência vivida na prisão, Fernando optou por preservar os escritos originais doando-os para o arquivo da Província da Ordem Dominicana localizada em Belo Horizonte - MG.²¹¹

A fotografia a seguir foi feita pelo autor desta pesquisa, antes do frei doar para o Arquivo da Província Dominicana localizada no estado de Minas Gerais. A imagem foi capturada por uma máquina amadora, ainda assim, permite observar alguns elementos apontados anteriormente, como o tamanho do papel e, conseqüentemente, da letra. Observando os escritos originais é possível perceber rasuras e borrões próprios de uma escrita feita em condições desfavoráveis. Não havendo a possibilidade de revisar ou reelaborar os argumentos. Sem falar que o papel era, naquelas circunstâncias, uma preciosidade e não poderia ser desperdiçado.

Estes são alguns dos escritos originais. Distribuídos sobre a mesa, os papéis foram fotografados. Infelizmente, a inclinação da imagem dificulta ainda mais a leitura do material.

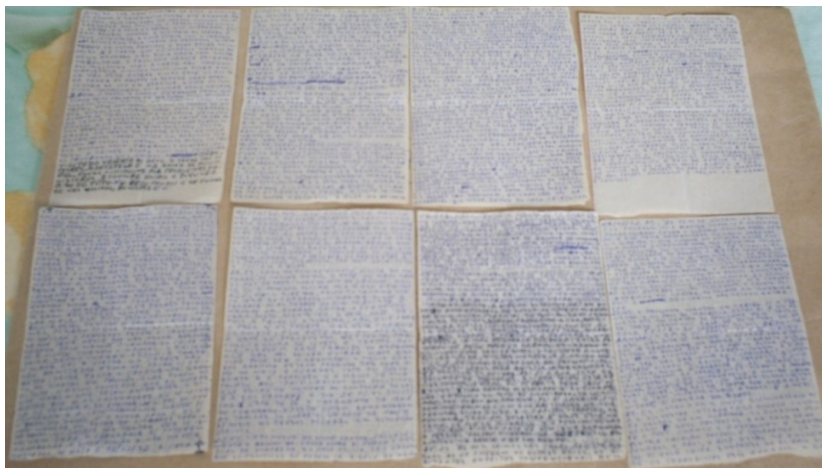


Ilustração 7: Anotações do frei Fernando, fragmentos do seu diário.

²¹⁰ BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor em 06 abr. 2009 no Sítio do Conde - Conde/Bahia. Esta informação o entrevistado deu em meio a risos.

²¹¹ Três dias antes dos bilhetes serem levados para o arquivo o autor desta pesquisa foi agraciado por uma oportunidade rara, uma experiência privilegiada, Fernando, em plena entrevista no dia 06.02.2009 ao ser interrompido pela presença do amigo, Padre Jailson, solicitou que o mesmo se acomodasse ali e revelou: “Estou mostrando aqui para o Cleidson, ele é a primeira pessoa que vê os originais do *Diário de Fernando*”.

Conforme já dito anteriormente frei Fernando, com a ajuda de uma amiga, datilografou os escritos e organizou as datas a partir dos originais (figura 05). A seguir temos um exemplar do material datilografado, também fotografado pelo autor desta pesquisa com o mesmo equipamento e no ângulo parecido com a figura 05. Foi a partir desse material que frei Betto compilou e publicou o livro *Diário de Fernando*.

Reprodução datilografada dos escritos:

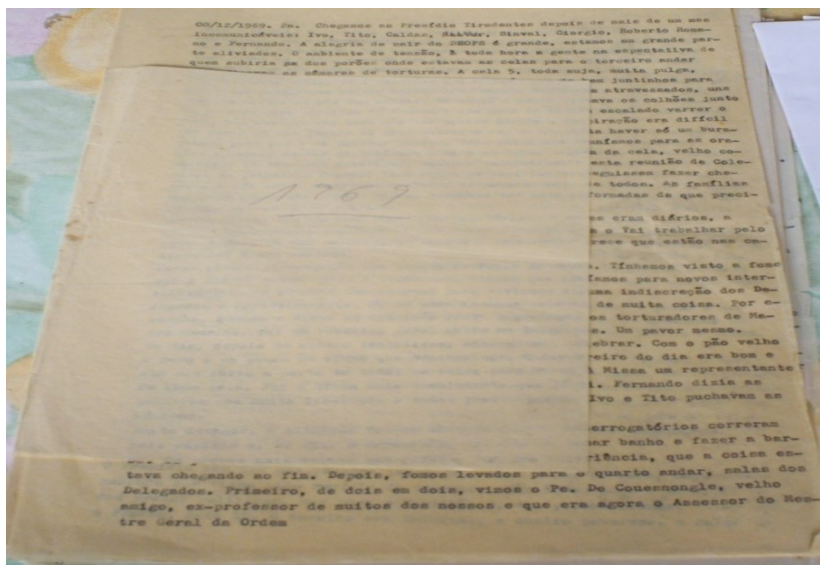


Ilustração 8: Os bilhetes datilografados.

Observamos que os escritos podem ser analisados sob, no mínimo, duas perspectivas: a do religioso e a do preso político. A primeira revela a percepção de que ele viu a prisão em alguns momentos como uma oportunidade de fortalecimento da fé. A segunda remete ao seu compromisso com a ação política. Cabe destacar que essas perspectivas não são conflitantes, pelo contrário, elas se fundem numa espécie de mística revolucionária.²¹²

A ilustração 05 e 06 referem-se às anotações que sinalizam o enfrentamento aos carcereiros, à instituição carcerária e ao próprio regime militar, numa espécie de reação ao poder instituído e aos micro-poderes construídos.²¹³ Fernando criou um espaço para uma narrativa sobre si e sua experiência, embora sua vida estivesse regulada por

²¹² Essa expressão foi usada por João Batista Libanio autor do livro *Caminhos de existência*.

²¹³ Para se compreender as diferentes formas de exercício do poder nas instituições e as resistências que o mesmo suscita consultar: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

horários e por uma convivência imposta à sua revelia num lugar onde a disciplina era uma exigência formal do uso do poder.

Diante desses códigos de moral e conduta Fernando avaliou ser imprudente compartilhar o segredo em relação as suas anotações. Sobre isso, ele afirma: “Passou-me pela cabeça comentar com Ivo, Betto e Tito essas minhas notas do que nos ocorre na prisão, mas desisti”. Assim, ele avaliou que quanto menos gente soubesse do que ele fazia seria melhor, afinal, “segurança nunca é demais”.²¹⁴ Desta maneira, a existência da informação sobre esses bilhetes ficaram restritas a ele e o seu superior da Ordem Dominicana na época, acarretando em mistério até mesmo sobre algumas informações referentes às formas de tortura que saíram dos muros da prisão. Sabemos que além das cartas, que eram censuradas, havia um rígido controle sobre o que saía da prisão durante o regime militar.

A análise feita aqui não foi desenvolvida de maneira a seguir linearmente a sequência dos aspectos e temas narrados por Fernando. Embora tenha buscado contemplá-los, de maneira a respeitar suas imperfeições e especificidades. A seguir faremos uma distribuição dos temas tão somente com o intuito de tornar mais compreensível nossas reflexões sobre o mesmo.

3.1 - Denúncias relatadas por Fernando

Diversos foram os relatos de denúncias existentes nas anotações de Fernando em relação às condições as quais os presos, sobretudo os políticos, estavam submetidos. Dentre elas estão às transferências que ocorriam interna e externamente. Esse era um procedimento recorrente e bastante desconfortável para os presos, uma vez que, em diversas situações estavam organizados, adaptados ao espaço e com algum grau de intimidade com a cela e os funcionários do lugar. Além do mais, ficavam expostos, durante essas mudanças, às “piadinhas, ironias, caras feias, gestos obscenos de soldados da PM”.²¹⁵ Sem falar ainda que as “novas” instalações podiam ser ainda mais decadentes que as anteriores.

²¹⁴ BRITO, Fernando de. In: BETTO, Frei. *Op. Cit.*, 2009, p. 50.

²¹⁵ BRITO, Fernando de. In: BETTO, Frei. *Op. Cit.*, 2009, p. 67.

Não poucas vezes tiveram que conviver com goteiras, iluminação precária, pouco espaço, mau cheiro, entre outros problemas que dificultavam ainda mais a vida na prisão. Porém, mais agravante ainda era o perigo a que estavam submetidos nas transferências de uma prisão para outra. Estas, em alguns casos representaram a oportunidade de perderem o contato com o companheiro (a), afinal, tudo poderia acontecer durante o processo de transferência, inclusive o desaparecimento do preso.

De acordo com Fernando, em algumas ocasiões ele foi “apanhado de surpresa pela ordem de transferência”. Com isso queimou papéis escritos e fez “sumir as cinzas sob a descarga do vaso sanitário”. Não restavam dúvidas de que era “preferível perder muitas anotações a ver uma só em mãos dos carcereiros”.²¹⁶ O medo e a tensão eram constantes, pois a repressão agia buscando flagrar alguma atividade que infringisse as regras da prisão ou mesmo buscando encontrar qualquer material ou objeto suspeito que revelasse ações consideradas irregulares.

Conforme Maurice Politi que também foi torturado e mantido preso por quatro anos,

As medidas de vigilâncias passaram a se tornar ostensivamente provocativas. Não havia um dia em que elas não aconteciam, nos horários mais dispares, tratando de nos surpreender e, assim, impedir uma melhor organização dentro das celas. Várias vezes nos faziam sair das celas e nos revistavam ao chegar do banho de sol no pátio ou das visitas familiares, sob a alegação de que estavam procurando ‘documentos subversivos’. Por qualquer motivo promoviam ‘batidas’ nas celas, quebrando os beliches e jogando todos os objetos pessoais para fora das mesmas, principalmente nos períodos noturnos.²¹⁷

Embora alguns momentos pudessem parecer tranquilos, o preso estava submetido a uma harmonia precária, vulnerável às agressivas revistas policiais nas celas que imprimiam violência e medo. Essas batidas tinham o objetivo, muitas vezes, de tentar decifrar o enigma, ou seja, descobrir como foi que tais informações sobre acontecimentos ocorridos no interior da prisão chegaram até fora do país.

Um assunto em particular mereceu destaque nos registros de Fernando, o anúncio da transferência do frei Tito que marcou um contundente protesto com o propósito de não permitir a sua retirada do meio deles para ser levado para o DOI-

²¹⁶ Idem, p. 67.

²¹⁷ POLITI, Maurice. *Resistência atrás das grades*. São Paulo: Plena Editorial, 2009, p. 23.

CODI. Os frades buscaram manterem-se próximos e unidos, pois assim se sentiam mais protegidos e fortalecidos.

Embora tenham tentado, as ações empreendidas pelo grupo não conseguiram evitar a transferência do companheiro e, dias depois, ficaram sabendo através de outro preso transferido para o Presídio Tiradentes, que Tito estava sendo torturado e que, diante do seu sofrimento, já havia tentado, inclusive suicídio. Esta informação deixou a todos aflitos e preocupados com a situação do confrade.

No dia 22 de fevereiro de 1970, o padre Passos, em visita aos freis dominicanos, confirmou a tentativa de suicídio do frei Tito que havia cortado uma artéria do braço esquerdo. Em seus escritos, Fernando afirma que o que Tito havia feito teria sido uma ação corajosa de salvação, na qual “seu gesto teve por objetivo salvar a nós, dominicanos presos, pois, todos deveríamos passar também pelo rolo compressor do DOI-CODI. A repercussão de sua morte nos livraria do mesmo calvário”.²¹⁸

Aqui percebemos a tentativa de retirar da atitude de frei Tito o peso que o suicídio representa para a comunidade cristã. Por outro lado, entendemos que ainda persistia, em Fernando a crença de que uma possível morte de um deles poderia sensibilizar a opinião pública em favor dos demais.

Fernando registrou que a ação de Tito comoveu a todos pela grandeza do seu ato e que, no dia 27 de fevereiro de 1970, data que o mesmo retornou a prisão, foi recebido pelos amigos com alegria e festa. No dia seguinte, os dominicanos indignados com o que havia acontecido, escreveram para o Bispo Dom Tomás Balduino uma carta-protesto narrando à situação em que todos eles estavam expostos e, sobretudo, o estado do frei Tito após as torturas a que foi submetido. Assinou a carta, frei Fernando de Brito, frei Yves do Amaral Lesbaupin, frei Giorgio Callegari, frei Roberto Romano, frei Betto, João Caldas Valença, padre Manoel V. Valiente e padre José Eduardo Augusti.²¹⁹

Estes fatos mereceram minuciosos registros de Fernando, entre eles, a greve de fome. Um dos momentos mais marcantes na história dos presos políticos de São Paulo. Frei Fernando registrou em 12 de maio de 1972 o início de uma greve de fome, ocasião em que ele estava na Penitenciária do Estado. Trata-se de um protesto dos presos

²¹⁸ BRITO, Fernando de. In: BETTO, Frei. *Op. Cit.*, 2009, p. 79.

²¹⁹ Idem. p. 85.

políticos contra as transferências, sinônimo de dispersão do agrupamento o que poderia acarretar em enfraquecimento da luta e mesmo em desaparecimento e até morte de companheiros.

Há ainda outro relato referente a tentativa de greve de fome realizada pelo frei dominicano Giorgio Callegari. Conta que a manifestação dos presos em estado de greve de fome foi descrita em uma carta-protesto, na qual consta um incisivo argumento baseado na história de,

Eduardo Leite (o Bacuri) que, sob as vistas de mais de 50 presos políticos, detidos no DEOPS, foi retirado da cela altas horas da madrugada por policiais do Esquadrão da Morte. Sua fuga foi anunciada em 31/10/1970. Eduardo Leite foi encontrado morto em 8/12/1970, brutalmente massacrado.²²⁰

Segundo Maurice Politi a greve de fome é um acontecimento quase desconhecido e até mesmo esquecido, inclusive por aqueles que participaram. Parte daí, a sua motivação por fazer o registro histórico acerca daquele evento. Trata-se de um diário que além de apresentar documentos da época a respeito da política carcerária, aponta a participação dos religiosos dominicanos, assim, revela a continuidade da luta de militantes contra a ditadura dentro das prisões políticas.

A opção pela greve, na época, foi quase unanimidade entre o “coletivo”²²¹ dos presos políticos, por não suportar mais as condições carcerárias e as arbitrariedades que estavam sofrendo foram movidos a espalhar denúncias não apenas entre os advogados como também entre os familiares.²²² Para os presos em situação de risco de vida não lhes restavam alternativas a não ser potencializar os protestos viabilizados pelo movimento grevista. Sabemos hoje que essa “radical” atitude abriu uma série de precedentes repressivos.

Não há novidade ao dizer que os presos políticos pagaram um alto preço pela realização dos protestos políticos. Fernando conta que por ordem do corregedor, foram proibidos de tomar “banho de sol”. O que significa que as supostas “regalias”, estiveram ameaçadas durante o período da greve de fome.²²³

Ficaram:

²²⁰ Idem. p. 187.

²²¹ O “coletivo” diz respeito ao conjunto dos presos políticos organizados em suas celas.

²²² POLITI, Maurice. *Op. Cit.*, 2009, p. 25.

²²³ BRITO, Fernando de. In: BETTO, Frei. *Op. Cit.*, 2009, p. 216.

(...) sujeitos a castigos por qualquer falta disciplinar, como privação em cela forte (1x1m), sem roupa e colchão, na completa ociosidade, dormindo no cimento frio e de cabelo raspado. E misturados a bandidos dispostos a se venderem por um maço de cigarro... Estamos sujeitos ao risco de morte.²²⁴

Com a greve de fome em curso, foi importante para os presos saberem que, fora da prisão, havia uma parcela da sociedade sintonizada com a causa política dos presos se solidarizando com eles tanto que em Julho de 1972, Fernando anotou:

Dia 2, o *Estadão* publicou manifesto de artistas e intelectuais solidários a nós. O documento pede que “sejam atendidas as reivindicações dos presos políticos – condições humanas de vida e que sejam instalados num mesmo presídio – em observância ao que lhes assegura a Declaração Universal dos Direitos do Homem, da ONU, e a própria constituição Federal”.²²⁵

Além das formas individuais de apoio, essa manifestação de solidariedade, presente na matéria do jornal, possivelmente representou para os presos grevistas uma espécie de combustível para continuarem lutando. Constatamos que os dominicanos remanescentes, os freis, Betto, Ivo e Fernando mantiveram-se firmes e do ponto de vista da espiritualidade, a greve possibilitou, segundo Fernando a cada um dos três um “profundo reencontro consigo mesmo e com Deus”.²²⁶

Na medida em que os anos se passavam, a concepção de tempo dos encarcerados se diferenciavam, assim como as suas sensações. Fernando relata que “para uns, menos um ano de prisão; para outros, mais um de espera”. Segundo ele, o que alimentava a esperança dos presos eram as ações dos militantes que se encontravam na clandestinidade e organizavam ações de sequestros. Ele afirmou que, todos sentiam “como inestimável prêmio lotérico ver o próprio nome incluído na lista de presos a serem trocados” pelo sequestrado.

No caso do sequestro do embaixador Suíço, Fernando narrou o profundo desânimo do frei Tito que, por estar na lista dos que seriam trocados, se encontrava visivelmente infeliz com a possibilidade de deixar o país. Com a saída de Tito para o exílio no dia 11 de janeiro de 1971, restaram três dos frades dominicanos: Betto, Ivo e Fernando. Os outros foram sentenciados e libertados.²²⁷

Vale registrar que não somente bilhetes foram colocados para fora das prisões como também muitas cartas enviadas a amigos e familiares. Conforme Fernando dentro

²²⁴ Idem. p. 226.

²²⁵ Idem. p. 221.

²²⁶ Idem. p. 225.

²²⁷ Idem. p. 141-143.

da prisão foi estabelecido especial censura às correspondências dos frades. Medida esta que Fernando considera “inútil”, porque, àquela altura eles haviam criado uma espécie de código de segurança que impedia “aos sensores captar o verdadeiro conteúdo” de suas mensagens.²²⁸

3.2 - Conquistas e enfrentamentos

Com o fim da greve, Fernando registrou algumas conquistas e constatou que, naquela oportunidade, os carcereiros passaram a tratá-los com maior respeito e até deixavam que eles fumassem em qualquer lugar.²²⁹ Registrou ainda que, “como por milagre” apareciam em suas “refeições, queijo, manga e outros alimentos saborosos”. Segundo Fernando “os comuns” não sabiam como agradecer as conquistas oriundas da greve de fome que acabou por beneficiá-los.²³⁰

Apesar do controle e das arbitrariedades das autoridades militares os presos conquistaram alguns direitos e até autonomia. Obviamente essas conquistas foram frutos de reivindicações e protestos. Não obstante, “após 45 dias de prisão, pela primeira vez tiveram ‘uma hora de banho de sol’”.²³¹ Esse foi um exemplo de conquista institucional outorgado por um juiz auditor. No campo da barganha e no miúdo se inserem benefícios obtidos a partir de acertos feitos com alguns carcereiros de plantão que dentre outros pedidos, abriam as celas permitindo que em certas noites o trânsito dos presos fosse livre entre as celas.

Sabe-se que nem todas as solicitações foram atendidas, ainda assim, na medida do possível os presos conseguiram, na relação com os carcereiros e os presos comuns, assegurar algumas conquistas. Fernando comenta que, certa vez teria pedido a permissão do delegado para celebrar as missas nos domingos. O delegado negou o pedido, pois, para ele, a missa era uma “reunião política”, portanto, não concedeu a licença. Mesmo sem permissão Fernando fez a celebração da missa, contando com a “ausência do diretor e a camaradagem do plantão da noite de domingo”.²³²

²²⁸ Idem. p. 167.

²²⁹ Idem. p. 204.

²³⁰ Idem. p. 234.

²³¹ Idem. p. 59.

²³² Idem. p. 64.

A distância entre os novos olhares e a realidade daquele universo, talvez deem a impressão de que grandiosas conquistas dos presos pareçam irrelevantes e sem importância. Contudo, naquelas circunstâncias não resta dúvidas que elas ganhavam relevo na vida coletiva e também empoderavam os mesmos, sobretudo na medida em que ficavam mais confiantes da capacidade de suas ações.

Embora em alguns cárceres não houvesse permissão para entrada de rádios, os registros de Fernando deixam claro que os presos conseguiram manter um rádio pelo menos em um dos presídios que ficava normalmente escondido no fundo falso de um armário. Essa era uma maneira deles se manterem informados sobre o que estava acontecendo no Brasil e também fora dele, pois, conseguiam sintonizar rádios internacionais das quais obtinham diversas informações.²³³ Entusiasmado, Fernando registrou que tinham conseguido sintonizar a Rádio Havana e através dela ficavam sabendo notícias do Brasil.²³⁴

3.3 - O cotidiano da prisão

A rotina da prisão foi relatada inicialmente a partir da programação dos horários definidos pelo sistema prisional. Assim como os outros religiosos presos, Fernando contou que acordava entre seis e seis e trinta, rezavam e com os presos políticos realizavam a missa uma vez por semana. Tomavam café e na sequência fazia leituras. Jogavam cartas e durante as tardes faziam atividades físicas como Yoga.²³⁵

No início, houve uma preocupação por organizar estudos entre os presos políticos, a fim de, conhecer mais profundamente o Brasil, não só do ponto de vista da história e da geografia, mas da cultura, do social e do político, pois mesmo estando presos continuavam a alimentar e discutir, por exemplo, a ideia de se fazer a guerrilha. Para isso necessitavam estudar minuciosamente o país.

Ao meio dia era distribuído o almoço e às dezoito horas o jantar. Segundo Fernando, os presos dormiam cedo, entre 21 a 22 horas. Já ele, nem sequer dormia, pois

²³³ Idem. p. 135.

²³⁴ Idem. p. 237.

²³⁵ BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor em 01 fev. 2011 no Sítio do Conde - Conde/Bahia.

sofria com problema de insônia, e afirmou que teria passado noites inteiras sem dormir.²³⁶

A noite eu escutava muitos ruídos diferentes. A insônia resistia as minhas tentativas de dormir. A imaginação desdobrava em cenários alucinantes. Ouvia gritos e via cenas de torturas. Uma manhã alguém falou do outro lado da janela: ‘Frei Giorgio diz que está tudo bem. E manda você me dar um maço de cigarro. Ainda hoje não sei se foi realidade ou fantasia. Na falta de apetite, o cigarro era meu alimento. Ascendia um no outro, tragava com força, apoiava-me no pequeno cilindro de papel branco recheado de fumo.’²³⁷

Além de passar a noite acordado, no dia seguinte tinha que enfrentar o atribulado dia a dia da prisão. Fernando observou que “numa prisão política a vida se passa entre leituras e leis duras”. Sentia que “o maior peso da falta de liberdade é a ociosidade”.²³⁸ Por isso, agarrou-se a algumas atividades e, dentre elas, a de escrever, mesmo que discretamente e desta forma cultivando os estados de risco.

Os registros do cotidiano apresentado por Fernando abordam uma variedade de temas. Destacamos a superlotação da cela, ele contou que 32 presos políticos estiveram encarcerados numa cela de 160 metros quadrados disputando espaço com dois vasos sanitários, chuveiro, tanque de lavar roupa, pia de cozinha e um fogão instalado pelos companheiros. Cita entre eles os seis frades presente: Ivo Lesbaupim, Roberto Romano, Tito de Alencar, Giorgio Callegari, Betto e ele próprio.

A alimentação ofertada aos presos era precária e muitas vezes os alimentos que chegavam ao presídio nem eram distribuídos. Havia certo controle dos objetos levados pelos visitantes. Os diretores normalmente censuravam livros, cartas e revistas. Quando conseguiram a permissão, no Presídio Tiradentes, para que os familiares levassem alimentos, eles próprios se ocuparam da tarefa de cozinhar para eles próprios, pois, na cela havia um pequeno fogão.²³⁹

Fernando destacou a importância das visitas. Narrou, por exemplo, que quando estavam há quase dois meses encarcerados, após tamanha expectativa, os frades foram autorizados a receber visitas. No dia 17 de dezembro de 1969 eles receberam a primeira visita, acontecimento que motivou a todos a “acordar cedo, tomar banho, fazer barba,

²³⁶Idem.

²³⁷BRITO, Fernando de. In: BETTO, Frei. *Op. Cit.*, 2009, p. 120.

²³⁸Idem. p. 56.

²³⁹BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor em 04 jun. 2009 no Sítio do Conde – Conde/Bahia.

trocar de roupa”. Tudo para esperar os amigos, parentes e familiares. Essa espera elevava o astral do preso, afinal de contas “a rotina era quebrada pelos dias de visitas”.²⁴⁰

As visitas ao longo dos quatro anos de prisão adquiriram um movimento pendular, no sentido de que a concessão ou não, dependia das circunstâncias políticas. Ora eram cerceadas, ora liberadas. Os frades receberam visitas de alguns representantes da Igreja, sendo que o seu principal defensor foi Dom Paulo Evaristo Arns, sempre solidário aos presos políticos.

Houve muitos integrantes da hierarquia católica que deram apoio aos dominicanos, entre eles, Dom Lucas Moreira Neves, padre Renzo Rossi e confrades da Ordem Dominicana, contudo, havia aqueles que destoavam. Fernando registrou, por exemplo, a incapacidade do bispo auxiliar de São Paulo na época, Dom Lucas Moreira Neves de assumir uma postura firme e coerente frente à realidade dos fatos. Segundo Fernando, ele era “desprovido de opinião própria” ou talvez o bispo preferisse, “quase sempre, estar de acordo com quem lhe” era “superior”.²⁴¹ Estas e outras visitas foram minuciosamente registradas e comentadas numa perspectiva analítica e reflexiva.

Há um acalorado registro sobre Dom Hélder Câmara,²⁴² bispo da ala progressista da Igreja Católica que se tornou um firme defensor dos direitos humanos ao denunciar as torturas brasileiras na Europa. Suas palestras proferidas na França muito contribuíram para tornar conhecida a real situação dos presos políticos no Brasil. Para Fernando, a luta de D. Helder associada à opção por denunciar a violência da ditadura enobrecia a fé cristã. A causa política assumida por dom Hélder mais uma vez mostrava a dualidade da Igreja com relação ao regime ditatorial vigente no país.

A tortura foi e continua sendo um aspecto polêmico no que tange as ações repressoras dos militares na época. Alguns ex-presos políticos davam declarações na imprensa afirmando que não havia tortura nas prisões brasileiras. Dentro da prisão, os

²⁴⁰ BRITO, Fernando de. In: BETTO, Frei. *Op. Cit.*, 2009, p. 55.

²⁴¹ Idem. p. 60.

²⁴² Grande nome na ala progressista da Igreja Católica foi ele que criou a Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB). Foi nomeado arcebispo de Recife e Olinda em 1964 e pregava que a igreja deveria ser mais próxima do povo e a favor dos excluídos. Falecido em 1999, ele deixou um legado e muitos admiradores. Dom Helder Câmara foi depois de Pelé na década de 70 o brasileiro mais conhecido internacionalmente por denunciar o regime militar do Brasil e de toda América Latina. Para melhor conhecer isso ver o documentário *Dom Helder Câmara: O santo rebelde*. Um filme de Erica Bauer. Disponível em: <http://www.guiadasemana.com.br/cinema/filmes/sinopse/dom-helder-camara-o-santo-rebelde>.

presos políticos que conheciam bem essas práticas não aceitavam as declarações dessas pessoas. Inconformados com a divulgação das declarações, os presos políticos agitavam-se nas celas ao saber que outros presos foram a público afirmar que não havia prática de torturas. Para os demais presos, aqueles “nacionalistas”, como eram chamados, se revelavam “de fato, traidores” que cavavam “a própria liberdade” se mostrando arrependidos e falando bem do governo.²⁴³

Da parte da Igreja, Fernando registrou uma entrevista cedida pelo bispo Dom Agnelo Rossi ao jornal *Estadão* em 7 de junho 1970, o qual afirmou que, no Brasil não havia tortura e, particularmente, sobre os dominicanos enfatizou que eles não foram detidos por estarem celebrando missa, dando comunhão ou confessando. Ou seja, para o bispo católico, os freis estavam vivendo as consequências das escolhas políticas que fizeram.

Mesmo preso, Fernando se mantinha informado. Assinalou ter ficado a par das preocupações do então Presidente da República, Emilio Garrastazu Médici, com relação à antecipação do julgamento dos dominicanos. Que tinha o intuito de cessar com a repercussão internacional negativa atribuída ao Brasil com a prisão dos frades, tratados como terroristas. Este foi um assunto que provocou diversas matérias jornalísticas, inclusive no jornal francês, *Le Monde*.²⁴⁴

A intervenção de Dom Paulo Evaristo Arns em defesa dos dominicanos e a imputação de que teria sido ele o responsável pela divulgação dos casos de tortura, fez com que ele ouvisse do próprio general Médici, segundo Fernando, que existiam e continuariam porque eram “necessárias”. E ainda ameaçou dizendo que “a igreja” que não se metesse, “porque o próximo passo” seria “a prisão de bispos”.²⁴⁵

Essas antagônicas posições de membros da Igreja refletem o próprio campo de disputa e tensão que havia no interior da mesma. Assim, além de conviver com a opressão do Estado, os jovens dominicanos foram tratados com descaso por algumas autoridades religiosas. Apesar de não terem sido condenados no interior da Igreja e nem expulsos por suas ligações com grupos da esquerda organizada. Talvez isso tenha se

²⁴³ BRITO, Fernando de. In: BETTO, Frei. *Op. Cit.*, 2009, p. 101.

²⁴⁴ Idem. p. 61.

²⁴⁵ Idem. p. 149.

dado pela repercussão negativa que traria a própria Igreja uma vez que, em alguns países o assunto era tratado abertamente pela imprensa, conforme vimos acima.

Em muitas das anotações constam o preenchimento da vida espiritual dos frades com exercício constantes de atividades religiosas. Já vimos que ao menos na fase inicial da prisão eles não receberam autorização para celebrar missas e Fernando refletiu que tal permissão poderia significar o reconhecimento de que os frades não eram terroristas como a Justiça Militar insistia em estigmatizá-los.

Embora eles também não dispusessem da autorização da Igreja e nem portassem os artefatos litúrgicos necessários, decidiram improvisar as celebrações e, nas noites celebravam missas entre os frades e, uma vez por semana, com todos da cela. Substituíram a hóstia e o vinho por pão e água misturado ao ki-suco (quando tinha),²⁴⁶ numa convicção mística de que “Jesus, com certeza” era “mais tolerante que o Vaticano”.²⁴⁷

Na comemoração do Natal, improvisavam o altar e entoavam cânticos provocando as mais inusitadas emoções. Certa vez Fernando, que era o padre celebrante, registrou ter ficado surpreso com o fato de o militante político espanhol, Vicente Roig ter comungado. Segundo ele o preso admitiu que “o clima litúrgico, de profundo espírito comunitário” teria deixado “entre parêntesis suas convicções materialistas”.²⁴⁸

As mulheres também presas políticas acompanhavam, do pavilhão oposto, chamado de *torre das donzelas* e, participavam ecoando outros cânticos. Fernando informou que ele e seus confrades alteraram o tradicional ritual eucarístico e, quem sabe, tenha sido este o motivo pelo qual se dava a participação dos considerados comunistas ateus, nas celebrações.

A esse respeito o frei chegou a se perguntar: Como que um ato litúrgico se torna tão importante para tantos ateus e agnósticos? Era curioso saber que apesar dos companheiros criticarem o posicionamento da Igreja em relação à ditadura, eles se interessavam pelas missas. Fernando refletiu e supôs que, aqueles companheiros possivelmente se sentiam “atraídos pela magia do rito e o mistério do mito”. Afinal, “a

²⁴⁶ BRITO, Fernando de. In: BETTO, Frei. *Op. Cit.*, 2009, p. 57.

²⁴⁷ Idem. p. 58.

²⁴⁸ Idem. p. 64.

vida não se esgota[va] nos frágeis limites da razão”.²⁴⁹ Assim, também não se esgotou a quantidade de “fieis” na missa e, em dezembro de 1972, três anos após a prisão dos frades, Fernando registrou que “a missa” tinha, naquela ocasião, “o dobro de participantes do culto” atraídos, segundo ele, pela “pregação” que faziam.²⁵⁰

A missa era uma forma de socialização. Conta Fernando que o preso político também se valia muitas vezes da solidariedade dos companheiros, solidariedade esta que, se constituía numa estratégia de convivência e até sobrevivência pessoal e do grupo. Se por um lado, ela era concretizada na partilha de objetos pessoais, que no limite poderiam ter uso comum como pasta de dentes, sabonetes, pentes, toalhas, etc. Por outro, ela se materializava em dimensões ainda mais amplas, como por exemplo, na já referida e emblemática greve de fome articulada para evitar a saída de um preso. A convivência na prisão “em comunidade” tornava “as coisas mais fáceis”.²⁵¹

Viver em comunidade significava transformar o cotidiano da prisão em gestos concretos de solidariedade, no qual o preso se reconhecia na dor do outro e se envolvia em ações políticas coletivas como já mencionamos, e em atividades comuns distribuídas entre si como o simples gesto de arrumar a cela. Juntos faziam Yoga, conheciam as habilidades alheias e com isso davam e recebiam aulas sobre assuntos diversos. O ambiente se tornou menos precário também com as gambiarras improvisadas por alguns profissionais (engenheiro, eletricista). As invenções ganhavam uma importância valiosa para a comunidade dos presos, uma vez que, frente à escassez de recursos e objetos, nada se poderia perder.

Nos momentos mais amenos os presos políticos se ocupavam com as trocas de informações, encarregavam-se de captar notícias sobre determinado país, depois elaboravam discussões sobre os erros e acertos referentes à resistência contra a ditadura militar. A rotina do preso político diferia da do preso comum, pois estes não eram coesos, não tinham o hábito da leitura e, segundo Fernando, passavam o dia dormindo e relembando do passado, aprendendo com os demais novas formas de crimes.²⁵²

Em julho de 1972, Fernando registrou: “hoje, 25, nos inseriram entre os presos comuns”. Essa é uma prova cabal da arbitrariedade dos militares que não respeitavam os

²⁴⁹ Idem. p. 70.

²⁵⁰ Idem. p. 237.

²⁵¹ Idem. p. 96.

²⁵² Idem. p. 93.

seus direitos de presos políticos de não serem alojados junto aos presos comuns. Na mesma data, Fernando registrou ainda: “nossos atuais companheiros são homens condenados a 20, 30, ou 100 anos de prisão: homicidas, ladrões, estelionatários, traficantes de drogas, contrabandistas, etc”.²⁵³ Nestas situações os presos políticos precisavam de muita habilidade para manter o grupo unido e respeitado pelos demais. Eram submetidos a novas normas e regras e, a cada nova situação, precisavam construir novas redes relacionais.

Dois meses depois, após conseguirem construir um bom relacionamento com os comuns e diante do respeito e confiança adquiridos, Fernando relatou que os presos teriam pressionado para adquirir a autorização para que eles dessem “aulas a eles”.²⁵⁴ Os comuns sabiam que os presos políticos estudavam e organizavam aulas entre si e por isso quiseram também aprender algo com eles. E assim, fizeram “exercícios de leitura e dicção, expressão corporal, improvisação, dinâmica de grupo e laboratório”.

Segundo frei Fernando, aquelas atividades os ajudavam “a se desinibir; recuperar o nome; a face e a autoestima; adquirir confiança em si; e objetivar seus problemas”.²⁵⁵ Ao que as evidências indicam, parece haver nessa relação, um tipo de troca, no sentido de que, eles também aprenderam com os presos comuns, por exemplo, a se comunicar com a língua de sinais. Os corros ensinaram-lhes códigos que facilitavam a comunicação interna. Segundo frei Fernando, esses códigos foram importantes até para confundir os olhos vigilantes dos carcereiros. Percebemos que houve um aprendizado recíproco nessas experiências.

As informações aparentemente corriqueiras apresentadas por Fernando permitem conhecer o teor poético das suas anotações, uma singular capacidade de contemplar e descrever o vivido, por meio das quais, as suas meticulosas observações se misturam ao seu sentimento. Certa noite do alto do seu beliche viu um soldado dormindo na guarita, “abraçado ao fuzil como criança ao urso de pelúcia”. Visualizou também, mais a frente, numa rua, um “pedaço de liberdade por onde trafegam faróis noturnos”. Para ele naquele lugar o silêncio era “quebrado apenas por um fio de música” que brotava do rádio do Ivo.²⁵⁶

²⁵³ Idem. p. 227.

²⁵⁴ Idem. p. 228.

²⁵⁵ Idem. p. 261.

²⁵⁶ Idem. p. 114.

Os registros de Fernando revelam que ele foi um perspicaz observador de traços físicos e da personalidade humana. Chama à atenção a descrição que fez do diretor do presídio, Doutor Olintho Denardi, do advogado Mário Simas e do Juiz auditor, Nelson Machado da Silva Guimarães. Vale salientar que Simas, advogado dos dominicanos foi um prestativo defensor dos religiosos. Fernando, inclusive afirma que ele teria assumido “a defesa dos encarcerados religiosos como causa de sua vida”.²⁵⁷

O preso em geral fica condicionado à espera da liberdade. Portanto, para tornar essa espera menos perversa, Fernando sugere que o encarcerado deve criar um jogo na sua memória cuja alternativa é trocar de lugar com os outros, modificar a disposição dos moveis, soltar a imaginação, inventar diversões, elaborar hipóteses e teorias, ler e escrever. Atesta que a prisão “humaniza ou brutaliza uma pessoa. Ensina-a a amar, a partilhar o pouco que tem, a suportar o sofrimento, a vencer momentos de depressão, a nutrir pacientemente a força de sua vontade e de seus ideais. Por outro lado, pode levá-la a loucura(...)”.²⁵⁸

A subjetividade dos pensamentos de Fernando aplicada nos bilhetes que escrevia permite compreender que a ociosidade é inimiga do encarcerado, daí a importância da ocupação. Ele enfatizou que, “numa prisão, não se ocupar é condenar-se a uma espécie de mórbida esquizofrenia...”. Para ele, o desafio imediato do preso diante da dor era “evitar, a todo custo, essa indolência desesperada”.²⁵⁹ Fazer o mais doloroso exercício do desgarrar-se do mundo externo também é, em alguma medida, uma estratégia de sobrevivência.

Reza o ditado popular que “as aparências enganam!”, na prisão isso não acontece, pois, naufragados em “mar cinzento”,²⁶⁰ os presos não conseguem disfarçar a realidade. Fernando atesta que lá “não há como trapacear. O jogo é limpo, vale a verdade de cada um. Aparências e ilusões perdem o sentido. Cada um é reduzido à sua condição mais humana e, portanto, significativa. Face a face, nos vemos sem rodeios ou fantasias”.²⁶¹

²⁵⁷ Idem. p. 58.

²⁵⁸ Idem. p.96.

²⁵⁹ Idem. p. 67.

²⁶⁰ Expressão tomada de empréstimo de Emiliano José. Consultar: JOSÉ, Emiliano. *Lembranças do mar cinzento*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2000.

²⁶¹ BRITO, Fernando de. In: BETTO, Frei. *Op. Cit.*, 2009, p. 57.

Ao longo da construção dos argumentos notamos que Fernando percorreu um longo trajeto descritivo, movido pela percepção da perseguição, da tortura e da prisão. Incomodava-o a tentativa das autoridades militares de inversão dos papéis. Desde o início, tudo que havia passado e que ainda estava passando, lhe rendia indignação suficiente para desabafar, afirmar que não eram eles os terroristas nem tampouco eram inimigos do país. Afinal, quem prendeu indiscriminadamente, torturou, assassinou e fez desaparecer com os restos mortais das vítimas, censurou a imprensa e instituiu a aberração secreta dos “decretos secretos” não foram os dominicanos.²⁶²

Percebemos ainda em seus escritos que as propagandas políticas difamatórias surtiam um efeito negativo sobre eles e também sobre os familiares, esposas, filhos e amigos. Inconformados com essa situação os presos buscaram “aliviar o problema mediante o trabalho manual: sacolas de plásticos, bolsas, cintos e cigarreiras de couro – artesanatos vendidos lá fora por nossas famílias”.²⁶³

A julgar pelos seus escritos, os frades aprisionados despertavam a suspeita da repressão. Fernando narra que, certa vez um delegado chamado Nelson, declarou que se sentia decepcionado e incomodado com a presença dos três frades no presídio, pois eles eram “o centro de toda agitação no Tiradentes”.²⁶⁴ A prisão dos religiosos parece ter sido, ao longo dos anos, um problema para o Estado, “um agente do SNI” teria comentado com o irmão de Betto que o governador se arrependia de ter “prendido os dominicanos”,²⁶⁵ e, que, àquela altura não sabia mais o que fazer com eles.

Se para o Estado a prisão dos religiosos se configurava num problema, problemas maiores tiveram os dominicanos, assim como outros presos ao ter que lidar com as questões reais e cotidianas relativas ao sistema carcerário e mais, conviver com os fantasmas e medos derivados da prisão e das lembranças constantes das torturas sofridas.

Com o passar do tempo às alucinações e insônias comprometeram a saúde física e principalmente psíquica de Fernando. Em virtude de um laudo médico dado por um psiquiatra que já o havia tratado num período anterior à prisão, ele conseguiu, através do seu advogado e de um confrade, a autorização do diretor do presídio para ficar, durante

²⁶² Idem. p. 72.

²⁶³ Idem. p. 161.

²⁶⁴ Idem. p. 206.

²⁶⁵ Idem. p. 231.

o dia, das 9hs às 18hs, fora da cela ajudando no ambulatório que fornecia tratamento médico e dentário.²⁶⁶ Embora essa concessão não tenha sido tão benéfica no que diz respeito à recuperação de sua saúde, foi importante para o coletivo dos presos políticos, no sentido de ter facilitado clandestinamente os contatos e possibilitado a circulação de recados uma vez que Fernando podia transitar entre as celas.

Fernando ainda relata que foi graças a esta circulação que ele levou alguns bilhetes para presos de outras celas. Contou com a ajuda de Marlene Soccas, dentista, que fixava em sua “arcada dentária, no espaço antes ocupado pelo molar, arrancado há tempos”, uma “bolinha” de papel com os respectivos recados.²⁶⁷ Vale dizer que essa prática provocava a desconfiança dos carcereiros e, embora não tenha sido flagrado Fernando correu enorme risco. Tanto que, certa vez foi chamado junto com a dentista na Auditoria Militar para prestar depoimento, pois um dos carcereiros fez a acusação de que ele trabalhava no ambulatório para obter informações e transmiti-las.²⁶⁸

Por sorte dos dois nada foi confirmado e, sem comprovações, Fernando continuou a conviver arriscadamente com suas atividades e também com a insônia, a alucinação e o desespero. Ele afirmou refugiar-se no cigarro. Naquelas condições, o cigarro era tudo: “bastão e cajado”. Revelou ter flagrado seus danosos pensamentos e assim escreveu: “me surpreendi acalentando a ideia de que talvez a morte” fosse “o meu alvará definitivo de liberdade, capaz de fazer cessar todo” aquele “sofrimento”.²⁶⁹

Suas perturbadoras alucinações, ao que parece, chegaram certa vez a se assemelhar à tentativa de suicídio do frei Tito. Ele registra que imaginou ter recebido Tito na sua cela e, conversaram durante horas. Na sua fantasia teria contado a Tito que encontrou uma gilete debaixo da cama e a teria deixado lá para qualquer eventualidade. Frei Tito teria pegado a gilete, quebrado e jogado fora.²⁷⁰ Associamos essa tal eventualidade com a necessidade urgente de se livrar da dor e do desespero tão insuportável a ponto de, no limite atentar talvez contra a própria vida. Seu relato da visão que teve da presença de Tito reflete o grau de desespero a que estava submetido.

²⁶⁶ Idem. p. 168.

²⁶⁷ Idem. p. 162.

²⁶⁸ Idem. p. 163.

²⁶⁹ Idem. p. 138.

²⁷⁰ Idem. p. 120-121.

Conforme dito acima, Fernando, naqueles anos, usou a escrita como exercício de sobrevivência e manutenção da sua lucidez. Chama a atenção nos seus bilhetes o impregnado tom de denúncias. Contudo, para além do caráter de denúncia presente nos textos, observa-se também que estas anotações ultrapassavam este propósito. Escrever, para Fernando, tanto sob a forma de cartas quanto dos bilhetes secretos foi uma necessidade que o ajudou a suportar o cotidiano massacrante.

Angela de Castro Gomes observa que:

Escrever cartas exige tempo, disciplina, reflexão e confiança. Há sempre uma razão ou razões para fazê-lo: informar, pedir, agradecer, desabafar, rememorar, consolar, estimular, comemorar etc. A escrita de si e também a escrita epistolar podem ser (e são com frequência) entendidas como um ato terapêutico, catártico, para quem escreve e para quem lê. O ato de escrever para si e para os outros atenua as angústias da solidão, desempenhando o papel de um companheiro, ao qual quem escreve se expõe, dando uma prova de “sinceridade”.²⁷¹

O que Fernando fez, na prisão, no que diz respeito às suas anotações, se insere nesta reflexão de Gomes. Para ele, diante daquela caótica situação, escrever se configurou numa espécie de terapia, assim, a escrita dos bilhetes se tornou um recurso de sobrevivência psicológica na manutenção da racionalidade, o que sugere dizer que, Fernando escrevia para não enlouquecer.

Os escritos demonstram que ele viveu num confinamento doloroso, pois sofreu de insônia e teve alucinações. Registrou ouvir “vozes sem saber” de onde vinham e para onde iriam,²⁷² atormentado, seu refúgio era o cigarro, pois “acendia um no outro”, chegou a ter “a ideia de que talvez a morte” fosse o seu “alvará definitivo de liberdade”.²⁷³ Encontrou alento ao narrar suas angústias num ato catártico.

O conjunto do material produzido sugere que, para Fernando, escrever foi uma atividade terapêutica e amenizadora do sofrimento pessoal. O universo que habitou certamente o aniquilava psicologicamente. Ao falar daqueles momentos de angústia, Fernando afirmou ter tido a impressão de estar só, embora estivesse unido ao grupo dos frades. Aliás, graças ao apoio dos colegas, conservou a autoestima e conseguiu no dizer de Eduardo Hoorneart, “finalmente ser feliz no sofrimento”.²⁷⁴

²⁷¹GOMES, Angela de Castro. *Op. Cit.*, 2004, p.19-20.

²⁷²BRITO, Fernando de. In: BETTO, Frei. *Op. Cit.*, 2009, p.129.

²⁷³ *Ibid.*, p.138

²⁷⁴HOORNAERT, Eduardo. Resenha: *Diário de Fernando: nos cárceres da ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. Site: <http://www.padrescasados.org/archives/160/diario-de-fernando-nos-carceres-da-ditadura-militar-brasileira>. Acessado em: 20.10.2010.

Mais de 35 anos depois o frade justifica a sua ousadia da seguinte maneira: “num regime militar, se você faz coisas, você pode ir para prisão, na prisão, se você faz você já está lá, você está livre”.²⁷⁵ A noção do perigo presente nesta afirmativa, em alguma medida relativiza as ações ditas “subversivas”, pois, àquela altura, a repressão já havia extraído dele, sob tortura, as informações que poderia apresentar e deste modo, ele se reconhecia “livre”. Provavelmente havia outras formas de punição, mas não a ameaça de prisão, uma vez que ele já se encontrava encarcerado e a segurança de que o caso dos dominicanos havia ganhado visibilidade, em tese, concedia-lhe a licença para transgredir, e isso, para o preso parece ter sido sinônimo de liberdade.

Ao que tudo indica Fernando encontrou na produção textual a saída para mais essa cilada. A atividade escrita durante a sua prisão tornou-se seu principal instrumento de luta pela organização dos pensamentos e pela vida. Através dela “venceu” a culpa, o ambiente, o enlouquecimento e a morte. Escrevia porque gostava, anotava por prazer, para dizer algo a alguém e esse alguém muitas vezes era ele mesmo.

3.4 - Arquivamento de si

Apesar das incertezas, Fernando procurou desenvolver um trabalho disciplinado. Segundo ele não pensava que seus registros diários pudessem se tornar um documento histórico, tampouco imaginava uma publicação que alcançasse os mais diversos tipos de leitores. Acreditava que os manuscritos seriam guardados como testemunha de um período, prova de uma experiência individual e ao mesmo tempo coletiva, um registro histórico grafado para não esquecer.

A maneira como produziu os seus vestígios escritos demonstra a especificidade de um trabalho artesanal, meticuloso e criativo frente as circunstâncias do ambiente que habitou. Confere uma ocupação em meio a um contexto de estagnação, mas ao mesmo tempo de tensão e instabilidade. Parafraseando Philippe Artiercs essa foi a maneira encontrada pelo frade para arquivar a sua própria vida. O autor compreende que, “por

²⁷⁵ BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor da pesquisa em 06 abr. 2009 no Sitio do Conde - Conde/Bahia.

meio dessas práticas minúsculas, construímos uma imagem, para nós mesmos e às vezes para os outros”.²⁷⁶

Philippe Artiercs sublinha que esse exercício do arquivamento de si está relacionado ao que ele chama de intenção autobiográfica. “Arquivar a própria vida”, assevera Artiercs “é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência”.²⁷⁷ Esta é uma maneira de “escrever o livro da própria vida que sobreviverá ao tempo e à morte”, conclui Artiercs.²⁷⁸

O fato é que a motivação juntamente com a prática do arquivamento de si cumpre uma função que não é apenas individual. Ao delinear o conjunto da sua vida num dado momento, o indivíduo envolve-se com o seu contexto e com outros. Ou será possível abraçar a si mesmo sem tocar em seu entorno? Tomemos o caso de Fernando na dinâmica entre o visto, o vivido e o registrado.

Para Angela de Castro Gomes, a “constituição de uma memória de si” se inscreve “nas práticas de produção de si” que englobam “um diversificado conjunto de ações, desde aquela mais diretamente ligada à escrita de si propriamente dita - como é o caso das autobiografias e dos diários” até o “recolhimento de objetos materiais com ou sem a intenção de resultar em coleções”.²⁷⁹ Por meio dessas práticas os sujeitos buscam compreender suas escolhas e reconstituir seu passado.

Outra particularidade dos registros de Fernando é a necessidade de não deixar passar despercebido o momento histórico. Apesar de doloroso o religioso se agarra a ele como um pai, aquele que lhe serve e é capaz de dar exemplo. “Tenho rezado dia e noite... Tenho refletido com profundidade sobre o que significa ser cristão no Brasil de hoje. E sinto-me crescer em direção da estatura de Cristo. Ainda falta muito a percorrer, falta o resto da minha vida”.²⁸⁰ O exato instante do registro vislumbra o tempo que ainda está por vir. Não por acaso seus arquivos pessoais, intencionalmente ou não recordam o passado e a ele cabe o estudo.

²⁷⁶ ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, 1998, p. 10. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>>. Acesso em: 23 agosto 2015.

²⁷⁷ Idem. p. 11.

²⁷⁸ Idem. p. 32.

²⁷⁹ GOMES, Angela de Castro. (org.). *Escrita de Si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 11.

²⁸⁰ BRITO, Fernando de. *Op. Cit.*, 2010, p. 27.

Os manuscritos do diário e das cartas se complementam à medida que o conteúdo dos dois conjuntos de anotações externam seus sentimentos mais profundos, embora produzidos sob atmosferas adversas. A função parece ser a mesma. Mas se Fernando, em paralelo às cartas, teve um cuidado especial em escrever o suposto diário, é porque provavelmente tinha algo mais a falar, algo que não tinha permissão nem poderia ser direcionado a qualquer um. Tanto havia coisas a serem divulgadas quanto algo a ser arquivado como um rascunho de si, um trecho da sua trajetória.

Em se tratando das cartas, Fernando lia e relia o que escrevia, parava e retomava após horas ou dias de interrupção. “Acordei, fiz o café e enquanto sobra um tempinho antes de começar a preparar o almoço, vou retomar nossa conversa. Reli o que escrevi acima. Acho que há mais coisas a dizer”.²⁸¹ Já no diário não havia tempo para isso, não houve correções, rasurou, mas não apagou para reescrever... O fato é que Fernando por razões diversas se entregou ao exercício de arquivar a sua própria vida.

Ainda segundo Artières o ato de registrar e guardar a sua própria vida não está relacionado a um exercício imparcial. Trata-se da oportunidade “de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto”. Para o autor, arquivar a própria vida significa resistir, se preparar organizando recursos para a sua própria defesa frente a representação que os outros possuem acerca de nós.²⁸²

Nesses termos, concluímos que arquivar também significa salvar-se. Salvaguardar-se das pressões, das ameaças, bem como qualquer dos infortúnios diários. Arquivar para Fernando transcende o ato de guardar. Ao invés de simplesmente memorizar utiliza-se desse recurso como um instrumento de preservação da memória, ou seja, de manutenção da sanidade mental e naturalmente da própria vida.

²⁸¹ Idem. p. 39.

²⁸² Idem. p. 31.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar uma completa análise da trajetória de um sujeito, assim como o episódio por ora retratado, é algo controverso e muito delicado. Talvez essa tarefa, seja quase impossível ou no mínimo muito complexa. Sobretudo quando se busca mesclar fatos e sentimentos. Aspectos de uma experiência atravessada por dilemas, centrada ao menos inicialmente, na questão da morte de uma estimável liderança política, todavia de uma forma ou de outra contribui para uma maior percepção do passado.

Contemplando, especialmente o percurso que envolve fé e política, debatemos alguns aspectos da vida de Fernando de Brito. Refletimos sobre os caminhos escolhidos e as opções feitas pelo frade e como foi se construindo um cenário de entrelaçamento entre a vida do religioso e a do guerrilheiro. A partir daí identificamos um nó na trajetória de Fernando que o prendeu por toda a sua vida gerando feridas pessoais e históricas.

De uma maneira geral a sua militância entre os anos 1960 e 1970, propunha melhores condições sociais, democracia e liberdade em prol de um Brasil mais justo. Porém, algumas das suas ações quando avaliadas, principalmente pelo viés de alguns jornais do período, apresenta numa perspectiva generalizante, uma participação desastrosa. Isso se deve ao fato do frade na época ter sido acusado de delator, conseqüentemente desenhado por alguns militantes como um homem fraco e traidor.

Entre os estudos que relatam a participação dos dominicanos na ação preparada contra Marighella, em 2 de novembro de 1969, não são ressaltados a cilada na perspectiva dos dominicanos, por meio da qual, observamos que caíram também os frades, principalmente Fernando e Ivo.²⁸³ Tais estudos limitam-se a enfatizar uma visão de “derrota” e de “morte” que supostamente só teria atingido tão somente o líder da ALN.

Julgamos que a cilada em que o frei também caiu, não foi a tortura nem a prisão, mas sim o fato de ter sido mal interpretado, entrado para história com o estigma de

²⁸³ BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor em 04 dez. 2015 na comunidade de Taizé - Alagoinhas/Bahia. Fernando relata que não tem provas para falar detalhadamente sobre o plano da CIA para a Colômbia e questiona ora, não vai ter para o Brasil? Claro que vai. Informa que não sabe a data, porém já foi publicado pelo Jornal do Brasil esse suposto plano para a Colômbia. Ele diz que o que pode fazer é apresentar a sua versão das coisas: “há gente que acredita em mim há gente que não acredita, para aqueles que não acredita eu sinto muito porque não vão conhecer a verdade histórica”.

traidor. Tanto do ponto de vista da direita quanto da esquerda, a versão oficial afirma que Marighella sofreu uma cilada, e isso é fato. Contudo, na troca do ponto de referência, o evento amplia o seu significado, enquanto na perspectiva jornalística, dos militares e da esquerda a cilada é uma, na perspectiva do frei a cilada é outra.

Não queremos dizer com isso que essa história foi ou ainda é analisada de maneira superficial. Apenas focamos a reflexão num outro ponto de vista, por acreditar que refletir a respeito do tímido debate que existe com relação a participação dos frades dominicanos na morte de Marighella apenas pelo viés da política ou da memória coletiva é desprezar uma complexa, porém importante parte da história, ao menos de uma história individual.

Quase 50 depois, frei Fernando, não tem dúvida que a “culpa” que recaiu sobre si diz respeito “a uma acusação que foi primeiro policial e que depois outras pessoas também assumiram”, trata-se segundo ele de “um jogo, um jogo da polícia”²⁸⁴. Quando ele fala que outras pessoas também assumiram quer dizer que outros reproduziram a versão policial o que agravou ainda mais a sua situação.

O frade acredita que “o importante não é a verdade, é a versão da verdade que é dada”.²⁸⁵ Nesses termos, a versão que interessava ao governo. Por isso, diz:

Eu me penitencio porque eu não tive o comportamento de herói na tortura, não tive. Quer dizer: fui um confessor comum e falei. Agora falar diante de tortura isso não é traição. Eles me arrancaram coisas. Agora o importante para mim é o que eu falei. Eu falei que me encontrava com Marighella, a senha da livraria, o local do encontro, não marquei encontro porque a gente nunca sabia endereço nem telefone de Marighella, era sempre ele que tomava iniciativa e ele a umas duas semanas atrás tinha dito que ia passar uns 40 dias fora, mas como é que ele liga logo em seguida? Mais ainda, quando a gente é preso no domingo no Rio eles dizem que a gente foi encontrar com Marighella no Rio. No dia seguinte pela manhã bem cedinho eles já nos levam pra São Paulo, por que nós vamos resolver um problema em São Paulo. Ora! Alguma coisa aconteceu à noite, alguma coisa aconteceu à noite para eles darem essa reviravolta grande. Bem, então eu tenho certeza que eu não sou traidor. Eu sim, me penitencio porque fui fraco, deveria ter resistido, mas a gente nunca sabe até quando a gente pode resistir.²⁸⁶

²⁸⁴ BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor em 04 dez. 2015 na comunidade de Taizé - Alagoinhas/Bahia.

²⁸⁵ Idem.

²⁸⁶ Idem.

Apesar do grande impacto social frente à história recente do país e diante do sofrimento pessoal vivido, agravado pela infeliz responsabilidade e pela carga negativa atrelada ao passado, Fernando se autoavalia. Reconhece a sua parcela de culpa, entretanto não se vê como um dos personagens bíblicos. Afinal, ainda que fosse um Judas, segundo a sua visão, não teria sido o único.

Não há ainda um total esclarecimento historiográfico a esse respeito. A relação entre os frades e Marighella no tocante às experiências individuais, atuações pontuais, pessoais e mesmo coletiva – pouco aparece. Há, contudo, alguns estudos sobre a participação política dos dominicanos no período da ditadura, sobre a chamada ala progressista da Igreja Católica, mas quase nada especificamente sobre os personagens.

No arco da vida de Fernando conjecturamos a construção de uma trama concernente a uma tragédia grega, onde o impacto não é somente o engano que há no final, mas desde o início. Não acreditamos, portanto, no engano de erro, julgando que o frei errou. Não se trata do erro das escolhas, nem da ação, mas o engano no sentido daquilo que o frei planejou para si, um engano no sentido de a perseguição do bem ter produzido um efeito contrário ao idealizado.

Por isso, compreendemos ser importante deslocar o eixo a partir do qual se organizam os fatos. É o que Foucault chama de identificar o ponto estratégico a partir de quem fala. Ao fim e ao cabo, o estudo centrado na pessoa do frei não se trata unicamente de uma questão subjetiva, refere-se também ao confronto de posições estratégicas em torno da qual não nos cabe julgamentos, apenas a apresentação de uma fala que se destina a dar sentido a sua experiência místico-religiosa.

Procuramos não oferecer o conteúdo de uma história ética, embora ela seja quase que moralista. Na perspectiva de Michel de Foucault proferida em *O sujeito e o poder*²⁸⁷ não existe posição estratégica que não seja moralista. Não como sendo a verdade, mas ainda assim essa visão referente aos fatos termina sendo moralista, uma vez que acaba defendendo uma posição. No fundo, tudo defende uma posição, então é moralista, mas o que não é? Do mesmo modo, não tivemos a pretensão de produzir uma biografia, afinal

²⁸⁷ FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.*, 1995.

fizemos a opção por uma faceta da vida do frei trazendo como elemento histórico novo, uma nova forma de organizar o referencial dos fatos por meio da sua percepção.

Outro aspecto relevante a ser elencado diz respeito a preocupação em não criar sobre o personagem um juízo de valor que o elevasse a condição de herói. Se em algum momento da dissertação isso aconteceu não foi intencional. Contudo, descobrimos uma vida curiosa, pois não deve ter sido fácil para um religioso, em plena atuação pastoral pertencente a uma respeitada instituição, ser preso pela colaboração aos comunistas e grupos considerados terroristas.

Eis um pequeno retrato da vivência de um frei dominicano frente a um período ditatorial tenebroso que apesar dos pesares não foi capaz de anular a sua cede de justiça nem destruiu a sua capacidade de organização e reação. Fernando afirma ser hoje um homem livre. Atesta não carregar mais os fantasmas do passado, embora claramente se retraia quando provocado a falar sobre o fato de ter sido considerado um traidor. Mariza Magalhães mediante entrevista no ano 2000 registrou a sua impressão da seguinte maneira:

Quando pedi para falar do seu envolvimento no assassinato do líder comunista Carlos Marighella, percebi que a voz embargou, por alguns instantes ficou pensativo, os olhos brilharam muito. Perguntei se preferia parar com a entrevista. Ficou com o olhar parado na janela, com uma expressão muito triste disse que não, precisava falar. Ficamos alguns momentos em silêncio e depois relatou o acontecimento.²⁸⁸

Uma característica comum a todas as entrevistas realizadas pelo autor desta pesquisa é o fato de independente dos lapsos e traições da memória, o frei sempre desviava do foco. Talvez, permanecer focado nessa questão, remonte a sensações das quais doa recordar. Apesar de considerar importante falar sobre o assunto, também percebemos que a narrativa dos fatos juntamente com a questão da carga negativa referente à culpa e a difamação ainda lhe desconcerta.

Embora Hermínia Brito desconfie que o sofrimento do seu irmão “nunca terminou”,²⁸⁹ frei Fernando parece não mais conviver exatamente com o peso da culpa e sim com o desconforto em relação ao não esclarecimento efetivo dos fatos. Por isso,

²⁸⁸ MAGALHÃES, Mariza Catarina. *A atuação política da Ordem dominicana na cidade de São Paulo no período de 1963 à 1973*. (Mestrado em História), PUC/SP, São Paulo, 2002.

²⁸⁹ BRITO, Hermínia. Entrevista ao autor em 22 jun. 2016, por e-mail.

convive, também, com o inconformismo diante de memórias que acredita não ter sido ainda inteiramente reveladas.

FONTES

FONTES ESCRITAS

BETTO, Frei. *Batismo de Sangue: A luta clandestina contra a ditadura militar brasileira – Dossiê Carlos Marighella e Frei Tito*. 12ª ed. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

_____. *Diário de Fernando: nos cárceres da ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella: o inimigo número um da ditadura militar*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2004.

MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

FONTES IMPRESSAS

Periódicos

A tarde, 05 nov. 1969.

Diário da Noite, 12 dez. 1969.

Diário de Notícias, 11 nov. 1969.

Diário Popular, 05 jul. 1970.

Estado da Bahia, 05 nov. 1969.

Jornal do Brasil, 18 out. 1981.

O Cruzeiro, 20 nov. 1969.

O Estado de São Paulo, 05 nov. 1969.

O Estado de São Paulo, 22 nov. 1969.

O Globo, 05 nov. 1969.

FONTES AUDIOVISUIAS

RATTON, Helvecio, *Batismo de Sangue*, Drama, 2007, 110 minutos.

TENDLER, Sílvio, *Marighella: Retrato falado do guerrilheiro*, 2001, 55 minutos.

Ato de Fé, Direção: Tatiana Polastri e Alexandre Rampazzo, Eclipse Produções, 2004, 55 minutos.

PROCESSO

APESP. Auto de qualificação e interrogatório do frei Fernando de Brito ao Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), 11 nov. 1969.

FONTES ORAIS**Entrevistas**

BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor em 06 abr. 2009; 04 jul. 2009; 01 fev. 2011; 04 ago. 2011; 01 nov. 2011; 31 mar. 2013. Conde – Ba.

BRITO, Fernando de. Entrevista ao autor em 04 dez. 2015. Alagoinhas – Ba.

VALENÇA, Antônio João Caldas. Entrevista ao autor em 01 out. 2011. Salvador – Ba.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANSART-DOURLEN, Michèle. O ressentimento – As modalidades de seu deslocamento nas práticas revolucionárias. In: *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível* / Organizadoras: Stella Bresciani e Márcia Naxara. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- ARNS, Paulo Evaristo. *Da esperança à utopia: testemunho de uma vida*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.
- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível* / Organizadoras: Stella Bresciani e Márcia Naxara. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, 1998, p. 10. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>>. Acesso em: 23 agosto 2015.
- BARROS, Raimundo Caramuru de. *Para entender a Igreja no Brasil. A caminhada que culminou no Vaticano II (1930-1968)*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BETTO, Frei. *Batismo de Sangue: A luta clandestina contra a ditadura militar brasileira – Dossiê Carlos Marighella e Frei Tito*. 12ª ed. São Paulo: Casa Amarela, 2001.
- _____. *Diário de Fernando: nos cárceres da ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- BEZERRA, Emanuela Antunes et al.; *Do humanismo cristão à práxis política de oposição à ditadura: memória de uma experiência dominicana*. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/ehosudeste/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=16>. Acesso em: 15 jun. 2012.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo; Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- BORDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos e abusos da história oral. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.
- CARDOSO, Lucileide Costa. *Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)*. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2012.
- CALVEIRO, Pilar. Sem medo da memória. [abr. 2014]. *Revista Caros Amigos*. Entrevista concedida a Paulo Hebmuller.
- CHAMMAS, Eduardo Zayat. A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968. 2012, 112f. *Dissertação* (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, 2012.

COSTA, Lucas Aparecido. *A esquerdização do catolicismo no Brasil: uma tentativa de modernidade nas práticas sociais da Igreja para o povo (1961-1964)*. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. 2006. (Dissertação de mestrado)

FEIJÓ, Sara Carolina Duarte. *Memória da resistência à ditadura: uma análise do filme Batismo de sangue*. São Paulo: Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). 2011, (Dissertação de mestrado).

FERNANDES, Florestan. *Carlos Marighella: a chama que não se apaga*. Folha de São Paulo. 12. Nov. 1984. Acessado em 03.07.2013.

FICO, Carlos. João Goulart e “Operação Brother Sam”. In: *O grande Irmão da operação Brother Sam nos anos de Chumbo: O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder – por que estudar o poder: a questão do sujeito. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada* — São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo, "O Inquisidor como Antropólogo". Em: América, Américas, *Revista Brasileira de História*, São Paulo. ANPUH/Marco Zero, n. 21, 1990/1991.

_____. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 (2006).

GOMES, Angela de Castro. (org.). *Escrita de Si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Victor Emmanuel Farias. *Do livro ao cinema: memórias da ditadura em Batismo de sangue e O que é isso, companheiro?* Universidade Federal do Ceará (PPGHS- UFC) Fortaleza, 2014 (Dissertação de mestrado).

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

_____. Marighella, o indômito. In: *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. Org. Alípio Freire, Isaias Almada, J. A. de Granville Ponce. São Paulo: Scipione, 1997.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HOORNAERT, Eduardo. Resenha: *Diário de Fernando: nos cárceres da ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. Site: <http://www.padrescasados.org/archives/160/diario-de-fernando-nos-carceres-da-ditadura-militar-brasileira>.

JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella: o inimigo número um da ditadura militar*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2004.

KONSTAN, David. Ressentimento – História de uma emoção. In: *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível* / Organizadoras: Stella Bresciani e Márcia Naxara. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. 7ª ed. São Paulo: Editora da FGV, 2005.

LIBANIO, João Batista. *Caminhos de existência*. Semanário Litúrgico-Catequético, nº 46, 02 out. 2011.

MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

_____. *Morte de Marighella foi grande vitória da ditadura*. [27 mar. 2014]. São Paulo.

MAGALHÃES, Mariza Catarina. *A igreja e as questões sociais*. Disponível em: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=733>. Acessado em: 04.03.2011.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. Coleção Igreja na História. São Paulo: Paulinas, 2003.

MIR, Luis. *A revolução impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Editora Best-Seller, 1994.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Política e Igreja Católica no Nordeste (1960-1970). In: _____. *História Metodologia Memória*. – São Paulo: Contexto, 2010.

PIERRARO, Pierre. *História da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1982. Sobre esta discussão consultar também: CORBY, José. *História da Igreja do século XV ao século XX*. São Paulo: Loyola, 1994.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº3, 1989.

POLETTO, Ivo (Org.). *Frei Mateus Rocha: um homem apaixonado pelo absoluto. Mensagem e testemunho para a Igreja e o mundo de hoje*. Edições Loyola. São Paulo, 2003.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaina (org.). *Usos e abusos da História Oral*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ROSA, Cardoso. Temos de relacionar passado e presente. [abr 2014]. *Revista Caros Amigos*. Entrevista concedida a Lilian Primi.

SACCHETA, Vladimir; CAMARGOS, Marcia; MARINGONI, Gilberto. *A imagem e o gesto: Fotobiografia de Carlos Marighella*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

SANTOS, Cleidson do Nascimento. *Fragments diários: a trajetória de um frei dominicano nos Cárceres da ditadura militar brasileira (1969-1973)*. *Trabalho de*

Conclusão de Curso. (Graduação em História) – Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas. 2012.

SANTOS, Edivaldo Antonio dos. *Os Dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930): fundação e consolidação da missão dominicana no Brasil*. 1996, Universidade Federal de Goiás, 1996. 176 f. (Dissertação de mestrado).

SANTOS, Giordano Bruno Reis dos. *Vianninha e a grande família: intelectuais de esquerda no Brasil dos anos 1970*. Universidade Federal Fluminense (ICHF-UFF). Niterói, 2011. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, Myrian Sepulveda. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, Priscila Farias dos. A participação dos Freis Dominicanos no Regime Militar Brasileiro. In: *Revista Historiador*. nº 02, Porto Alegre: História Livre, 2009.

SCOTT, Mainwaring. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SEIXAS, Jaci Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível / Organizadoras: Stella Bresciani e Márcia Naxara*. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

SILVA, Jr., Edson Teixeira. *Carlos: a face oculta Marighella*. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 1999. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Wellington Teodoro da. *A militância das palavras: a imprensa católica de esquerda no pré-golpe de 1964*. Artigo. http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu21_1.pdf. 2010. Acesso em: 29 de maio de 2015.

SOARES, Mariza de Carvalho e FERREIRA, Jorge. *A História vai ao Cinema*. 3º ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SOUZA, Admar Mendes de. *Estado e Igreja Católica: o movimento social do cristianismo de libertação sob vigilância do DOPS/SP (1954-1974)*. São Paulo: Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). 2009 (Tese de doutorado).

SOUZA, Ney de. (org.). *Catolicismo em São Paulo: 45 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo (1554-2004)*. – São Paulo: Paulinas, 2004.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 3ªed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008 e *1968: o que fizemos de nós*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

ANEXOS

ANEXO I

ANEXO II